

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO DE DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS

CURITIBA
SEED/PR
2008

Série Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, v. 3

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional, conforme Lei n 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte.

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação
Evandro Pissaia - **MEMVAVMEM**

Revisão Ortográfica
Silvana Seffrin - **MEMVAVMEM**

CATALOGAÇÃO NA FONTE – CEDITEC-SEED-PR

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos.

Prevenção ao uso indevido de drogas/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – Pr., 2008. - 152 p. – (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).

ISBN 978-85-85380-82-3

1. Drogas. 2. Escolas. 3. Violência. 4. Álcool. 5. Legislação. 6. Políticas públicas. 7. Educação-Paraná. I. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. II. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. III. Título. IV. Série.

CDU 615+37
CDD 610

Secretaria de Estado da Educação
Superintendência da Educação
Diretoria de Políticas e Programas Educacionais
Avenida Água Verde, 2140 Vila Isabel
Telefone (XX41) 3340-1597
Endereço eletrônico: prevencaoasdrogas@seed.pr.gov.br
CEP80240-900 CURITIBA-PARANÁ-BRASIL

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
IMPRESSO NO BRASIL**

Governador do Estado do Paraná

Roberto Requião

Secretária de Estado da Educação

Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde

Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação

Ricardo Fernandes Bezerra

Superintendente da Educação

Alayde Maria Pinto Digiovanni

Diretora de Políticas e Programas Educacionais

Fátima Ikiko Yokohama

Coordenador dos Desafios Educacionais Contemporâneos

Sandro Cavalieri Savoia

Equipe Técnico-Pedagógica

Irene de Jesus Andrade Malheiros

Silvio Alves

Assessora Pedagógica

Regina de Paula Medeiros

Colaboradores

Cristina Gonzaga Cândido de Souza Castro

Dayana Brunetto Carlin dos Santos

Débora Cristina de Araujo

José Luciano Ferreira de Almeida

Lia Burigo

Maria José Lozeski Cândido

PALAVRA DA SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Ao nos aproximarmos das nossas escolas, observamos as múltiplas determinações, sua cultura, as influências do ambiente e as diversas interferências do processo educacional nelas próprias e no seu entorno, trazendo o seu significado, as oportunidades criadas, os processos nelas vividos e as experiências ali realizadas.

O desafio maior é sem dúvida, o conhecimento em si, razão do nosso trabalho e função essencial da escola. No entanto, constantemente vai além, demonstrando-nos demandas novas, exigindo um posicionamento em relação aos novos desafios que se apresentam para a educação e que devem ser trabalhados neste contexto, tanto para os(as) profissionais da escola, como para os(as) educandos(as), seus pais e mães e a comunidade, em toda a complexidade de cada um desses segmentos. Tais desafios trazem as inquietudes humanas, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, levando-nos a avaliar os enfrentamentos que devemos fazer. Implica, imediatamente, a organização de nossas tarefas e o projeto político-pedagógico que aponta a opção pela direção educacional dada pelo coletivo escolar, nossos planos, métodos e saberes a serem enfrentados, para hoje, sobre o ontem e com a intensidade do nosso próximo passo.

A reativação constante nos impele a pedir mais: mais estudos, pesquisas, debates, novos conhecimentos, e aquilo que nos abastece e reconhecemos como valioso, inserimos e disponibilizamos nessa escola que queremos fazer viva – replanejamos e reorganizamos nossas práticas. Os princípios, sem dúvida, diretrizes que nos guiam são os mesmos, os quais entendemos como perenes. A escola é, na nossa concepção, por princípio, o local do conhecimento produzido, reelaborado, sociabilizado dialeticamente, sempre na busca de novas sínteses, construídas na e com a realidade.

A tarefa de rever a prática educativa nos impulsiona para que voltemos aos livros, analisemos os trabalhos desenvolvidos por nossos professores e professoras, adicionemos, co-participemos, contribuamos, façamos a releitura das realidades envolvidas e caminhemos para o futuro.

Este Caderno é um pouco de tudo isso e é parte de uma coleção que pretende dar apoio a diferentes propostas emanadas das escolas. É uma produção que auxilia nas respostas dadas aos desafios educacionais contemporâneos que pairam sobre nossa ação escolar e precisam ser analisados, bem como refletidos para as necessárias intervenções e superações no contexto educacional.

Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO



A PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Apresentamos o caderno temático sobre a prevenção ao uso abusivo de drogas. Sabemos, por meio de pesquisas, que os adolescentes são mais suscetíveis ao uso indevido de drogas, em função da fase de desenvolvimento psíquico em que se encontram e, portanto, necessitamos desenvolver em nossas instituições, mecanismos que auxiliem a comunidade escolar para lidar com esta questão.

Compreendemos que essa prevenção se dá pelo conhecimento e, neste sentido, a instituição escolar necessita do acesso a textos e matérias resultantes de pesquisas sérias e de uma interlocução qualificada sobre o assunto para que, devidamente amparada, possa contribuir para a formação integral dos nossos estudantes.

Este caderno supre boa parte da lacuna mencionada, pois discute com profundidade o tema e é um rico material que subsidia o debate e o planejamento de ações educacionais dedicadas à superação do uso indevido de drogas. Conta com reflexões e informações a respeito dessa questão, focalizando não apenas os aspectos mais comumente abordados pelos meios de comunicação social, posto que explicita as relações sociais e econômicas nela envolvidas e os mecanismos que têm contribuído para sua evolução.

A Secretaria de Estado da Educação, por intermédio deste material e das demais ações que dão suporte ao conjunto de políticas relacionadas à formação integral e salutar dos jovens paranaenses, responde a uma demanda manifesta da sociedade em geral, a qual solicita da escola, a proposição de ações educativas e preventivas capazes de envolver toda a comunidade escolar.

Alayde Maria Pinto Digiovanni
SUPERINTENDENTE DA EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO CADERNO

É com satisfação que apresentamos a publicação intitulada Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, uma iniciativa da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais por meio da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos.

Inicia-se, neste momento, uma discussão sistematizada sobre um dos assuntos mais emblemáticos da sociedade contemporânea, o qual direta ou indiretamente, tem interferido no processo educativo: a questão das Drogas.

Este assunto está repercutindo, cada vez mais, nos debates públicos e, a escola – como espaço de socialização do conhecimento – não pode se furtar desta discussão, uma vez que o foco do trabalho pedagógico na escola é a prevenção.

A Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, no âmbito das escolas públicas estaduais, pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos desprovidos de preconceitos e discriminações.

Nesse sentido, esta publicação se dirige aos professores de todas as disciplinas da Educação Básica, bem como aos demais interessados. O principal objetivo é subsidiar teórico-metodologicamente estes docentes no tratamento pedagógico das questões relacionadas à prevenção ao uso indevido de drogas.

Fátima Ikiko Yokobama

DIRETORA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CENÁRIO DAS DROGAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA | |
| Jovens, violência e drogas no contexto urbano | 17 |
| Regina Medeiros | |
| Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas | 27 |
| Leila Solberger Jeolás Maria Ângela Silveira Paulilo | |
| UMA ABORDAGEM SOBRE AS DROGAS | |
| Bebidas alcoólicas e outras drogas na época moderna. Economia e embriaguez do século XVI ao XVIII | 41 |
| Henrique Soares Carneiro | |
| Ações e efeitos das drogas de abuso | 51 |
| Tadeu Lemos | |
| Crime e drogas: consumo e tráfico | 61 |
| Helder Ferreria João Luís de Souza Viviane Cubas | |
| Drogas e Legislação: reflexões sobre políticas de enfrentamento ao uso indevido de drogas no Brasil | 73 |
| Fabíola Xavier Leal Maria Lúcia Teixeira Garcia | |
| O processo de formulação de políticas públicas sobre drogas: a experiência do Legislativo Municipal de Vitória | 81 |
| Mirian Cátia Vieira Basílio Maria Lúcia Teixeira Garcia | |

| | |
|---|-----|
| Álcool e direção automobilística: re-conhecendo para enfrentar | 91 |
| Andréia dos Santos Nascimento | |
| Maria Lúcia Teixeira Garcia | |
| | |
| ESCOLA E A PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS | |
| Desafios da Prevenção ao Uso Indevido de Drogas na Rede Estadual de | |
| Ensino do Estado do Paraná | 101 |
| Irene de Jesus Andrade Malheiros | |
| Silvio Alves | |
| | |
| Coordenadoria Estadual Antidrogas: a experiência paranaense | 119 |
| Jônatas Davis de Paula | |
| Sonia Alice Felde Maia | |
| | |
| Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação (CAPE) | 125 |
| Maria Augusta de Azevedo Misurelli | |
| Maria Cristina Venâncio | |
| Priscila dos Santos Brasil | |
| | |
| SUGESTÕES DE FILMES, LIVROS e SÍTIOS | 129 |
| Filmes e Documentários | 131 |
| Livros | 139 |
| Sítios | 145 |

INTRODUÇÃO

A questão das drogas está repercutindo, cada vez mais, nos debates públicos e a escola – enquanto espaço de socialização do conhecimento cultural e científico – não pode se omitir dessa discussão, uma vez que o foco do trabalho pedagógico também é a prevenção.

A prevenção ao uso indevido de drogas, no âmbito das escolas públicas estaduais, pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer uma abordagem desprovida de preconceitos e discriminações, bem como ser fundamentada teoricamente, por meio de conhecimentos científicos. As propostas de prevenção predominantes na sociedade legitimam um discurso moralista e repressivo, limitando, assim, a compreensão das múltiplas manifestações das drogas na sociedade. Diante disso, percebe-se a necessidade de problematizá-las e desconstruí-las, a fim de avançar em outras perspectivas que possibilitem uma análise contextualizada sobre a questão das drogas e sua prevenção.

Com o intuito de melhor compreender essa questão – a prevenção ao uso indevido de drogas no contexto das escolas públicas – convidamos estudiosos, pesquisadores e especialistas para compor este Caderno Temático. O objetivo desta publicação é subsidiar teórico-metodologicamente os professores¹ da Rede Pública Estadual de Ensino sobre a perspectiva pedagógica da prevenção ao uso indevido de drogas. Para isso, buscou-se abordar conteúdos como as ações e os efeitos das drogas no organismo; a legislação; a vulnerabilidade; os preconceitos e as discriminações aos usuários; o narcotráfico; a violência e as influências da mídia. Esses conteúdos, ao serem discutidos crítica, histórica e pedagogicamente, enfatizam as relações de poder e os determinantes sociais, políticos, econômicos, éticos, culturais, étnico-raciais, históricos e religiosos envolvidos na questão das drogas. Essa abordagem, aliada ao processo de pesquisa em sala de aula, pode contribuir para um tratamento pedagógico de qualidade sobre a prevenção ao uso indevido de drogas.

Esta publicação está organizada em três partes. A primeira – **Cenário das drogas na sociedade contemporânea** – contempla a situação das drogas na atualidade e suas relações com a juventude, a violência e a vulnerabilidade.

O primeiro artigo – *Jovens, violência e drogas no contexto urbano* – discute algumas características da sociedade contemporânea que favorecem a competição, o consumo e a perda do sentido de solidariedade e de alteridade. Salienta, ainda, que é preciso uma contextualização e uma análise cuidadosa do conceito de juventude, como um grupo social, no âmbito da sociedade contemporânea.

1 Quando se refere a professores, autores, alunos, cidadãos, diretores, educadores, funcionários, pedagogos, pesquisadores e usuários, entenda-se que são contempladas também professoras, autoras, alunas, cidadãs, diretoras, educadoras, educandas, funcionárias, pedagogas, pesquisadoras e usuárias.

O segundo artigo – *Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas* – apresenta a possibilidade de trabalhar com a abordagem da vulnerabilidade social, articulada às situações de risco e envolvimento com drogas, para compreender as inúmeras dimensões as quais os jovens estão expostos.

Na segunda parte – **Uma abordagem sobre as drogas** – destacam-se conteúdos como as ações e os efeitos das drogas, legislação, narcotráfico, influência da mídia, preconceitos e discriminações aos usuários, trazendo ao debate as relações de poder e os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, étnico-raciais, históricos, religiosos e éticos envolvidos nessas circunstâncias.

O primeiro artigo – *Bebidas alcoólicas e outras drogas na época moderna. Economia e embriaguez do século XVI ao XVIII* – analisa o fenômeno das drogas, as disputas comerciais destas e suas repercussões nos diferentes momentos da história. O autor destaca a época moderna devido ao aumento do consumo de bebidas alcoólicas, em decorrência da popularização e barateamento dos destilados, provocando o que muitos historiadores chamaram de “revolução do álcool” no século XVII.

O segundo artigo – *Ações e efeitos das drogas de abuso* – realiza uma descrição das drogas: a atuação destas no cérebro, as alterações em seu funcionamento, a classificação das drogas quanto ao seu mecanismo de ação, bem como os comportamentos que podem levar à dependência.

O terceiro artigo – *Crime e drogas: consumo e tráfico* – discute a questão das drogas de forma menos dogmática. Os autores e a autora alertam que as drogas mais consumidas no Brasil são as legalizadas: o álcool e o tabaco. E, entre os usuários adolescentes e jovens brasileiros, além da maconha, destaca-se o consumo de solventes. Também apontam os principais problemas decorrentes do uso indevido de drogas, entre eles a demanda por tratamento de dependentes, atendimento a casos de overdose, transmissão de doenças como AIDS e hepatite. Debatem ainda sobre os problemas relativos ao narcotráfico e a descriminalização de drogas.

O quarto artigo – *Drogas e legislação: reflexões sobre políticas de enfrentamento ao uso indevido de drogas no Brasil* – trata a questão da legislação das drogas ao analisar a Política Nacional sobre Drogas, desde a sua formulação até os dias atuais. As autoras discutem os aspectos sociais, políticos, econômicos e éticos envolvidos nas políticas públicas de enfrentamento ao uso indevido de drogas, as quais se justificam pelo crescente consumo de drogas e elevados custos sociais decorrentes dessas práticas.

O quinto artigo – *O processo de formulação de políticas públicas sobre drogas: a experiência do Legislativo Municipal de Vitória* – analisa o processo de formulação das políticas públicas sobre o álcool e outras drogas pelo Legislativo Municipal de Vitória – ES, aprovadas entre os anos de 2000 e 2005. As autoras refletem

sobre como o problema das drogas, seu uso indevido e prevenção vem sendo tratado pelos legisladores. Também alertam para a necessidade em congregar novos atores políticos para que os mesmos possam defender, junto ao Poder Legislativo, uma perspectiva ampliada e problematizadora da questão.

Finalmente, o artigo *Álcool e direção automobilística: re-conhecendo para enfrentar* analisa como a problemática álcool e direção foi incorporada à agenda política brasileira. As autoras analisaram as primeiras medidas brasileiras na contenção dos problemas relacionados ao consumo inadequado de bebidas alcoólicas, até chegar às políticas vigentes na atualidade, as quais atuam na prevenção e coibição de ingestão de bebidas alcoólicas por motoristas de veículos automotores.

A terceira parte – **Escola e a prevenção ao uso indevido de drogas** – discorre sobre o papel da escola no processo de prevenção, apresenta o trabalho de duas instituições paranaenses no processo de prevenção e relaciona algumas sugestões de filmes, sítios e livros sobre o tema.

O primeiro artigo – *Desafios da prevenção ao uso indevido de drogas na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná* – discute o papel das escolas públicas no processo de prevenção ao uso indevido de drogas e a questão da formação dos profissionais da educação sobre esse assunto. A autora e o autor sugerem alguns conteúdos que podem ser desenvolvidos em sala de aula, pelas diferentes disciplinas da Educação Básica, além de defenderem o envolvimento de todos os sujeitos da comunidade escolar nas ações preventivas nas escolas.

O segundo artigo – *Coordenadoria Estadual Antidrogas: a experiência paranaense* – argumenta sobre a consolidação de uma política pública de prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas no Estado, tendo em vista o envolvimento do maior número possível de cidadãos paranaenses. Também relata as ações do Narcodenúncia e do PROERD os quais acompanham.

O último artigo – *Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação (CAPE)* – trata sobre os principais serviços prestados pelo CAPE/DINARC-PR junto à população paranaense com relação à prevenção ao uso indevido de drogas, bem como ao atendimento dos usuários e seus familiares na perspectiva do tratamento da dependência.

Finalmente, o último texto – *Sugestões de filmes, livros e sítios* – relaciona um conjunto de recursos didáticos que remetem à reflexão e discussão sobre os mais diversos assuntos no campo da prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas. Essas sugestões podem ser utilizadas como recursos nas práticas pedagógicas, as quais devem ser planejadas previamente pelos professores, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

O conjunto dos textos desta publicação oferece aos professores de todas as disciplinas da Educação Básica uma contribuição para o esclarecimento de questões relacionadas à prevenção ao uso indevido de drogas, numa perspectiva mais ampla, isto é, crítica, histórica e pedagógica². Os artigos que fazem parte desta publicação servem como fonte de consulta de diversos conteúdos relacionados às drogas e sua prevenção. Assim, espera-se que a leitura deste material colabore no tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas estaduais do Paraná, subsidiando teoricamente os professores que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos com ações preventivas no espaço escolar.

-
- 2 As perspectivas *crítica*, *pedagógica* e *histórica* são pensadas de forma articulada, de tal maneira que uma complementa a outra no processo de abordagem sobre a questão das drogas. A *perspectiva crítica* ou a *críticidade* caracteriza-se pela reflexão rigorosa, ampla e profunda sobre a concepção de homem, de sociedade e de drogas. Tais concepções se manifestam nos pensamentos, discursos e atos dos diversos segmentos da sociedade como: escolas, igrejas, centros de tratamento, universidades, instituições governamentais, entre outros. O enfoque crítico permite pôr em crise, isto é, problematizar as concepções e violência, as drogas e desigualdades sociais, as drogas e o consumismo, entre outros. A *perspectiva pedagógica* apresenta-se como uma prática que favorece a emancipação do indivíduo. A socialização do conhecimento científico constitui-se como um dos principais instrumentos desse processo emancipatório. Assim, as escolas em geral, e principalmente as escolas da rede pública, configuram-se espaços para o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pelos sujeitos, principalmente os relacionados ao problema das drogas. Finalmente, a *perspectiva histórica* amplia os olhares sobre o problema das drogas na medida que, por exemplo, argumenta que o uso de drogas não é um fenômeno recente nem de exclusividade de determinadas sociedades. Essa perspectiva demonstra que os usos de drogas sempre estiveram presentes na história da humanidade, seja para fins religiosos, terapêuticos ou mesmo alimentares. No âmbito dessas três perspectivas - crítica, pedagógica e histórica - pode-se ampliar a trama cultural, política e econômica em torno da questão das drogas, a fim de desvelar as relações de poder, as diversas finalidades de usos dessas substâncias, as ações e os efeitos dessas substâncias no organismo, entre outros.

Uso Indesejado de Drogas

CENÁRIO DAS DROGAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

JOVENS, VIOLÊNCIA E DROGAS NO CONTEXTO URBANO¹

Regina Medeiros (PUC-Minas) repameca@pucminas.br²

Resumo

A sociedade contemporânea tem como características: o espaço (escassez); o tempo (marcado fundamentalmente pelo fato social) e a individualização (sujeito busca a satisfação dos seus desejos, sua segurança e proteção). Essa multiplicidade de fatores favorece a competição, o consumo de todo tipo de produtos e serviços e a perda do sentido de solidariedade e de alteridade. Esse fato contribui para que a cidade trace uma fronteira simbólica dividindo o espaço urbano em áreas espetaculares e áreas segregadas, criando mundos heterogêneos - ocupados por grupos sociais diferentes, de acordo com imagens construídas socialmente - e contribuindo para o surgimento de um estado constante de tensão propícia à violência. A violência, embora não seja uma forma específica de expressão na sociedade contemporânea, encontra na atualidade, dispositivos, ancorados na facilidade de comunicação, para que seja motivada e facilitada. O jovem disponível para experimentar novas situações e aventuras, forma o grupo mais vulnerável à violência (vítima) e ocupa o lugar de violento (culpado). Assim, é destacado pela mídia, pela sociedade civil, políticas públicas, sistema de controle e repressão. Portanto, discutir a violência juvenil na sociedade contemporânea exige uma contextualização e uma análise cuidadosa desse grupo social.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Contemporânea; Juventude; Violência.

- 1 Artigo publicado no livro *Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis*, organizado por Oscar Cirino e Regina Medeiros, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- 2 Doutora em Antropologia pela URV-Espanha (Universitat Rovira i Virgili), pesquisadora do Centro Mineiro de Toxicomania, professora do Departamento de Sociologia da PUC-Minas (Pontifícia Universidade Católica-MG).

O tema que articula juventude, violência e drogas tem um lugar destacado nos diferentes programas informativos, fazendo parte de um cenário urbano. A difusão dessas notícias, na maioria das vezes, é associada à imagem negativa, contribuindo para formar uma opinião estereotipada e uma relação, quase imediata, entre a juventude que, sob o efeito de drogas ou em busca de droga, provoca violência nos grandes centros urbanos. Embora esse cenário seja organizado num marco de referência global, no Brasil como em vários outros países, especialmente aqueles considerados do “terceiro mundo”, os jovens violentos que se relacionam com drogas são caracterizados como aqueles que se agrupam em gangues, galeras, etc. e reconhecidos como provocadores. Porém, são também vítimas de uma organização social, pós-moderna, que favorece a emergência de grupos sectares, como forma de identificação dos indivíduos, em busca de alternativas para solucionar problemas vitais, como as relações familiares e sociais, os valores culturais e morais.

As grandes cidades têm se constituído objeto de investigação das mais diferentes áreas de conhecimento. No campo da Antropologia, as pesquisas nos centros urbanos tendem a investigar o sistema de relações e redes sociais com nós e bifurcações de trajetórias construídas em regiões delineadas como espetaculares e regiões periféricas, envolvendo uma diversidade de personagens. O espaço urbano é heterogêneo e dotado de identidades variadas que, ao mesmo tempo, possibilita ao transeunte experimentar uma sensação de circular em um espaço que lhe pareça familiar, mas dada a diversidade de elementos e de relações pessoais lhe provoca estranhamento. Assim, exige um exercício constante de estranhar o familiar e familiarizar o exótico.

A cidade é um espaço onde a coletividade compartilha significados, estrutura as relações e as interações sociais, cria códigos estéticos, regras de comportamento e ordena os rituais formando uma espécie de gramática cultural (BUSSE; BRUNZEELS, 2000). A cidade está inscrita na ordem imaginária com representações simbólicas importantes, que são expressas através dos fragmentos de memória (VELHO, 1994). A apropriação e o uso da cidade define um mapa demarcado com fronteiras simbólicas que ao mesmo tempo que exclui, inclui os indivíduos. Ao mesmo tempo que cria distâncias, favorece aproximações. Os mecanismos utilizados nessa engrenagem são baseados em critérios sociais e interesses políticos que classificam os grupos sociais e definem áreas denominadas de segregação e áreas espetaculares. Essa divisão estabelece espaços com significados relativos que transforma a cidade em pequenos mundos heterogêneos – forma um mosaico – que se tocam e geram agrupamentos e redes sociais com diferentes formatos e diferentes atores. Neste artigo, serão enfocados os jovens moradores nas cidades que a mídia apresenta violentos e envolvidos no mundo marginal das drogas.

A juventude é um coletivo definido por um segmento de idade. Esta coorte etária é simbólica, pois, na maioria das vezes, é usada para segregar um grupo específico e apresentá-lo como problema social³. Ou seja, a juventude inscrita na ordem de algum processo ou comportamento social relevante – delinquência, violência e drogas – criando imagens sociais estereotipadas para simbolizar aspectos básicos da vida de uma sociedade.

3 Problema social aqui é definido como “aquél que ocupa um lugar, canaliza energías, las reaciones de la gente ante la atención de problemas de la vida cotidiana, desviando la atención de problema más estructurales, de aquel tipo de assunto que podríam poner en cuestión el actual status quo de nuestra sociedad” (GONZÁLEZ, et al., 1988, p. 26).

A juventude é histórica e antropológicamente “una situación social creada – y ampliada progresivamente en números de años, en las sociedades capitalistas – en un umbral que antes separava la infancia de la edad adulta...” (LOPEZ, 2002, p. 42). Essa noção está associada à instauração e à inserção do indivíduo no mercado de trabalho possibilitando os mecanismos de consumo e a formação da força de trabalho. O jovem que contrapõe essa ordem é colocado no lugar de transgressor ou desviante e, conseqüentemente, apresentado como bode expiatório. Portanto, associado ao lugar negativo de destaque e de atenção, é identificado como produtor de algum comportamento considerado perigoso, de impulso descontrolado e violento, como roubos, crimes e a relação destes atos com o abuso ou comércio de drogas, vagabundagem.

Para discutir violência é fundamental pensar nas suas modalidades, no contexto social e suas conseqüências, no uso do termo no senso comum, além de entender sua relevância no meio acadêmico. Porém, de toda forma, violência implica a relação de poder e as relações políticas, bem como a cultura⁴ e o sistema simbólico de relações sociais.

É muito simplista partir de uma análise da violência tendo como plataforma de fundo o elemento acusação no que se refere às instituições públicas, à polícia, à família, à droga, etc., ao invés de entender como se dá esse processo no contexto sociocultural e coletivo – e como ele se produz. Não basta centrar uma análise sobre os atos violentos, como na corrente funcionalista, que aponta a desagregação social e a noção de anomia social como responsável pela violência, assim como a corrente estrutural marxista, que associa a violência com a miséria e a pobreza, facilitando a hegemonia dos paradigmas materialistas. Tanto a exclusão social quanto a crise social, que podem ser potencial da violência, podem provocar apatia, individualismo, fragmentação das relações sociais e ausência de sujeitos coletivos (BOURDON, 1991). Portanto, é importante a contextualização da violência na sociedade contemporânea e a reflexão sobre as formas como a nossa sociedade lhe atribui significados e a interpreta, especialmente no meio jovem.

Vale a pena destacar três características importantes na sociedade contemporânea: o espaço, o tempo e o indivíduo. O espaço tem se apresentado cada vez menor, seja na vertente da área geográfica, devido à facilidade de acesso aos recursos tecnológicos (meios de transporte, Internet, televisão, etc.); seja em relação às pessoas (celular, correio eletrônico) seja em relação ao lugar social (a ocupação do lugar dos homens pelos computadores e máquinas), gerando desemprego, trabalho informal, busca de alternativas de sobrevivência e prestígio social.

O tempo está associado diretamente com as condições que o indivíduo necessita para a ocupação dos espaços sociais. Os lugares existem em menor número, a competitividade é mais exacerbada e as condições para concorrer a uma “vaga” nesses lugares são desiguais para as diferentes classes sociais. Entendendo que, a partir da revolução industrial, de maneira crescente e determinante, a produção e o consumo são cultuados através das mensagens sedutoras e atraentes sobre o “ter” – consumir, possuir – que sobrepõe ao “ser” determina o lugar dos indivíduos na sociedade, as relações que se estabelecem

4 Cultura é entendida aqui como “um processo de manipulação simbólica, através do qual os homens orientam suas ações [...] a cultura constitui-se como um processo de construção e atribuição de sentidos, ligados a modelos lógicos, sistemas de classificação estruturantes (BARROS, 2001, p. 20).

e a maneira de visualizar e interpretar o mundo. A exacerbação de informações (rádio, TV, Internet, jornais, publicações variadas, etc.) mobiliza o indivíduo ao consumo permanente e sem fim de qualquer tipo de produto, inclusive drogas. A posse de bens significa status que gera a idéia de elevação do nível de vida. Quanto mais se eleva o status, maior a exigência no aumento do consumo, pois, ao consumir um determinado produto este já estará ultrapassado, e novos produtos são apresentados no mercado. Cria-se, assim, uma bola de neve e, conseqüentemente a construção de um hiato entre o desejo infinito e motivado do consumo e a impossibilidade de satisfazê-lo. Além disso, as mensagens são veiculadas no sentido de destacar a individualidade levando o indivíduo a pensar que ele é o mais importante, que ele merece tudo o que deseja e é sujeito no processo de consumo. Incorporando essas mensagens, ele pensa que pode tudo o que quer e quer tudo que merece. E o que importa é ele, que, descolado dos compromissos éticos, fragiliza as relações de solidariedade, o limite, a alteridade e favorece a perda de referências, que sustenta as interações sociais. O mais importante é a satisfação do desejo individual e todos os recursos são direcionados nesse sentido, ainda que para isso os limites (direitos e deveres) sejam transgredidos, instalando um clima propício ao surgimento de atos de violência. Assim, a violência passa a fazer parte da vida cotidiana, principalmente nos grandes centros urbanos, e se torna natural e banalizada pelos mecanismos de comunicação de massa.

Gilberto Velho define a violência como “o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros”. Porém, acrescenta o autor “... a violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza” (VELHO, 1996, p. 10). O autor vincula a violência à relação de poder do ponto de vista da dominação de um sobre o outro, enfatizando as diferenças sociais estabelecidas nas relações entre os membros de uma sociedade, nas mais diversas formas de legitimação. Esse processo é mais acirrado nas sociedades contemporâneas, sobretudo nas grandes cidades que têm a complexidade como “conseqüência e produtora das diferenças” (VELHO, 1996, p. 13), em que os meios de comunicação de massa cria narrativas sobre o consumo, favorece a representação social no interior do campo simbólico e cria distância entre os produtos ofertados e a incapacidade de grande parte da população (de maneira especial, os jovens que não têm inserção no mercado de trabalho) em acedê-los. Assim, relaciona o sujeito com o objeto e através de diferentes mecanismos, instiga o sujeito a buscar um lugar social através de produtos consumidos.

Dessa forma, torna-se mais evidente a demarcação dos espaços sociais e a delimitação entre os que possuem meios para aceder a esses bens e serviços e aqueles que são colocados em lugares distantes, dificultando sua participação social. Essa estratégia dá origem a um ressentimento crônico e um sentimento de repulsão permanente (DIMENSTEIN, 2000) de um grupo sobre o outro. Nesse processo, são construídos discursos hegemônicos direcionados à juventude, com um conteúdo simbólico e estruturados com temas de seu interesse, que envolvem música, moda, estilo de vida, esporte, lazer e drogas. Nesse campo, a mídia além de outros produtos, coloca a droga como substância útil ao cidadão, seja como algo importante nas horas de lazer (elemento estruturador e mediador das relações sociais) seja como responsável pela maioria dos atos de violência (elemento que justifica o controle social). Essa ambivalência é absorvida e repercute de maneira diferente nos vários agrupamentos socioculturais. Obter os produtos ofertados é fundamental para colocar o indivíduo num lugar social privilegiado, para possibilitar sua participação social e dar idéia de pertencimento. Se os meios para conseguir os produtos ofertados forem considerados ilegais, os jovens são classificados como violentos, criminosos, transgressores, toxicômanos e perigosos. Dessa forma, é disseminado o terror em relação ao jovem – especialmente aquele que é colocado à margem da sociedade – motivando e

justificando as estratégias do uso legítimo de repressão, por parte da sociedade e do poder público. O jovem fica no entre lugar de vítima de uma ordem social e gerador de uma desordem social. Essas imagens culturais dominantes construídas – baixos interesses políticos hegemônicos – são capazes de servir de argumentação para os diferentes modelos de intervenção, no campo das toxicomanias (jurídico-policial proibicionista) e atingir amplos setores sociais (ESCOHOTADO, 1989). A droga, assim, é associada ao perigo, à violência e às imagens estereotipadas veiculando temor de difícil controle devendo ser combatida.

Por outro lado, o tema do consumo de drogas e a forma como é construído na nossa sociedade mobiliza outros setores da sociedade como polícia, profissionais de saúde, profissionais da área do Direito, traficantes, atravessadores e políticos. Esses segmentos são capazes de articular discursos de conteúdo corporativo para intervir em determinados comportamentos juvenis, elaborar narrativas coletivas, simbólicas e absolutas, através de campanhas de grande extensão e mobilizar ações para o enfrentamento da problemática. Assim, do jovem drogado e violento é extraída a humanidade, ou seja, ele deixa de existir como sujeito, passa a ser um problema social, não mais um cidadão. Nessa situação original, escapam as reflexões sobre os direitos dos indivíduos, só reconhecidos no momento em que seu pertencimento a um ou a outro grupo e/ou lugar social se concretiza para garantir e defender sua cidadania.

Portanto, é importante analisar o campo das orientações dos protagonistas e entender a violência e as drogas como o produto de uma condição estabelecida estruturalmente e como resultante de experiências e orientações produzidas pelos atores sociais. Os fatores estruturais certamente fazem emergir um novo campo de conflito que permite que novos figurantes se organizem em redes submersas (grupos, bandas, gangues) e promovam os movimentos sociais. Assim, a violência e o consumo de drogas passam a configurar como o agir coletivo na construção de identidade social. Nesse processo, o jovem se constitui como sujeito, e, na relação com outros, sobressai a possibilidade de uma prática coletiva.

A juventude pode ser definida como uma fase que caracteriza “limiaridade” entre a dependência da família e a autonomia advinda de sua inserção no mercado de trabalho e das relações sociais adultas; entre o código de regras do adulto; os familiares, a escola⁵; o mundo do trabalho e os grupos criados espontaneamente. A sociedade contemporânea não tem condições de absorver a mão-de-obra jovem, e a escola, que não atualizou as formas de relação com a educação, caracteriza-se como um lugar pouco atraente e gerador de exclusão. Se esses espaços não se configuram mais como importantes para a construção de redes e de identidade, o jovem sai em busca de novas agregações e novas identidades grupais ou de afirmação de identidades e interesses específicos. Isso pode ser facilmente observado nas grandes cidades, com o surgimento de novas e heterogêneas formas de sociabilidade e de agrupamentos jovens, como gangues, torcida de futebol, skin-heads, galeras dos bailes funks, grafiteiros, pagodeiros, grupos que saem com intuito de colocar fogo em índio, roubar carro, agir no comércio do narcotráfico e de armas, etc. Esses grupos, por um lado, constituem fator importante para a construção da identidade (afirmação de identidade em construção) e demarcação de territórios simbólicos, por outro são uma forma de manifestação de uma sociabilidade, às vezes, violenta.

5 Em geral, os excluídos querem ter acesso à instituição e o fazem através da violência, em busca de merenda, equipamentos para vender, invasão do recreio para lazer, etc.

Porém, os jovens se organizam não somente dessa maneira mas também através de movimentos sociais como forma de expressar sua oposição à estrutura de poder imposta, por exemplo, em favor dos Direitos Humanos, em relação ao homossexual, em defesa do meio ambiente e em defesa da segurança cidadã, contra a globalização, na luta pela paz, na organização cultural, etc. Embora seja essa também uma forma específica de interação e organização das pautas culturais, esses grupos são destacados como problema.

A violência entre a juventude articula as dimensões estruturais e culturais construindo uma trama complexa e dramática gerando e espalhando o sentimento de insegurança e medo. A insegurança se traduz na instabilidade de expectativa de uma ordem social volátil e precária, que é reproduzida no meio social gerando descrença. A ordem da sociedade contemporânea é baseada no consumo – de qualquer tipo de produto, inclusive drogas legais e ilegais – e em tudo que ele pode gerar, por isso é frágil e instável. O medo é uma reação protetora do indivíduo em relação ao agressor. Está instalado no campo subjetivo (humilhação, sofrimento, emoção, vulnerabilidade) e no campo da prática, através de experiências concretas. Segundo Oliven, o medo alastra profunda insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos de meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência. Surge daí a motivação para reprimir, ameaçar, agredir e culpabilizar qualquer manifestação ou grupo que possa provocar um desequilíbrio dos modelos hegemônicos, sobretudo aqueles grupos que ocupam territórios segregados socialmente, que assumem comportamentos transgressores, como é o jovem de periferia ou de classes sociais desprovidas de recursos econômicos. Esse estado de tensão constitui uma situação privilegiada para o surgimento da violência numa relação de dominação e dominado tomando os paradigmas culturais que estruturam determinada sociedade.

Portanto, a violência é uma constante que entrelaça o cotidiano na sociedade contemporânea levando ao engajamento pessoal na relação de força, às vezes vazia de qualquer conteúdo preciso (por exemplo, por causa de um tênis, como brincadeira ou porque o sujeito reagiu, ou de repente o indivíduo num campo de futebol começa a apanhar ou bater sem nenhuma explicação objetiva, ou numa saída de uma boate jovens agredem outros simplesmente porque não gostaram do jeito que foram encarados, ou um crime por uma dívida de vinte reais no comércio de drogas ou pelo simples fato de o indivíduo possuir uma arma no momento da raiva ou da insegurança), reproduzindo, dessa maneira, os atos violentos.

Embora esses atos sejam motivados por vários fatores, situações e relações sociais presentes no espaço urbano, a mídia tende a destacar especialmente aqueles que se vinculam ao tráfico de drogas ou o sujeito “drogado” superdimensionando a associação entre crimes, violência e drogas⁶. Delineia-se, assim, um espaço específico nas cidades em que o fenômeno da violência é prioritariamente desenvolvido nas áreas segregadas que estão principalmente na periferia, onde as condições de vida são mais precárias e a exclusão e a pobreza determinam a marginalidade social. Nesse contexto, justifica o comércio de drogas, o crime organizado e as frequentes situações de conflitos sociais (BAILEY, 1984; ABEL, 1987; JERATH et al., 1982).

Por outro lado, observa-se uma tendência em destacar o traficante como autoridade do saber e do poder, especialmente nos bairros da periferia, enquanto as autoridades legais – representadas pela

6 Segundo Lima (2000) em análise sobre a presença de drogas em crimes, apenas 2,3% retrata a presença de drogas em todo o país. O que se pode concluir que muitos dos crimes têm a ver, não com a droga, porém, com outros fatores.

polícia, pela escola e outras instituições – são colocadas em segundo plano (MICHAUD, 1989)⁷. Neste contexto, as autoridades oficiais tornam-se incapazes para fazer o controle do tráfico de drogas, e isso se configura na sociedade como impotência do Estado em exercer o controle policial e conter a violência (SEADE NEW, 1995).

A mídia tem um papel importante nessa engrenagem ao apresentar imagens – reais – de violência sempre dolorosas, que retratam sujeitos comuns – provocadores ou vítimas – como qualquer pessoa que relacionamos no nosso cotidiano ou pessoas que poderiam fazer parte de nosso próprio grupo. Desta forma, generaliza a fragilidade – e de certa forma incentiva este sentimento através de mensagens que instrui ao agredido a não reagir diante de uma ameaça – do cidadão, espalhando o medo, a desconfiança e a paranóia. A violência é interpretada como algo de fora, do outro, da periferia, dos negros, dos imigrantes, dos drogados e dos demais grupos considerados socialmente marginalizados.

Assim, a violência simbólica e física procede não somente do poder paralelo, mas também da sociedade civil e do Estado, incapazes de planejar e executar estratégias racionais de controle do uso e comércio de substâncias que, apesar da aura de nocividade descomunal e risco que apresentam, não deixam de ser apenas mais alguns produtos no mercado das substâncias psicoativas. Tais violências também provêm, certamente, de policiais violentos no combate as drogas, que, como têm o uso legítimo da força, podem ser tão perversos como outros grupos sociais (ZALUAR, 1994; ESCOHOTADO, 1997).

A articulação juventude, violência e drogas no cenário contemporâneo, pode ser associada como a interdependência entre sujeito-contexto-substância, desconfigurando, assim, o jovem como responsável e culpado por todo esse processo. Com essa leitura, é possível decifrar as tramas mais sutis e invisíveis dos atos de violência, como eles são associados a outros fatores socioculturais; como o fenômeno drogas, da violência e da juventude vinculado a determinados grupos; como o comércio de drogas é incentivado e tolerado pelo Estado; como as imagens são construídas, no interior das sociedades; como os estilos de vida e o consumo exacerbado de qualquer produto influenciam a impessoalidade do sujeito; como os mecanismos de comunicação de massa trazem textos e mensagens que se transformam em verdadeiros “manuais de instrução” emitindo comandos imperativos, especialmente aos jovens, e fazendo com que os atores sociais criem que estão sempre em trânsito, de passagem e que as condições para circular nos espaços urbanos pressupõem a interação com textos, com códigos, com imagens e com a plasticidade dos contextos sociais.

7 Zaluar (1998) esclarece que o uso da arma de fogo é mais comum entre as pessoas que fazem tráfico de drogas tanto por existir uma facilidade para negociar essas armas quanto a necessidade de competir, de se defender e de sobreviver. Os jovens são os atores mais propícios a aceitar esse meio de resolução de problemas. Com a circulação de armas e as alternativas de sobrevivência dos jovens das regiões de periferia das grandes cidades, é importante o delegar de poder na região, o que O'Donnell chamou de “autoritarismo socialmente implantado” que tem raízes na violência. Dessa maneira, os costumes, as regras, os valores e as normas nessa sociedade têm necessidade de se modificar, implantando-se então, novos traços culturais coerentes com a contemporaneidade. Ao mesmo tempo a sociedade organiza os espaços urbanos de acordo com a ética e a moral do tráfico de drogas.

Referências

- ABEL E. **Homicide**: a bibliography. New York: Greenwood, 1987.
- ADORNO, S. Criminologia urbana violenta. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, 1993.
- ADORNO, S. **A questão urbana do medo e da insegurança**: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1996.
- BAILEY, R. Poverty, inequality and city homicide. **Rate. Criminology**, n. 4, p. 531, nov, 1984.
- BARROS, J. M. Cidade e identidade: a avenida do Contorno em Belo Horizonte. In: MEDEIROS, R. P. **Permanências e mudanças em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 19-37.
- BEATO, C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 13, p. 37, jun. 1998.
- BEATO, C. et al. **Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte 1995 a 1999**. Belo Horizonte, 2000. Mimeo.
- BLISSET, I.; BRÜNZEL, S. Manual de guerrilla de la comunicación. Barcelona: Vírus, 2000.
- BOUDON, R. **La place du désordre**. Paris: Quadrige/PUF, 1991.
- CASTRO, I. E. (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CHESNAIS, J. C. **O aumento da violência criminal no Brasil**: a força policial. São Paulo, n. 9, jan./mar.
- COELHO, E. A criminalidade urbana violenta. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 145-183, 1988.
- DAHRENDORF, R. **A lei e a ordem**. Brasília: Instituto Tancredo Neves/ Fundação Friedrich Neumann, 1987.
- DAHRENDORF. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo/Rio de Janeiro: Zahar/EDUSP, 1991.
- ESCOHOTADO, A. **Historia de las drogas**. Vol.1-3. Barcelona. Alianza, 1989.
- ESCOHOTADO, A. A proibição: princípios e conseqüências. In: RIBEIRO, M. M.; SEIBEL, S. D. **Drogas**: hegemonia do cinismo. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 34-41, 1995.
- FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 34-41, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Indicadores sociais de criminalidade**. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte, 1987.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Anuário estatístico do Estado de São Paulo**. São Paulo.
- FUNDAÇÃO SEADE/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de estudos da violência. **O jovem e a criminalidade urbana em São Paulo**. São Paulo. Relatório de Pesquisa, 1995.
- GONZÁLEZ, C.; FUENTES, J. et al. **Repensar las drogas**. Barcelona: Grupo IGIA, 1998.
- JERATH et al. **Homicide**: a bibliography on over 4.500 items. Pine tree, 1982.
- LIMA, K. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Polícia Militar do RJ. Rio de Janeiro. In: ADORNO S. 1993.

LIMA, RS; SINHORETTO J; PIETROCOLLA L. Também morre quem atira: risco de uma pessoa que possui arma de fogo ser vítima fatal de um roubo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, v. 8, n. 29, p. 365-373, jan-mar, 2002.

LÓPEZ, M. M. **Okupaciones de viviendas y de centros sociales**. Barcelona: Vírus, 2002.

LUCINDA, M. C. et al. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MESQUITA, M.; BORDINI, E. **Homicídios de crianças e adolescentes**: uma contribuição administração da justiça criminal em São Paulo. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

MICHAN, E. J. Narcotics: the problem and the solution. In: **The Political Quarterly**. v. 61, oct.-dec. 1990.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MORAIS, P. C. C. Mitos e omissões: repercussões da legislação sobre entorpecentes na região metropolitana de Belo Horizonte”. **Oficina**, FUMEC, v. 7, n. 11, 2000.

O'DONEELL, G. Democracia delegativa? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 31, 1991.

OLIVEN, R. G. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROTH, J. A. Psychoactive substances and violences. **Series research in Brief**, US. Dept. of Justice. <Http://206.61.184.43/shaffer/govpubs/psycoviol.htm>. Acesso em: 21 jul. 1997.

VELHO, G; ALVITO, M. (Orgs.) **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ZALUAR, A. (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução dos riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L (Org.) **História da vida privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOVENS, DROGAS, RISCO E VULNERABILIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS¹

Maria Ângela Silveira Paulilo (UEL) mangela@uel.br²
Leila Solberger Jeolás (UEL) leilajeolas@sercomtel.com.br³

Resumo

O texto ora apresentado objetiva esboçar a possibilidade de se trabalhar com a abordagem da vulnerabilidade social, articulada à discussão das dimensões culturais do risco, para apreensão das múltiplas dimensões que expõem os jovens, atualmente, ao uso abusivo de drogas. A forma ambivalente com que diversas formas de se correr risco são aceitas e, por vezes, socialmente valorizadas, apresenta-se como um dos componentes de vulnerabilidade social ou um dos aspectos que potencializam a vulnerabilidade dos jovens às drogas. A articulação das duas abordagens apresenta-se como um caminho profícuo para apreensão da complexidade que envolve o uso abusivo de drogas em nossa sociedade e para a compreensão da rede de significações construídas em torno da questão.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens; Drogas; Risco; Vulnerabilidade.

- 1 Artigo publicado na Serviço Social em Revista, vol. 3, n. 1, jul/dez 2000. Uma publicação semestral do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL. Edição eletrônica integral, disponível no <http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n1_jovens.htm>. Acesso em 13/06/07.
- 2 Assistente social, professora do Departamento de Serviço Social da UEL, doutora em Serviço Social-PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica-SP) e coordenadora da pesquisa “A Questão das Drogas na Cidade de Londrina”.
- 3 Antropóloga, professora do Departamento de Ciências Sociais da UEL, doutora em Ciências Sociais-PUC-SP e pesquisadora-colaboradora.

O CONCEITO DE VULNERABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

A abordagem teórica da vulnerabilidade, que aqui articulamos com a análise da dimensão cultural do risco nas sociedades atuais, foi proposta no contexto da epidemia da AIDS por pesquisadores atuantes na área de confluência da saúde pública e das ciências humanas preocupados com as múltiplas dimensões da epidemia, suas conseqüências e impacto social. Vale, portanto, um breve histórico desta abordagem para que se esclareça a pertinência de sua aplicação na análise das múltiplas dimensões do uso abusivo de drogas entre os jovens, atualmente, em nossa sociedade.

O conceito de vulnerabilidade, tomado do movimento de Direitos Humanos, foi desenvolvido por Mann e colaboradores (MANN, 1992), para pensar a epidemia da AIDS no contexto da Saúde Pública. Ele vem sendo utilizado por pesquisadores brasileiros (AYRES, 1996; VILLELA, 1996; PAIVA, 1996; AYRES, CALAZANS e FRANÇA JR, 1998) com o intuito de ultrapassar a compreensão inicial do risco da AIDS baseada na idéia de grupos de risco e de comportamentos de risco. Em conseqüência de tal abordagem, a prevenção da doença era entendida como resultado de informação e vontade pessoal, dependendo, portanto, da mudança de comportamento realizada voluntariamente pelo indivíduo. Tais pesquisadores vêm propondo ampliar o campo das reflexões para além do comportamento individual que só pode ser entendido como produto da interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos e nem sempre se reduz à vontade individual, entendida enquanto domínio cem por cento racional e consciente.

Este conceito amplia, portanto, a discussão sobre as múltiplas e interdependentes dimensões da epidemia e permite dar conta da complexidade das questões envolvidas na sua prevenção. Se a AIDS pode afetar biologicamente qualquer pessoa, a chance de se infectar pelo vírus não é igual para todos os países, regiões, grupos ou indivíduos. A vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser minimizadas ou revertidas.

Para melhor operacionalizar o conceito, os autores propõem que a vulnerabilidade seja pensada sob três planos: o social, o programático ou institucional e o individual. O plano social inclui condições socioeconômicas, acesso à informação, escolarização, garantia de acesso aos serviços de saúde, garantia de respeito aos direitos humanos, situação sociopolítica e cultural da mulher. O plano programático ou institucional refere-se a serviços, programas, projetos e atividades voltadas para combater a epidemia de forma contínua e integrada. O plano individual relaciona-se a comportamentos que possibilitam a infecção pelo HIV ou a capacidade de adotar comportamentos seguros, plano este que depende, justamente, da interrelação com os dois primeiros.

Como vemos, a mudança de comportamento na prevenção da AIDS passa por coações estruturais de natureza econômica, política, cultural e jurídica muito amplas e enraizadas e diferem de país para país, de região para região, de segmento social para segmento social. E quanto menos acesso à educação e à saúde, quanto mais marginalizados e excluídos, quanto menos recursos os indivíduos tiverem para elaborar escolhas para suas próprias vidas, mais vulneráveis a diferentes riscos eles estarão e pouco poderão fazer para adotarem práticas de proteção. A tendência atual à “pauperização” da AIDS é um

indício deste fenômeno. Desta forma, a maior ou menor vulnerabilidade dos jovens ao HIV/AIDS decorre do conjunto dos elementos destes três planos.

Os jovens têm sido apontados, no mundo todo, como grupo mais suscetível não só à AIDS, mas também às drogas. Parte-se da idéia de ser esta faixa etária mais suscetível a comportamentos de risco, de um modo geral. Isso decorre das características comuns a esta fase da vida, apontadas por diferentes áreas do conhecimento. Citamos algumas: momento de transitoriedade e, portanto, de ambigüidade (nem criança, nem adulto); autonomia e responsabilidade relativas; conflito com o mundo adulto (necessidade de opor-se para auto-afirmar-se no processo de construção de identidade); crise potencial com emergência de um novo corpo, nova imagem de si mesmo e vivência da sexualidade; sentimento de invulnerabilidade e potencialidade para auto-destruição; ansiedade frente às exigências pouco definidas e às demandas difíceis de serem cumpridas em relação à família, trabalho, lazer e consumo.

No entanto, tais características comuns se expressam de maneira diferente, conforme o contexto em que os jovens vivem. Como categoria sócio-histórica, a juventude apresenta diversidades na sua forma de existir, o que a coloca em diferentes graus de vulnerabilidade em relação às drogas. São diferenças de classe, de região, de estilos que coexistem, ao mesmo tempo, com características comuns a esta faixa etária.

Dentro do quadro da vulnerabilidade, que permite ampliar o leque das dimensões socioeconômicas, políticas e culturais do uso abusivo de drogas, ressaltaremos as dimensões culturais do risco como um dos aspectos da vulnerabilidade. Chama a atenção a proliferação de diversos comportamentos considerados de risco e a grande ambivalência existente nas formas através das quais os riscos são representados e vivenciados nas sociedades ocidentais atuais.

Faz-se necessário compreender a noção de risco através dos diferentes significados que ela acumula, a depender de valores históricos e culturais referentes a diferenças de classe, de regiões e de grupos que estruturam a sociedade. Somente assim poder-se-á analisar, no âmbito do uso abusivo de drogas, quais representações os jovens constroem sobre o risco e quais significados lhes atribuem para que se possa esboçar o quadro das múltiplas dimensões às quais estes jovens se vêem expostos.

JUVENTUDE E RISCO NAS SOCIEDADES ATUAIS

Vale ressaltar, antes de avançarmos com a discussão, que a tradição sociológica trabalha com a categoria juventude, enquanto a psicologia e as ciências da saúde utilizam a categoria adolescência em seus estudos. A idade que determina o início de cada etapa da vida é variável. Para uns, a adolescência começa aos 15 anos e vai até aos 19 e são classificados como jovens aqueles entre 20 e 24 anos. Para outros, a adolescência teria início aos 14, ou mesmo aos 13, terminando aos 19 anos. O que seria válido para a sociedade brasileira na qual grande contingente de crianças e adolescentes se insere no mundo do trabalho desde muito cedo e o início da vida sexual tem também se reduzido, sem falar na antecipação da menarca entre 10 e 12 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) delimita a adolescência e a juventude entre os 10 e 25 anos. Atualmente, estudos europeus têm alongado os limites superiores da juventude para 29 anos, configurando uma pós-adolescência, segundo eles, ou um período de moratória

social no qual o jovem, ao concluir a escolaridade, não estaria conseguindo se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, para a grande maioria dos jovens brasileiros, este não parece ser o caso, uma vez que eles começam a trabalhar mais cedo. De qualquer maneira, a delimitação do limite superior da idade para a juventude fica mais difícil de ser estabelecida, uma vez que depende de critérios sociais, econômicos e culturais, bastante móveis atualmente, como é o caso do trabalho, da autonomia financeira ou a constituição de uma nova família. Já o limite inferior que marca o início da adolescência, embora também variável dependendo do contexto, tem pelo menos a puberdade, e as transformações produzidas neste período da vida, como ponto de partida (SPOSITO, 1997).

Se tivéssemos que atribuir aos tempos atuais apenas um sinônimo, talvez o que melhor se apropriasse fosse o de excesso. Para autores como Balandier (1994), excesso de códigos, de imagens, de valores e de referências, marcado pelo novo, pelo inédito e pela mudança. Excesso que produz, por um lado, referências instáveis e incerteza e, por outro, necessidade de identificação e de enraizamento. Para Augé (1994), os tempos atuais poderiam ser definidos pelo excesso factual, espacial e de individualização das referências. Dominadas pelo número e pela medida, as sociedades atuais reduzem o indivíduo à sua importância numérica, enquanto público, mercado, eleitorado. Primado do individual sobre o social, do elemento sobre o conjunto, das performances individuais fundadas nos recursos e capacidades de cada um e da competição sobre o reconhecimento. Cada vez mais, vem sendo deixado ao próprio indivíduo a tarefa de se situar no mundo.

Para os jovens, atualmente, viver o momento de passagem, da infância à idade adulta, sem uma cosmologia ou um universo de reconhecimento comum, torna-se ainda mais incerto e complexo. Os universos de reconhecimento comuns previnem e interpretam a desordem, portanto, as incertezas e perigos próprios dos momentos de mudança e dos acontecimentos, sobretudo aqueles ligados à vida e à morte: o sexo, a procriação, o nascimento, as doenças, os infortúnios. Diferentemente dos rituais das sociedades tradicionais, que instrumentalizam melhor os sujeitos para vivenciarem as mudanças e interpretarem os perigos, os rituais atuais são pulverizados, surgem e desaparecem ao sabor da moda, proporcionando aos jovens, desta forma, apenas ilhas de segurança. Eles não os preparam para os momentos de passagem e de mudança e, com dificuldades, possibilitam a transmissão da herança de uma geração a outra. Neste contexto atual, como bem sugere Balandier (1994), os jovens seriam levados a tornarem-se seus próprios produtores de significações, construindo-as, em certo sentido, num tipo de bricolage, através de seus próprios recursos e sob o impulso das circunstâncias, das necessidades imediatas e das influências recebidas. Eles se tornariam, assim, os artesãos-bricoleur de suas próprias práticas e representações do mundo.

Mesmo considerando as diferentes maneiras de ser jovem – diferenças de classe, regionais, religiosas, de grupo – eles compartilham, de modo geral, a ansiedade de viver um momento de passagem, de uma etapa da vida à outra, ou de um *status* social a outro, muitas vezes com exigências pouco definidas ou com demandas difíceis de serem cumpridas em relação à família, ao trabalho, ao consumo e ao lazer. Potencializam-se, desta forma, inseguranças e ansiedades, próprias deste momento intermediário de mudança, quando se faz presente, de maneira profunda, a ansiedade em relação ao risco (DOUGLAS, 1994).

A ambivalência, somada ao excesso e à rapidez das mudanças, tem sido também marca de nossa época. No domínio dos riscos e perigos, nossa sociedade, apesar de obcecada com a segurança, faz com que riscos proliferem nas mais diferentes formas. Segundo Le Breton (1991), o risco expressa a relação, inconsciente e ambígua, do homem com a morte.

Alguns, mais coletivos; outros, mais individuais. Alguns, mais calculados, planejados e procurados, como é o caso dos esportes radicais; outros, mais impostos ou dependentes de vulnerabilidades socioculturais e individuais, como podem ser vistos o uso de drogas ou a gravidez não planejada. Alguns, negados e afastados; outros, aceitos ou até mesmo valorizados, como o são as competições esportivas. Sugestiva interpretação do autor, para quem as diferentes formas atuais de se correr risco atualizariam a ordália antiga, como estrutura antropológica da necessidade inconsciente do homem de se relacionar com a morte e, ao mesmo tempo, com o sentido da vida.

Entretanto, hoje, os rituais ordálicos seriam mais individuais do que coletivos, dependendo, portanto, muito mais das circunstâncias, dos pequenos grupos e do próprio indivíduo e menos das tradições coletivas. A ordália se encontraria, em germe, de forma mais ou menos atenuada, em várias práticas juvenis: nos rachas de carro e de moto, nas competições, na prática dos esportes radicais, nas brigas de grupos ou gangues urbanas, no skate. Palavras como adrenalina, radical, hard tornam-se cada vez mais recorrentes no vocabulário juvenil.

Le Breton (1991) utiliza-se dos rituais ordálicos, enquanto instrumentos ou guias, para nos auxiliar na compreensão dos tempos atuais. Estes rituais seriam recursos individuais ou de pequenos grupos para esses tempos de eclipse do simbolismo coletivo, em que os sujeitos teriam que lançar mão da criatividade para simbolizar os acontecimentos de sua própria vida de forma bastante diversa e desigual. O risco de vida presente nas condutas adolescentes, na toxicomania, nos esportes radicais aproximaria, pois, simbolicamente, o sujeito da morte, permitindo-lhe interrogá-la em busca de sentido e de valor para sua própria existência. Na verdade, o sujeito estaria buscando saber, inconscientemente, se viver tem ainda uma significação. Queremos sentir a existência bater no peito, afirmam os partidários dos esportes radicais ou os viciados em adrenalina, analisados por Le Breton (1991). O mesmo poderia ser dito pelos jovens skatistas, por aqueles envolvidos em brigas de gangues ou por usuários de drogas. A relação com o risco, nos tempos atuais, torna-se, assim, um jogo do homem com seu inconsciente, por meio do qual se trata de produzir ou de provar para si próprio o valor da sua existência, já que o social e o cultural estão, cada vez menos, conseguindo fazê-lo de forma satisfatória.

Até o primeiro quarto do século XX, os jovens das sociedades ocidentais possuíam diferentes formas de ritos que lhes marcavam a passagem da infância para a idade adulta. Tais ritos de passagem simbolizavam as transformações ocorridas na puberdade e a aquisição por parte deles de novos papéis sexuais e sociais. A primeira festa ou o primeiro baile prenunciavam o advento da maioridade, do primeiro emprego, da primeira relação sexual, do casamento.

Hoje, entretanto, as inúmeras influências culturais, as múltiplas tradições pulverizadas e a ampla extensão e desenvolvimento dos meios de comunicação tornaram a transição menos marcada, ou seja,

sua demarcação se efetua de forma não unívoca e tampouco se realiza a partir de critérios ou rituais bem definidos. O que produz, por conseguinte, incertezas e inseguranças no jovem, de modo geral, ao enfrentar um momento, para eles, de tão profundas mudanças. Os ritos de passagem ou de iniciação permitem que se controle o medo e a ansiedade, próprios dos períodos de mudança, uma vez que os ritualizam e os simbolizam, oferecendo maior segurança aos membros da sociedade para o desempenho de novo papel social (LE BRETON, 1991). Nas sociedades tradicionais, eles demarcam, com clareza, a aquisição de um novo status social, pressupondo a conjugação de responsabilidades econômicas, civis, conjugais e familiares. Os ritos de passagem implicam, de igual modo, na aquisição de uma identidade sexual com valores coletivamente instituídos.

Tais ritos vêm perdendo, cada vez mais, seu valor de nítida demarcação entre a infância e a idade adulta. Atualmente, o jovem se confronta com uma multiplicidade de papéis sociais, de valores e de referências, ao mesmo tempo em que se sente limitado pelas pressões sociais e econômicas. Ele sofre com as dificuldades em relação à futura vida profissional, com a angústia da ameaça de desemprego, com a inadequação entre as próprias aspirações e as possibilidades oferecidas pela sociedade, com o apelo ao consumismo em choque frente à impossibilidade de ver os próprios desejos satisfeitos.

Por isso, e talvez não só, esta passagem de um status a outro vem se transformando num período de tentativas mais individualizadas e marcadas pela indecisão. Perdida a força vital dos rituais tradicionais, cabe ao próprio jovem ter que buscar formas outras de simbolização, ora com, ora sem a ajuda da família, ora de maneira solitária, ora em grupos – as gangues, as galeras. O que se tem são ritos pulverizados e múltiplos, em consonância com origens sociais e culturais, mutantes ao sabor das modas, por isso, provisórios, pouco enraizados e ligados ao ciclo do consumo. Nas palavras de Le Breton (1991, p. 97), menos do que formar o jovem para a existência, eles propõem praias de segurança e de aliança com aqueles de sua classe de idade.

Os ritos de passagem tradicionais exigem uma herança a ser legada pelo grupo dos mais velhos que, ao organizarem a cerimônia, transmitem uma linha de orientação, um saber sobre o passado que se projeta para o futuro. As sociedades atuais, entretanto, ao instaurarem uma permanência do provisório, tornam apropriada a afirmação de René Chair: a herança está sem testamento para cada geração (*apud* LE BRETON, 1991, p. 102). Os jovens vêm perdendo o contato com a geração que os precedeu. A diferença é que as normas, os códigos e os valores presentes nos rituais de iniciação das sociedades tradicionais, porque coletivos, tinham seus significados compartilhados socialmente. Nos pulverizados rituais de nossos dias, as normas, particulares aos grupos, não encontram respaldo nos costumes nem se sustentam na tradição. Hoje, nenhum rito proporciona referências e valores estáveis e unívocos. Ao contrário, o indivíduo, vem sendo solicitado, cada vez mais, a contar consigo próprio na elaboração de sentido para a própria existência. Os comportamentos e as lógicas que os sustentam se diferenciam, as circunstâncias variam muito, as referências e os valores multiplicam-se e as informações, em excesso, se difundem com enorme rapidez, permitindo ao indivíduo mudar de posição ou de status social, de referências e de valores, ao longo da própria vida, numa composição heteróclita e complexa.

A ordália de outrora ressurgiu, portanto, adquirindo caráter individual, muito embora ignorada por quem a pratica, porque subjaz inconsciente. Desta forma, o risco, sempre implicado em uma relação com a morte, não aparece como fruto da vontade consciente, mas sim, como jogo simbólico do homem com seu próprio inconsciente (LE BRETON, 1991, p. 14). Jogo pleno de ambivalências no qual risco e segurança se confundem. Só uma sociedade que busca segurança pode valorizar o risco, diz o autor.

Cabe dizer que a relação entre risco e segurança ganha outros contornos em nosso país, realçando a ambigüidade nela presente. Convivemos com o desrespeito das normas mínimas de segurança no ambiente de trabalho, na vigilância à saúde – controle do sangue, das doenças transmissíveis – com uma polícia que, muitas vezes se confunde com o bandido, com a impunidade crônica, com filas para vagas nas escolas, para consultas médicas, para leitos hospitalares. Este quadro torna mais complexa nossa tarefa de compreender os significados acumulados referentes ao risco de modo geral e, em particular, os relativos ao risco das drogas ao qual os jovens se encontram cada vez mais expostos.

Pode-se concluir que vivemos imersos na ambivalência no que se refere às nossas práticas e representações em relação aos riscos hoje corridos, sejam eles ameaçadores, aceitos ou valorizados. Neste sentido, acreditamos que a articulação destas duas abordagens, quais sejam, aquela que contempla a dimensão cultural do risco e a que privilegia a questão da vulnerabilidade social possibilite maior compreensão do uso abusivo de drogas entre os jovens dos dias de hoje.

JUVENTUDE E DROGAS

A fim de melhor compreender os vários aspectos que compõem a vulnerabilidade social dos jovens ao uso abusivo de drogas, cabe um ligeiro retrospecto histórico para que se compreenda as origens da difusão, em larga escala, da droga na cultura ocidental, a partir dos anos 1960.

Bucher (1996) aponta como marco inicial da difusão em larga escala da droga na cultura ocidental o que denomina de vertente existencial do uso da droga, cujo florescimento deu-se associado ao movimento hippie dos anos 60, nos Estados Unidos. O uso de drogas como a maconha e o ácido lisérgico constituíam, na época, uma reação contracultural, imersa em um estilo de vida underground ou alternativo que se opunha às pressões das famílias, das escolas, das Igrejas e tentava reconstruir uma sociedade cujas dimensões social, afetiva e comunitária prevalecessem sobre o individualismo, a competição e o consumo. Desta forma, a droga exercia um papel integrador na comunidade reconstruída, ancorada na figura do flower power, ou seja, da beleza, da suavidade, da sensibilidade, da solidariedade.

Zafropoulos & Pinell (1982), em análise sócio-histórica sobre a difusão do consumo de droga, na França, a partir dos anos 60, registram que, assim como o movimento underground americano, o movimento dos jovens franceses igualmente visava a construção de uma sociedade alternativa. Na metade da década de 60, tomou corpo uma tendência no meio universitário francês de torná-lo um lugar de emergência de um movimento de contestação sobretudo no terreno das lutas políticas e sindicais.

Este movimento culminaria na efervescência dos eventos de maio de 1968. A politização assumida pelo movimento da vanguarda cultural francesa fez com que o uso de drogas fosse então repudiado em função de seus efeitos desmobilizadores. Após maio de 1968, continuam os autores, a angústia diante das dificuldades de inserção no mundo do trabalho, a incerteza do futuro e uma perspectiva de desqualificação profissional provocam uma ruptura no militantismo político que se desdobra para um movimento underground francês. Os jovens participantes deste movimento passam a desenvolver atividades artesanais ou artísticas que lhes oferecem um certo tipo de requalificação social, valorizada pela sua relação com o talento, a criatividade, o dom; faculdades que as drogas teriam o poder de potencializar. Nesta cultura underground o consumo de drogas é novamente valorizado e adotado, devido à potencialização da inspiração para atividades criadoras e ao fato de a droga representar um atributo do caráter inicialmente contestador desta cultura.

A reação dos governantes, na França e nos Estados Unidos, como em outras sociedades, foi criar e intensificar os mecanismos de repressão contra o consumo de drogas, em uma grande ofensiva contra o desenvolvimento da toxicomania. Baratta (1994) complementa que sua proibição, nos moldes em que foi realizada, inflacionou seu valor de mercado e a repressão transformou sua mercantilização em um processo de selvageria e brutalidade. Com a consolidação, em âmbito mundial, do modo de produção capitalista, continua o autor, a história das drogas pertence cada vez menos à história das culturas locais e cada vez mais à história de uma economia globalizada.

Hopenhayn (1987) está entre os muitos autores que contestam a eficácia deste modelo bélico punitivo adotada pelas políticas de combate às drogas. O autor toma como exemplo o mercado de cocaína para ilustrar o fracasso da assim denominada “guerra às drogas” e aponta três dados: o aumento do volume da produção e distribuição de drogas nos anos 90, se comparado à década de 80; o crescimento dos recursos econômicos utilizados em seu combate; as medidas legais cada vez mais fortes, como o estabelecimento desproporcionado da pena de morte e da prisão perpétua para casos de narcotráfico. Conclui o autor que, se o que se buscava, era controlar o consumo e abuso de certas substâncias proibidas através da redução de sua oferta mediante uma repressão acentuada, a estratégia de guerra à drogas, definitivamente, fracassou.

Acrescenta Birman (1993) que a difusão social de seu consumo em grande escala foi consequência direta do processo de criminalização, representando o narcotráfico seu agenciador fundamental. As drogas elevaram-se, assim, à condição de mercadoria inscrita na economia internacional, tornando-se a cocaína uma das drogas mais utilizadas no mundo ocidental. Tem-se que a cocaína fez sua entrada no país, na década de 70 e registrou-se a presença do crack, em São Paulo, no final da década de 80.

O processo de disseminação da droga é devido, segundo Bucher (1996), ao que ele denomina equação triangular, ou seja, a combinação de três fatores: o produto, a personalidade e o momento sociocultural. A demanda por drogas seria, para este autor, não apenas consequência de sua oferta no mercado mas de uma procura ativa e deliberada nem sempre consciente de parcelas crescentes da população, cuja motivação principal se encontra na fuga de cerceamentos múltiplos.

Mesquita (1992), partindo de uma análise contextual, discute a magnitude do problema social, político e econômico das drogas. No nível micro, ela emprega milhares de pessoas que sobrevivem do pequeno tráfico. No macro, diz ele, a droga movimenta recursos da ordem de terceiro volume, perdendo apenas para petróleo e armamentos. O combate às drogas implica, desta forma, no enfrentamento de poderosos interesses políticos e econômicos. Este mesmo tipo de análise é realizada por Procópio (1999) em estudo no qual demonstra que as características estruturais do narcotráfico no Brasil, como país de trânsito, diferenciam-no historicamente dos países produtores ou prevalentemente consumidores. Segundo o autor, esta característica fez com que os grupos atuantes nesse segmento do narcotráfico, no caso brasileiro, vinculassem-se, operacionalmente, às duas pontas do processo. Ligações com grandes cartéis internacionais, no plano externo, e cooptação pela corrupção, no plano interno, facilitam as estruturas de contravenção associadas ao narcotráfico. O autor, baseando-se em dados relativos à apreensão de drogas pela Polícia Federal em todo o país, no período compreendido entre 1993 e 1997, reporta ainda as dificuldades decorrentes da insuficiência de preparo profissional no combate ao tráfico de entorpecentes e a capacidade dos grupos responsáveis pelo tráfico de modificar suas estratégias e rotas, contrapondo-se à ação policial.

O crescimento de seu consumo aponta para a existência de um mercado de drogas clandestino que produz, distribui e comercializa seu produto. A organização e a eficácia deste mercado expõe ainda as relações socioeconômicas que o sustentam. Não cabe adotar, portanto, a postura ingênua de considerar o uso de drogas como decorrente apenas de mero ato volitivo do indivíduo. Mostra-se evidente a interrelação e a interdependência existente entre o usuário e o contexto que o circunda.

Em que pese o reconhecimento da influência de um contexto mais amplo no qual as drogas aparecem e proliferam, cabe a observação feita por Velho (1994) de que existe uma profunda heterogeneidade do espaço simbólico hipotética e genericamente denominado de “mundo das drogas”. Trata-se, segundo o autor, de noção por demais ampla, que encobre distinções e particularidades e estereotipa usos e padrões muito diferenciados de consumo.

O quadro apresentado revela determinantes históricos, políticos e econômicos na produção e consumo das drogas que, somados às características locais de cada país, nos permitem contextualizar seu uso abusivo entre os jovens em nosso país. A fuga dos problemas e da falta de perspectivas; a busca de vertigem e de prazer intenso; o apelo de aventura e de novas e fortes sensações – marcas de nossos tempos – são experiências facilmente encontradas no uso das drogas. Para jovens de baixa renda, moradores da periferia e de favelas onde proliferam as organizações do crime ligadas ao narcotráfico, a iniciação ao mundo das drogas pode propiciar sentimento de proteção e de pertencimento, tanto quanto de força e de poder. De jovens excluídos, eles vislumbram a possibilidade de adquirir um passaporte para a aceitação social, ou seja, ter acesso a determinados direitos e bens de consumo. O crime vem exercendo forte atração no meio dos jovens carentes, pois significa maneira fácil e rápida de se ganhar dinheiro, em contraposição à pobreza que impera ali, entre seus pais, onde tudo só se consegue às custas de muito trabalho e de sacrifícios, sem gratificações. Almeja-se dinheiro, prestígio e poder e prevalecem os valores de um ethos da virilidade do qual nos fala Zaluar (1992, 1997). Garantia de lugar – ou de aceitação social – no interior de uma sociedade que os ignora. Aceitação social às custas da violência e da morte prematura, pouco importa.

Estes são exemplos de riscos menos calculados, aqueles que, atualmente, se impõem aos jovens em nossa sociedade. Deles fazem parte os acidentes, as mortes violentas, as drogas, a gravidez não planejada, a AIDS. As estatísticas apontam para o crescimento do número de jovens expostos a diversos riscos nos últimos anos. Os jovens ganham destaque nas pautas da imprensa, além de tema em projetos de estudos de diferentes áreas do conhecimento, tornando-se preocupação, sobretudo, para a saúde pública.

Vários estudos mostram o quanto os jovens estão expostos às drogas hoje (BEMFAM, 1992; Cebrid apud BUCHER, 1996). No caso de Londrina, pesquisa realizada no Centro de Atendimento ao Adolescente de Londrina (CRAAL) – com 200 jovens atendidos pelo Centro (GUERCHMAN, 1998) aponta também para elevado número de jovens que fazem uso do álcool e para número significativo de jovens que já fazem uso de drogas ilícitas.

No caso de usuários institucionalizados, ou seja, aqueles atualmente sob tratamento em regime de internamento em instituições não psiquiátricas, dados de pesquisa em curso sobre a questão das drogas na cidade de Londrina (PAULILO; JEOLÁS, 1999)⁴, trazem que a idade na qual a droga foi, pela primeira vez, utilizada varia de 12 a 14 anos, seguida da faixa de 14 a 16 anos. A pergunta sobre a primeira droga experimentada trouxe: álcool – 58%; maconha – 19%; cola/tinner – 9%; cocaína – 4%; outras – 2%; sem resposta – 8%. Na questão referente às drogas já utilizadas, de resposta múltipla, apareceram, em ordem decrescente: álcool – 81,1%; maconha – 60,3%; cocaína – 50,9%; cola/tinner – 39,6%; crack – 33,9%; ecstasy – 11,3% e anfetaminas – 9,4%. A frequência prevalente de uso das drogas citadas aponta: todos os dias para o álcool; todos os dias para cola/tinner; todos os dias para a maconha; finais de semana para a cocaína; todos os dias para o crack; finais de semana para a anfetamina; e algumas vezes por mês para ecstasy. Como pode ser visto, neste segmento, constituído por 53 usuários, o entendimento de droga incluiu não somente as drogas ilícitas mas também o álcool.

Se a vulnerabilidade individual depende da interrelação com os planos anteriores e os fatores estruturais neles atuantes, as oficinas e os grupos focais até o momento realizados, nos permitiram avaliar a dificuldade dos jovens em incorporar as poucas informações que recebem nas suas preocupações e interesses cotidianos e transformá-las em prática. A vulnerabilidade às drogas é potencializada para os jovens de baixa renda e baixa escolaridade – a maioria em nosso país – por fatores como a exposição diária à violência; a desmotivação em relação à escola; a falta de perspectivas de um futuro melhor; e os infundáveis apelos de consumo e lazer – sempre inalcançáveis. E, seguramente, o risco representado pelas drogas será avaliado e hierarquizado de forma comparativa aos outros tantos riscos presentes em suas vidas. A capacidade de se proteger estará também, sem dúvida, aí contextualizada.

Como nos diz Olievestein (1985), as experiências dos usuários de drogas não são empreendidas de forma solitária ou voluntariamente. Eles as realizam no interior de uma história, de um contexto socioeconômico, imersos em momentos socioculturais, vinculados a sistemas familiares e condicionados pela manipulação e apelo da sociedade na qual vivem. A ingestão de drogas funde-se, portanto, com os dados desta história.

4 Colaboraram para a coleta de dados desta pesquisa as estagiárias Angélica Maria Risoti Campaneri, Cristiana Kuniko Urahama, Míriam Lucila de Lima e Sandra Regina Carrel.

Pensar nesta teia de vulnerabilidades e nos determinantes socioculturais em relação ao uso de drogas, em nossa sociedade, certamente amplia e torna mais complexa a abordagem deste fenômeno. Trata-se, no entanto, de um desafio que vale a pena correr, pois esperamos poder contribuir para o debate sobre as políticas públicas voltadas para o enfrentamento deste problema. Tanto este debate quanto o das políticas de controle da toxicodependência demandam serenidade na análise dos dados relativos ao tema, de maneira a evitar o que MacRae (1992) denomina de tônica irracionalista e indevidamente simplificadora no tratamento destas questões.

Dentro desta abordagem da vulnerabilidade, resta-nos, finalmente, sublinhar o peso da vulnerabilidade programática ou institucional existente em nosso país, cujo reflexo é o não acesso da maioria dos jovens brasileiros a programas de informação e de prevenção na rede de educação e nos serviços de saúde. Quando existentes, estes projetos são pontuais e não possibilitam o encaminhamento dos jovens de forma a dar continuidade ao trabalho iniciado. A falta de serviços voltados para as especificidades e necessidades dos jovens e a inexistência de programas de apoio para usuários e dependentes de drogas tem inviabilizado políticas sociais integradas. Somente quando a questão das drogas for compreendida como parte de uma política de saúde que tenha por objetivos tanto a prevenção como a redução de danos, o enfoque passará do produto, isto é, a droga, para a pessoa que a utiliza, ou seja, o cidadão.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- AYRES, J. R. C. M. **Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas**. HIV/AIDS e abuso de drogas entre adolescentes. São Paulo: Faculdade de Medicina da USP, 1996.
- AYRES, J. R. C. M.; CALAZANS, G. J.; FRANÇA JÚNIOR, I. Vulnerabilidade do adolescente ao HIV/AIDS. **Seminário gravidez na adolescência**. Brasília: Ministério da Saúde/Usaid, 1998.
- BALANDIER, G. **Le dédale**. Pour en finir avec le XXe siècle. Paris: Fayard, 1994.
- BARATTA, A. Introdução a uma sociologia da droga. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. **Drogas e AIDS**: estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BARRETO, M. **Estudo geral da nova lei de tóxicos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1978.
- JESUS, D. E. **Lei antitóxicos anotada**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BASTOS, F. I. **Ruína e reconstrução**: AIDS e drogas injetáveis na cena contemporânea. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. (História Social da AIDS, n. 6).
- BEMFAM. **Pesquisa sobre saúde reprodutiva e sexualidade do jovem**. Rio de Janeiro, Curitiba e Recife – 1989-90. Rio de Janeiro, 1992.
- BIRMAN, J. Dionísios desencantados. In: INEM, C. L.; ACSELRAD, G. (Org). **Drogas**: uma visão contemporânea. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

- BUCHER, R. **Drogas e sexualidade nos tempos da AIDS**. Brasília: UnB, 1996.
- DOUGLAS, M. **Risk and blame**: essays in cultural theory. Londres: Routledge, 1994.
- GUERCHMAN, M. L. **Breve estudo da perspectiva do adolescente**. Curitiba: PUC-PR, 1998.
- HOPENHAYN, M. (Org.). **La grieta de las drogas**: desintegración social y políticas públicas en América Latina. Santiago do Chile: Naciones Unidas/ Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1987.
- JEOLÁS, L. S. **O jovem e o imaginário da AIDS**. O bricoleur de suas práticas e representações. São Paulo: PUC-SP, 1999.
- LE BRETON, D. **Passions du risque**. Paris: Métailié, 1991.
- MACRAE, E. A. Prevenção da AIDS entre usuários de drogas injetáveis. In: PAIVA, V. (Org.). **Em tempos de AIDS**. São Paulo: Summus, 1992.
- MANN, J. et al. (Org.). **A AIDS no mundo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA/IMS-UERJ, 1992.
- MESQUITA, F. Drogas injetáveis e AIDS. In: PAIVA, V. (Org.). **Em tempos de AIDS**. São Paulo: Summus, 1992.
- OLIEVENSTEIN, C. **Destino do toxicômano**. São Paulo: Almed, 1985.
- PAIVA, V. **Fazendo arte com camisinha**: a história de um projeto de prevenção de AIDS para jovens. São Paulo: USP, 1996.
- PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. **A questão das drogas na cidade de Londrina**. Londrina: CPG/UDEL, 1999.
- PROCÓPIO, A. **O Brasil no mundo das drogas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SPOSITO, P. M. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 37-52, maio-dez 1997.
- VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- VILLELA, W. **Oficinas de sexo mais seguro para mulheres**. Abordagens metodológicas e de avaliação. São Paulo: NEPAIDS/USP, 1996.
- ZAFIROPOULOS, M.; PINELL, P. Drogues, déclassement e stratégies de disqualification. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 42, avril 1982.
- ZALUAR, A. (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- ZALUAR, A. A guerra privatizada da juventude. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 18 de maio de 1997.



UMA ABORDAGEM SOBRE AS DROGAS



BEBIDAS ALCOÓLICAS E OUTRAS DROGAS NA ÉPOCA MODERNA. ECONOMIA E EMBRIAGUEZ DO SÉCULO XVI AO XVIII¹

Henrique Soares Carneiro (USP) henricarneiro@uol.com.br²

RESUMO

Na época moderna o consumo de bebidas alcoólicas aumentou, devido à popularização e barateamento dos destilados, provocando o que muitos historiadores chamaram de “revolução do álcool” no século XVII. Usadas em conflitos militares, mercadeadas como importantes produtos do comércio internacional, as bebidas destiladas se tornaram elementos de disputa entre as potências européias, especialmente diante do predomínio holandês nesse comércio. O artigo busca analisar esse fenômeno e as suas repercussões.

PALAVRAS-CHAVE: Bebidas Alcoólicas; Destilados; Disputas Comerciais; Época Moderna.

A história das bebidas alcoólicas e das drogas remete a um âmbito pouco conhecido da história das sociedades humanas: o da vida material, da cultura material, o que o homem come, bebe, veste, onde mora e, também, os remédios com que se cura e se consola. O grande historiador francês Fernand Braudel dizia, a propósito das drogas, serem alguns dos mais importantes produtos do “imenso reino do habitual, do rotineiro, o grande ausente da história”:

1 Este artigo está disponível em <<http://www.historiadoreletronico.com.br/faces/03120801.htm>>, 2004.

2 Mestre e doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP – Universidade de São Paulo). É professor de História Moderna da Universidade de São Paulo e desenvolve pesquisas em história da alimentação, das bebidas e das drogas.

Uso Indevido de Drogas

“não penso que se deva relegar para o campo do anedótico o aparecimento de tantos produtos alimentares, do açúcar, do café e do chá, até ao álcool, que constituem, cada um por si, intermináveis e importantes fluxos de história (...) são, com certeza, questões densas de consequências: a história das drogas antigas – o álcool, o tabaco, a forma fulgurante como o tabaco, em especial, conquistou o mundo, deu mesmo a volta ao mundo - não constituirá uma séria advertência em relação às drogas, muito mais perigosas, dos nossos dias?” (1989, p. 19-20).

Quanto ao maior ou menor perigo, os dados oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram que o maior dano à saúde pública mundial no século XX foi causado pelo tabaco, seguido do álcool. O tabaco sozinho seria o maior vilão da história da humanidade, tendo matado mais do que todas as guerras, numa cifra de cinco milhões de mortos por ano, totalizaria meio bilhão em todo o século!

O estudo histórico das drogas, incluindo os alcoóis, até duas décadas atrás poucas vezes fora realizado fora de abordagens excessivamente monográficas (histórias específicas do vinho, da cachaça, etc). O papel das drogas, no entanto, particularmente na história moderna, é de uma extrema importância econômica, política e cultural.

O conceito de droga é extremamente polissêmico. Seus significados abrangem tudo o que se ingere e que não constitui alimento, embora alguns alimentos também possam ser designados como drogas: bebidas alcoólicas, especiarias, tabaco, açúcar, chá, café, chocolate, mate, guaraná, ópio, quina, ipecacuanha assim como inúmeras outras plantas e remédios.

Ao menos três grandes ciclos comerciais se constituíram em torno do tráfico de drogas. O primeiro deles, o das especiarias, no século XVI, foi responsável pela era das descobertas marítimas e forjou a própria palavra droga, da denominação em holandês para os produtos secos do ultramar. O segundo, baseado na produção e no comércio do açúcar, da aguardente e do tabaco, marcou a formação do sistema colonial desde o século XVII e montou a economia atlântica, baseada no tráfico de escravos e das drogas por eles produzidas nas plantations americanas. O terceiro ciclo, o das bebidas quentes e excitantes, desde o século XVII mas, especialmente, desde o XVIII, desequilibrou a balança comercial inglesa com a Ásia, devido à crescente compra de chá, o que provocou, no século XIX, as duas guerras britânicas contra a China, chamadas de guerras do ópio, que visavam substituir os pagamentos em prata pelo chá, por pagamentos em ópio. Do início para o final do século XVIII, a Europa passou de um consumo anual de 1 para 54 milhões de quilos de café, de 1 para sete milhões de quilos de chocolate e de 500 mil quilos de chá para 20 milhões.

Napoleão, justificando sua ameaça em invadir a Rússia por esta não acatar o bloqueio continental aos produtos coloniais traficados pelos ingleses, dizia: “Os russos nada me fizeram. Querem comprar café e açúcar por melhor preço? Está bem, trataremos disso”, ao que, acrescenta seu biógrafo Emil Ludwig, “será, pois, unicamente por uma questão de café e de açúcar que centenas de milhares de homens pereceram aqui?” A resposta é sim. Foi pelo açúcar que os africanos foram escravizados numa diáspora de milhões de degregados para as Américas, pelas especiarias os europeus se lançaram aos mares desconhecidos em busca do caminho das Índias, pelo chá a Inglaterra inundou a China de ópio, com o tabaco se colonizou a Virgínia, com o café se ampliou a capacidade de trabalho e de vigília do proletariado e dos soldados da era contemporânea e com o álcool destilado se obteve consolo, anestesia e lucros.

O papel decisivo destes gêneros no comércio contemporâneo também é admitido por Karl Marx, no livro *A Ideologia Alemã*: “O açúcar e o café demonstram sua importância histórico-mundial no século XIX, pelo fato de que a escassez desses produtos, resultante do sistema continental napoleônico, incitou a sublevação dos alemães contra Napoleão, estabelecendo-se com isso a base real das gloriosas guerras de libertação de 1813”.

O campo da história do consumo alcoólico entrecruza a história da alimentação e a história das drogas, abrangendo a história da constituição das idéias científicas, das atitudes morais e das técnicas de poder. O objeto, o álcool, deverá ser examinado por diferentes ângulos, tais como os das disciplinas teóricas sociais e médicas que o abordaram e teorizaram sobre o seu papel social, ou seja, a medicina, a economia e a filosofia, na época moderna de formação destas disciplinas.

A expansão da produção e do tráfico de diversos tipos de álcoois destilados é um dos fenômenos que caracterizam as condições materiais e espirituais da formação do moderno sistema mercantil. Tais substâncias alimentam o fluxo material dos produtos que fizeram os circuitos de trocas do antigo sistema colonial, tanto no Brasil, como no Caribe e nos Estados Unidos, esses produtos foram chaves na integração do sistema das plantations de cana-de-açúcar, do tráfico de escravos e da produção de destilados de garapa ou melaço de cana (cachaça e rum). Na Europa, por outro lado, o comércio do vinho, que desde a Antiguidade era um dos mais importantes, se acrescentará dos diversos destilados (gim, uísque, vodka, conhaque) que se difundem e se popularizam entre o período em questão.

A demanda crescente por destilados na Europa e a incorporação da cachaça às dietas dos povos indígenas e africanos, americanos e orientais tornou-a um gênero de primeira necessidade. Um alimento-droga, cujo consumo acompanhava não só a comida, como o apaziguamento da dor e o entusiasmo da festa. Dessa forma, o comércio de álcool dá uma característica prototípica ao sistema comercial moderno que é o de buscar a difusão de drogas, de mercadorias que multiplicam a sua demanda, constituindo-se numa espécie de paradigma mesmo da forma-mercadoria, um produto cujo valor deriva dele se tornar insubstituível, uma mercadoria que agarra e se apossa de seu consumidor, metáfora máxima da condição reificante de todas as mercadorias na época contemporânea. A droga é a mercadoria máxima. O fetiche supremo.

O sentido das drogas como mercadoria suprema, prezadas como substâncias do máximo valor coloca em xeque a noção aparente do supérfluo, pois a gradação de desejo que as mercadorias suscitam decorre de uma valoração subjetiva da necessidade, fenômeno que evidencia-se na descrição de Laura de Mello e Souza, no primeiro volume do *História da Vida Privada no Brasil*, da difícil situação do presídio do Iguatemi, no caminho de Cuiabá, na época colonial, onde, assolados pela fome, pela doença e pelos índios, “num toque curioso, a lembrar que, mesmo no coração da tragédia, persiste a necessidade humana do prazer e do supérfluo, os homens ansiavam por tabaco, que não havia. Alguns descascavam os arcos de alguns poucos barris, e pitavam-nos; outros fumavam congonha, `os que tomavam tabaco em pó se viam desesperados pelo não terem”’. Tal passagem mostra um fato recorrente, especialmente em situações de penúria extrema, em que drogas consolam mais do que alimentos.

A economia é uma ciência moral. A discussão dos comportamentos adequados, das demandas necessárias e supérfluas, da carência e da abundância dos produtos e da forma de se determinar o seu valor e a relação deste com o preço, são todas questões pertinentes ao âmbito econômico, político e moral: da economia como

doutrina da obtenção da riqueza, da política como esfera que assegura o exercício da força do mais poderoso em aliança com a riqueza do mais próspero e da moral como ciência da conduta humana, da escolha e julgamento das ações.

O debate sobre o significado do consumo de álcool irá atravessar todas estas esferas da consciência social que surgem e se tornam corpos autônomos de conhecimento na época moderna, tanto no âmbito da economia, como no da medicina, ambas dispondo das técnicas da política como meios de coerção, e da moral como meios de consentimento, para definir e classificar os tipos de embriaguez e julgá-las em acordo com as conveniências.

Como fenômeno econômico, o álcool precisa ser interpretado para situá-lo em sua dimensão mercantil, como uma mercadoria chave na constituição do próprio circuito internacional de trocas que forma o mercado mundial. A vigência do exclusivo colonial levou a que as colônias americanas praticassem um comércio clandestino de rum e aguardente para a aquisição de escravos na África. A correlação do álcool com a escravidão negra ocorre tanto na utilização de aguardente como moeda de escambo para o tráfico negreiro como na utilização dos escravos para o plantio da matéria-prima a ser destilada nos alambiques dos engenhos.

O álcool constitui-se como um tipo de mercadoria muito especial, pois ao mesmo tempo que responde a necessidades psicológicas de evasão, consolo, anestesiamento, cumpre o papel de via privilegiada de reprodução do capital na época da acumulação primitiva. Um produto da cultura material, de arcaicos usos religiosos, medicinais e lúdicos, torna-se o principal instrumento de produção de consciência alterada, ou seja, de produção de imaginários e de sentimentos artificialmente estimulados.

O papel econômico do vinho foi enorme no mundo clássico. O comércio grego de vinho circulava em barcos que levavam centenas de milhares de litros cada um. Roma consumia diariamente quase meio litro de vinho *per capita*: 180 litros ao ano para uma população de cerca de um milhão perfaziam 180 milhões de litros anuais. Os povos germânicos, apreciadores de cerveja, também aprenderam a amar o vinho. O historiador Edward Gibbon, chegou a afirmar que a busca de vinho foi um dos motivos que levaram os bárbaros a invadir a Europa.

Na era cristã o vinho difundiu-se junto com a conversão religiosa, com as navegações modernas, a religião que fazia do vinho o sangue do seu deus, levou o seu hábito para as Américas e para todo o mundo. A videira é a planta mais citada na Bíblia e o primeiro milagre de Jesus foi transformar a água em vinho nas bodas de Canaã.

Os exércitos mediterrânicos, desde a antiguidade, sempre beberam vinho. O Código Justiniano prescrevia a posca, vinho azedo e água, como parte da ração dos soldados. A embriaguez de Alexandre, o Grande, e de seu pai, Filipe, tornou-se famosa e proverbial. Passados dois milênios, e os exércitos napoleônicos continuavam a receber vinho, mais de cem milhões de litros foram comprados para os soldados franceses. Apenas no ano de 1917, o exército francês comprou 120 milhões de litros. Na segunda guerra mundial a ração militar dos franceses chegava até um litro diário (PHILLIPS, 2003, p. 377).

Os destilados se tornam acessíveis apenas na época moderna, a partir do século XVI. Antes dessa época o álcool destilado, a aguardente, era vista como um raro e precioso remédio. Com o sistema colonial, a começar na ilha da Madeira e depois na América, a cana-de-açúcar fornece uma matéria prima ideal para um novo produto: a aguardente de cana. Adiciona-se uma ração de rum na Real Armada em 1655, após a ocupação da Jamaica, e desde a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) dava-se álcool para os soldados, especialmente antes das batalhas, o que tornou a indústria de destilados uma indústria de guerra. A produção e exportação de conhaque da região de Charente espelha essa curva ascendente no consumo de destilados: de uma exportação de sete mil barricas em 1700 passa-se para 87 mil em 1790.

O álcool fermentado, por sua vez, já era desde a Idade Média, uma das indústrias mais importantes. Referindo-se ao final do século XVI, o estudioso da formação do sistema mundial, Immanuel Wallerstein, afirma que “a indústria mais próspera era indubitavelmente a que produzia o perpétuo refúgio do pobre que se fazia cada vez mais pobre: o álcool”. A instituição do monopólio senhorial na produção e venda de bebidas era um privilégio feudal odiado, na França, apenas depois da revolução de 1789 os camponeses puderam ter suas próprias prensas para fazer vinho. Praticava-se no início da época moderna uma exploração monopolística da produção de bebidas com base em privilégios medievais, que chegou no período entre 1650 e 1750 a constituir a principal fonte de renda da nobreza! Na Polônia, as rendas auferidas pela realeza com as bebidas alcoólicas passou de 0,4% em 1661 para 37,5% em 1764.

As políticas mercantilistas buscaram dificultar os lucros auferidos pelos grandes mercadores de vinho e destilados, que no século XVII eram os holandeses. As leis da navegação de Cromwell foram feitas contra os holandeses e, da mesma forma, Colbert, ministro das finanças de Luis XIV, na França, impunha impostos altíssimos aos comerciantes estrangeiros, o que leva os holandeses a buscarem o vinho espanhol para vendê-lo na Inglaterra. Em 1679, o parlamento inglês banuiu inteiramente o vinho francês para impedir o rei Carlos II de continuar a receber os impostos sobre a bebida, o que levou os ingleses a voltarem-se para Portugal, de onde recebiam apenas 427 barris em 1678, passam a 14 mil em 1682 (equivalentes a 16 milhões de litros para uma população de quatro milhões e meio de habitantes). A proibição do vinho francês é revogada em 1685, mas retorna em 1688 até a assinatura de um tratado em 1697, que aceita o vinho francês com o dobro de imposto do que o espanhol e português. Em 1703, os ingleses contraem com Portugal o famoso tratado de Methuen que leva a Inglaterra a importar desse país dois terços do vinho que consome (10 a 12 mil barris anuais).

O gim e o uísque, feitos de cereais, promoviam rendas para os grandes plantadores da Inglaterra, que mantiveram seus privilégios com as Corn Laws, que restringiam a importação de grãos, assim como o conhaque, na França, o Xerez na Espanha, e os vinhos do Porto, em Portugal, também representavam monopólios de proprietários agrários tradicionais, que se opunham ao livre mercado e exigiam medidas protecionistas. Na disputa pelo mercado de destilados os produtores de rum argumentaram que ele não provocava os mesmos malefícios do gim. A incorporação do rum à ração da Royal Navy Britânica, após a tomada da Jamaica, em 1655, exemplifica o papel crescente do álcool destilado na dieta dos marinheiros e soldados.

O mercantilismo vigente no século XVII adotou um critério irreligioso e pragmático em relação ao julgamento do nível adequado de consumo e dos limites do excessivo. Colbert entrou em choque com o clero do Canadá, que se opunha à venda de álcool para os indígenas, pois estes com o seu consumo se tornariam preguiçosos para o trabalho, afirmando, em 1677, que a aguardente era uma mercadoria que contribuía enormemente para fomentar o comércio e para que os selvagens fossem atraídos para cristãos ortodoxos como os franceses.

O tabaco foi alvo da mesma controvérsia, quando, em 1604, Jaime I, escreveu anonimamente um livro condenando o seu uso que se tornava popular, *Counterblaste to Tobacco*, e, ao mesmo tempo, impôs um forte imposto sobre esse produto, antes usado apenas como remédio, e que estaria sendo consumido “com excesso, por um mau hábito e pela tolerância com que esse mau costume é contemplado, por uma série de pessoas meio selvagens e ingovernáveis de baixa e desprezível condição social, as quais (...) gastam a maior parte do seu tempo nesta vã ocupação, dando mau exemplo e pervertendo a outros e malgastando nisso inclusive os salários com os quais deveriam sustentar suas famílias, sem regatear o preço que tem de pagar por este meio de embriaguez” (HECKSCHER, 1943, p. 734). O argumento de fundo em ambos os casos é a incapacitação para o trabalho causada pela embriaguez.

A objeção ao tabaco do rei Jaime I teve de ceder aos interesses econômicos das colônias e vinte anos depois autorizou-se a importação de tabaco da Virgínia, e em 1640, o tabaco já era o primeiro produto na balança de importações de Londres, mas manteve-se a proibição do seu plantio na Inglaterra, o que levou à destruição de campos britânicos de tabaco, numa aplicação de uma regra mercantilista de exclusivo colonial para ter a principal mercadoria de sua colônia norte-americana como um produto exclusivo, no regime que se denomina monopólio, ou seja, de um único comprador.

O fenômeno do comércio e do consumo do álcool destilado e do tabaco imbrica-se desde os séculos XVI e XVII e não pode ser compreendido apenas no âmbito europeu, pois foi o fluxo de comércio internacional de tabaco e destilados que moldou as feições do mundo moderno, levando os destilados de cana, rum do Caribe e cachaça do Brasil, além do tabaco baiano, norte-americano e cubano, a tornarem-se as principais mercadorias de escambo por escravos na África. A maior parte das exportações americanas nas vésperas de 1776 era de rum produzido em destilarias da Nova Inglaterra por melaço comprado nas Antilhas e depois trocado por escravos, como escreve o historiador caribenho Eric Williams, em *Capitalismo e Escravidão*: “em 1770, as exportações de rum da Nova Inglaterra para a África representaram mais de quatro quintos do total das exportações coloniais daquele ano”. Para o caso brasileiro, Luis Felipe de Alencastro, no livro *O Trato dos Vivos*, mostra a importância do tráfico de aguardente brasileira para a África na formação do sistema sul-atlântico.

Além da importância como gênero básico no estabelecimento do sistema moderno do comércio mundial, o álcool representou um papel decisivo na organização de um sistema tributário, fornecendo aos Estados modernos uma das suas maiores rendas. Devido a sua importância no consumo geral das populações europeias o papel dos impostos sobre a cerveja e o vinho tornaram-se crescentes na medida em que os estados modernos constituíam seu sistema fiscal centralizado. Em muitos lugares, a maior parte da arrecadação era sobre o vinho. Em Paris, além do odioso monopólio do sal, a gabela, o imposto sobre o vinho era um dos

maiores motivos de revolta popular. O fim das aduanas internas, da exclusividade da propriedade das prensas vinícolas para os senhores, e a abolição dos impostos indiretos em 1791, levou a que a festa da primavera do primeiro de maio daquele ano fosse comemorada com uma caravana de 200 carroças com dois milhões de litros vendidos a preço mais baixo.

A manutenção do pacto colonial dependia da proibição do comércio direto das colônias, seja para a obtenção de escravos no Caribe ou diretamente na África, seja para a realização de livre comércio com outras nações que não a metrópole. O desafio a tais interditos comerciais e às exações fiscais metropolitanas encontra-se na raiz dos movimentos americanos de independência, especialmente nas treze colônias britânicas da América do Norte, onde a destruição de um carregamento de chá, o Boston Tea Party, simboliza a recusa dos colonos em continuar a se submeter ao regime colonial.

No pensamento econômico a análise do papel do álcool é visto sob o prisma de seus malefícios morais aos consumidores. A incapacidade dos pobres em se autocontrolarem e assim evitarem o sexo e o nascimento de muitos filhos era a causa, para economistas como Malthus e Ricardo, da existência da pobreza: o excesso de miseráveis era causado pela excessiva reprodução dos próprios. O álcool seria o segundo motivo que deveria justificar um salário baixo, pois desde 1690, William Petty já apontava esse vício como responsável pelos hábitos dissipadores e incapazes de auto-restrição que explicariam a origem da pobreza e o crescimento do seu número. Melhor que os alimentos fossem encarecidos pelos tributos pois, se baratos, os trabalhadores gastariam o que sobrasse em diversões supérfluas e seria melhor transferir o capital através do imposto daqueles que “nada fazem a não ser comer, beber, cantar, divertir-se e dançar, ou para aqueles que estudam metafísica ou outra forma de especulação ociosa”, atividades que são apenas “recreação e diversão” e que devem ser usadas com moderação. Sob outro ângulo, Friedrich Engels e Karl Marx, em diversas passagens, identificaram no álcool o papel de um consolo inevitável, da única maneira de se suportar a dor da jornada de trabalho, cuja dureza e intensidade roubava desde a infância, o tempo de vida da classe trabalhadora, “é natural, portanto que a embriaguez reine nesta classe, desde a infância” (*O Capital*, Livro I, p. 532). Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1843, Engels observou a importância do álcool como praticamente o único lazer operário. Em *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito* em Hegel, na qual Marx escreveu a famosa frase a respeito da religião como ópio do povo, ambos fenômenos - a religião e a droga - são vistos como meios de fugir à crueldade da dor da exploração do trabalho, remédios contra o sofrimento e, portanto, não condenáveis em si mesmos, pois seria uma crueldade subtrair dos que sofrem os seus bálsamos e os seus paliativos, mas sim buscar uma situação na qual a ruptura dos grilhões tornem não mais necessárias as flores para adornar e disfarçar estes mesmos grilhões.

O uso do álcool pela força de trabalho sempre foi uma prática comum, pois garantia a manutenção dos níveis de produtividade. No mundo antigo, o vinho era dado até mesmo aos escravos, pois além de fazer parte da dieta alimentar servia como agente antiséptico misturado com a água. Na Idade Média, o vinho fazia parte da ração diária dos monges e os maiores vinhedos da Europa pertenceram às abadias cistercienses. Na maior concentração de mão de obra do início da época moderna, o Arsenal de Veneza, o segundo item do orçamento, após a madeira, era o vinho.

No final do século XIX, a atitude institucional dos Estados diante do álcool mudou, a influência de um forte movimento puritano de temperança foi capaz de impor uma emenda à constituição norte-americana proibindo o comércio de álcool. Antonio Gramsci, em *Americanismo e Fordismo*, analisou a Lei Seca nos Estados Unidos como uma das manifestações dos mecanismos tayloristas de aumento da produtividade através de um controle estrito não só da linha de produção como também da vida cotidiana operária, especialmente de sua vida sexual e das formas de diversão, onde o álcool passou a ser visto como o pior risco para a perda do auto-controle. As atitudes antialcoólicas, apesar do seu triunfo momentâneo no início do século XX, perderam influência no mundo ocidental, onde outras drogas ilícitas (maconha, cocaína e opiáceos), a partir especialmente do fim da Lei Seca, nos anos 1930, tomaram o seu lugar como bodes expiatórios farmacológicos e produtos de um rendoso e hipertrofiado comércio clandestino.

As bebidas alcoólicas e o tabaco consolidaram-se como mercadorias de primeira importância na economia mundial. O vinho, assim como diversos outros produtos alimentares, teve uma superprodução mundial nos anos 1960 de 280 milhões de hectolitros (28 bilhões de litros), caindo para 154 milhões de hectolitros no final dos anos noventa. Mas a cerveja continua sendo a bebida alcoólica mais consumida. O Brasil com 70 milhões de hl/ano está em quinto lugar na produção mundial (após EUA, Alemanha, China e Japão), mas tem a segunda maior produtora mundial, a Ambev, com 60 milhões de hl/ano (a primeira é a Anheuser Bush, dos EUA, com 113 milhões de hl/ano). Mas, em aguardente de cana, o Brasil é o primeiro produtor mundial com cerca de 1 bilhão de litros/ano e, em relação ao tabaco e ao açúcar, também continuamos a manter a recordista posição de primeiro exportador mundial.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos vivos.** Formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo.** 3. Ed. Lisboa: Teorema, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo.** Lisboa: Cosmos, 1970.
- CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Prelúdio da cachaça:** etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Filtros, mezinhas e triacas:** as drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã, 1994.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Amores e sonhos da flora:** afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia. São Paulo: Xamã, 2002.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Comida e sociedade:** uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- COURTWRIGHT, David T. **Forces of habit:** drugs and the making of the Modern World. Cambridge/Mass: Harvard University Press, 2001.
- DAVENPORT-HINES, Richard. **The pursuit of oblivion:** a global history of narcotics. Londres/N. York: W. W. Norton & Company, 2002.
- EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm (e col.). **A natureza da dependência de drogas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

- GUARINELLO, Norberto. A civilização do vinho: um estudo bibliográfico. **Anais do Museu Paulista: História e cultura material**, São Paulo, v. 5, p. 275-278, jan-dez. 1997.
- HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista**: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la edade media hasta la sociedad liberal. Mexico: FCE, 1943.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de; CARNEIRO, Henrique Soares. História da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova série, v. 5, pp.9-91, jan-dez. 1997.
- MILNER, Max. **L'imaginaire des drogues**: de Thomas de Quincey à Henri Michaux. Paris: Gallimard, 2000.
- MINTZ, Sidney W. **Sweetness and power**: the place of sugar in modern history. N. York: Elizabeth Sifton Books/Penguin Books, 1986.
- PHILLIPS, Rod. **Uma breve história do vinho**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SEIBEL, Sérgio Dario; TOSCANO Jr., Alfredo (ed.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001.
- SOUZA, Laura de Mello. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: **História da vida privada no Brasil** – v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SZASZ, Thomas. **La persécution rituelle des drogués, boucs émissaires de notre temps**: le contrôle d'État de la pharmacopée. França: Editions du Léopard, 1994. (Cerimonial Chemistry, 1974).
- SZASZ, Thomas. **Notre droit aux drogues**. França: Editions du Léopard, 1994 (Our rights to drugs. The Case for a Free Market, 1992).
- WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial** - v. 2. Madri: Siglo Veinteuno, 1984.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

AÇÕES E EFEITOS DAS DROGAS DE ABUSO

Tadeu Lemos (UFSC) lemos@farmaco.ufsc.br¹

RESUMO

As drogas de abuso atuam no cérebro alterando o seu funcionamento e o comportamento e, podem levar à dependência. São chamadas drogas psicotrópicas. O homem faz uso deste tipo de drogas há milênios, inicialmente associadas a misticismo e cura de vários males. Observa-se claramente, que com o desenvolvimento das civilizações, especialmente nas eras moderna e contemporânea o uso de drogas psicotrópicas perde definitivamente seu caráter terapêutico e místico e consolida-se o uso recreativo, com padrão abusivo e de dependência. O uso tem sido crescente especialmente entre os jovens. Estima-se que hoje, no Brasil, há cerca de oito milhões de usuários e mais de 100 mil dependentes. As drogas podem ser classificadas segundo seus mecanismos de ação no Sistema Nervoso Central - SNC em ESTIMULANTES ou DEPRESSORAS da atividade cerebral ou ainda as que causam alucinações (ALUCINÓGENAS). São exemplos de drogas estimulantes o tabaco, a cocaína e as anfetaminas. Como exemplos de drogas depressoras têm o álcool, os solventes inalantes, os opióides, os benzodiazepínicos e barbitúricos. São alucinógenas a maconha, o LSD e o êxtase, entre outras. Este artigo aborda um pouco da história das drogas de abuso, seus mecanismos de ação e efeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas; Estimulantes; Depressoras; Alucinógenas.

1 Médico especialista em dependência química, psicofarmacologista e professor de Farmacologia e Dependência Química na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

UM BREVE HISTÓRICO

São chamadas drogas de abuso aquelas substâncias com ação no cérebro, que alteram o seu funcionamento e conseqüentemente o comportamento, podendo levar à dependência. Entre as mais conhecidas estão o álcool, o tabaco, a cocaína e a maconha. Essas drogas são chamadas de psicotrópicas. O termo abuso diz respeito ao uso de uma substância em quantidade potencialmente produtora de prejuízos.

Há indícios de que o homem usa esse tipo de substância há mais de dez mil anos antes de Cristo (período neolítico), provavelmente como uma forma de vivenciar experiências místicas ou curar seus males. Por muitos séculos as drogas mais usadas pelo homem foram o ópio, a cannabis e o álcool, sempre associadas a suas possíveis propriedades terapêuticas ou em rituais místicos, como uma forma de aproximação com os deuses. Porém, com o passar dos anos, o uso passou a adquirir um caráter recreativo e abusivo.

Registros cuneiformes, de mais de 6000 anos AC, comprovam que os sumérios utilizavam o ópio terapeuticamente. As evidências mais antigas do uso do álcool, inicialmente com finalidade terapêutica, remontam ao quinto milênio AC, no Irã e no Egito. Há 3500 anos AC, no Egito, a papoula era utilizada para tratar o “choro excessivo” das crianças. Nesta época, porém, na Mesopotâmia, a papoula também já era conhecida como a “flor do prazer”. Diz-se que Helena de Tróia colocava ópio na bebida de seus convidados, para que estes, entorpecidos, parassem de focar sobre sua vida privada. Na China, no quarto milênio antes de Cristo, a cannabis era uma erva medicinal popular, mas dela também se dizia que “liberava os pecados” e era uma “fonte de delícias”. No século I AC, o uso terapêutico da cannabis entra em queda na China e outras ervas terapêuticas, sem as mesmas repercussões comportamentais, ocupam seu lugar. Mas, já na antiguidade clássica (da Grécia de Homero à queda do Império Romano), o abuso de vinho tornava-se um problema social. No primeiro milênio da era cristã, no Islã, com a proibição do álcool, cresce o uso da cannabis como droga recreativa. Dessa mesma época, vem o primeiro registro de dependência de ópio e Marco Pólo espalha pela Europa o temor ao ópio, pois aos seus efeitos atribuíam-se o comportamento bárbaro das tribos asiáticas. Por volta de 1250 os europeus aprendem com os árabes o processo de destilação a partir do vinho e chamam o álcool destilado de “aqua vitae”, ao qual também atribuem poder curativo.

No século XV, com o descobrimento da América, os europeus conhecem a coca e o tabaco, utilizados pelos nativos como ervas místicas e terapêuticas. Rapidamente o uso se espalha pelo velho mundo. Nesta mesma época, a Inglaterra vive uma epidemia de alcoolismo, que vai culminar com o banimento do gim no século XVII. Já no século XVI, James I da Inglaterra publica o primeiro estudo sobre os malefícios do tabagismo. No século XVIII, na Ásia, crescem os problemas com o uso recreacional de ópio. A cocaína é sintetizada no século XIX, mas logo depois de ser preconizada como antidepressivo e ansiolítico, inclusive por Freud, os prejuízos ocasionados pelo seu uso freqüente tornam-se evidentes o que faz com que passe a ser proscrito, tornando-a uma droga ilícita. No século XX surgem as anfetaminas e as chamadas “club drugs”, poderosos alucinógenos.

Observa-se, claramente, que com o desenvolvimento das civilizações, especialmente nas eras moderna e contemporânea o uso de drogas psicotrópicas perde definitivamente seu caráter terapêutico e místico e consolida-se o uso recreativo, com padrão abusivo e crescente de dependência.

AS DROGAS DE ABUSO ENTRE OS JOVENS

O número de usuários de drogas vem aumentando nos últimos anos em nosso país. Há 20 anos atrás, 15% dos jovens brasileiros usavam ou tinham usado drogas. Esse número subiu para 25% em 2001, sendo que destes, estimava-se que 1,5% eram dependentes. Estes números correspondem a aproximadamente 8 milhões de usuários e mais de 100.000 dependentes.

Observa-se também, nos últimos anos, uma redução da idade para o início do uso de drogas. Pesquisas do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas mostram que o uso na vida já é expressivo aos 10 anos de idade, sendo as principais drogas, além do álcool e do tabaco, os solventes (as “colas”) e a maconha. O consumo de álcool faz parte da vida de mais da metade dos jovens brasileiros. Segundo a mesma fonte, entre os jovens, a escola é o local mais associado ao consumo de drogas.

COMO AGEM

As drogas de abuso, ou psicotrópicas, modificam a atividade do sistema nervoso central (SNC). Portanto, essas drogas afetam a capacidade de funcionamento normal do cérebro e conseqüentemente o comportamento do indivíduo, com um importante risco de uso abusivo e desenvolvimento de um quadro de dependência.

O potencial de abuso destas drogas está relacionado ao fato de elas inicialmente produzirem uma sensação agradável de bem-estar. Isto se deve a ação direta ou indireta sobre uma via neuronal cerebral (via dopaminérgica mesolímbica) responsável pela nossa capacidade de sentir prazer e/ou satisfação em diferentes situações. Esta via é também conhecida como via do reforço ou da gratificação. Acontece que, com o uso repetitivo da droga, esta sensação agradável vai diminuindo e o indivíduo aumenta a quantidade de uso da droga para voltar a sentir aquele bem estar inicial. Isto se chama tolerância e assim inicia-se a dependência.

As drogas podem ser classificadas segundo seus mecanismos de ação do SNC. Assim, conhecemos drogas que são ESTIMULANTES ou DEPRESSORAS da atividade cerebral ou ainda as que causam alucinações (ALUCINÓGENAS).

Como exemplos de drogas estimulantes temos o tabaco, a cocaína e as anfetaminas. No grupo das depressoras há o álcool, os solventes inalantes, os opióides, os benzodiazepínicos e os barbitúricos. A maconha, o LSD e as chamadas ‘club drugs’ são substâncias alucinógenas.

DROGAS ESTIMULANTES

O tabaco (*Nicotiana tabacum*)

Há registros do uso do tabaco pelos povos indígenas das Américas desde 1000 a.C., com fins curativos. Ao longo de sua história foi utilizado para tratar desde úlceras até unha encravada. A partir do século XIX e de forma mais intensa no século XX, as associações do cigarro a imagens de pessoas bonitas, jovens, esportistas, bem-sucedidas, sensuais, homens “machos”, mulheres “femininas e decididas” tornaram a droga um atrativo especial para os jovens. As primeiras comprovações científicas sobre os prejuízos do tabagismo à saúde surgiram na década de 1960. Hoje se sabe que ao fumar um cigarro, o indivíduo se expõe a mais de 4000 substâncias tóxicas, além da nicotina responsável pela dependência ao tabaco.

A nicotina absorvida pelos pulmões chega ao cérebro em 9 segundos. Atua em receptores nicotínicos do sistema de neurotransmissão colinérgica, simulando a ação do neurotransmissor acetilcolina. A acetilcolina modula a atividade do sistema de recompensa dopaminérgico mesolímbico e atua também no hipocampo, estimulando a atenção e o desempenho mental, e na formação reticular, estimulando o estado de alerta.

Os efeitos desejados da nicotina são o aumento do estado de alerta, da atenção e do desempenho psicomotor (especialmente sob condições de estresse). Também diminui o apetite. Além disso, provoca taquicardia, aumento da pressão arterial, redução da motilidade gastrointestinal e um pequeno aumento da atividade motora.

Os efeitos tóxicos são inúmeros, comprometendo o funcionamento de todos os sistemas orgânicos, provocando desde inflamações de mucosas até neoplasias, predisposição a infecções, infartos e hemorragias. Esta toxicidade faz do cigarro a droga que mais extensamente e gravemente afeta o organismo, sendo responsável por uma elevação substancial dos gastos públicos para o tratamento de doenças a ela relacionadas.

Não podemos esquecer do ‘tabagismo passivo’, pois não fumantes que convivem com fumantes estão mais propensos às doenças relacionadas ao cigarro do que o restante da população.

A abstinência à nicotina manifesta-se com fissura (desejo incontrolável de uso), irritabilidade, agitação e ansiedade (por isso o fumante diz que o cigarro acalma), dificuldade de concentração, sensação de incapacidade de lidar com o estresse, sudorese, tontura, insônia e cefaléia.

COCAÍNA (*ERYTHROXYLON COCA*)

O ‘epadu’ dos índios brasileiros, cujas folhas ainda hoje são utilizadas pelos povos andinos como revigorante e para eliminar a fome, deu origem no século XIX a um dos mais poderosos estimulantes do SNC, a cocaína. Este anestésico local chegou a ser prescrito por Freud como ansiolítico e

antidepressivo. Logo se percebeu seu alto poder de causar dependência, tornando-se “ouro branco” para os narcotraficantes. No início do século XX houve nos EUA uma verdadeira epidemia de dependência de cocaína e seu uso terapêutico foi abandonado.

A cocaína é encontrada em diferentes apresentações. Fumada na forma de pasta, conhecida como merla, os efeitos aparecem em poucos segundos podendo durar até uma hora. Na forma de pó ou microcristais (cloridrato de cocaína), se aspirada os efeitos aparecem em 10 a 15 minutos, se injetada na veia aparecem em 3 a 5 minutos e podem durar mais de uma hora. Na forma sólida ou em pedra (cloridrato de cocaína mais bicarbonato), o crack, fumado em cachimbos, produz efeitos intensos e fugazes em 10 a 15 segundos.

A cocaína potencializa a ação dos neurotransmissores dopamina, noradrenalina e serotonina no cérebro, inibindo a recaptação, que é o principal mecanismo de inativação destes transmissores.

Os efeitos desejados pelos usuários são um intenso prazer com sensação de poder e euforia. Esta excitação da atividade cerebral produz um quadro de hiperatividade, insônia e inibição do apetite. Sob efeito da droga o usuário pode apresentar um comportamento violento, com irritabilidade, tremores e psicose cocaínica (paranóia, alucinações e delírios). Além disso, a droga estimula a atividade do sistema nervoso autônomo simpático, produzindo dilatação da pupila, taquicardia, aumento da pressão arterial e constipação. A overdose provoca convulsões, coma, parada respiratória e morte.

A síndrome de abstinência, após a primeira hora de passado o efeito, caracteriza-se por irritabilidade e fadiga (“crash”), seguindo-se a fissura, depressão e ansiedade.

As ANFETAMINAS

Na década de 1930, nos EUA, foi sintetizada a primeira anfetamina, a benzedrina, para o tratamento da asma. Algumas das anfetaminas mais conhecidas são: metanfetamina (“ice”), fenfluramina, mazindol, dietilpropiona, femproporex e metilfenidato. Por serem drogas sintéticas criadas e modificadas (desenhadas) em laboratórios são também chamadas de ‘design drugs’. Entre os motoristas são conhecidas como rebite e entre estudantes como bolinha. Algumas metanfetaminas, como o ecstasy, produzem alucinação e por isso são classificadas também como alucinógenas.

As anfetaminas são potentes inibidores do apetite, porém seu uso é recomendado somente nos casos de obesidade mórbida. Entretanto, freqüentemente observamos um uso terapêutico inadequado das anfetaminas em tratamentos emagrecedores, não raramente levando à dependência química. O Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de anfetaminas.

Essas drogas estimulam a liberação dos neurotransmissores noradrenalina e dopamina e inibem suas recaptação e degradação enzimática. Além de estimular o sistema de recompensa cerebral, têm importante efeito sobre a formação reticular aumentando o estado de alerta, deixando o usuário “ligado, aceso, elétrico”, com menos sono e uma sensação de maior energia. Este é o efeito desejado pelos usuários. A inibição do apetite, assim como um aumento da temperatura corporal, é devido a uma ação hipotalâmica.

Outros efeitos incluem verborragia, estimulação do sistema simpático, agressividade, irritabilidade e psicose anfetamínica (semelhante à cocaínica).

A síndrome de abstinência cursa com apatia, fadiga, sono prolongado, agressividade, irritabilidade e depressão.

DROGAS DEPRESSORAS

O álcool

O tipo de álcool presente nas bebidas alcoólicas é o etanol. Uma dose de álcool (etanol) equivale a aproximadamente uma latinha de cerveja (360 ml), uma taça de vinho (120 ml), 40 ml de whisky ou 20 ml de cachaça. O organismo leva de 60 a 90 minutos para metabolizar esta quantidade de álcool, eliminando os efeitos centrais (sobre o SNC) da bebida.

O etanol apresenta um mecanismo complexo de ação. Além de “dissolver” as membranas celulares tornando-as mais fluidas, interfere com diferentes sistemas de neurotransmissão. Por exemplo: (1) potencializa a ação do GABA, principal neurotransmissor inibitório; (2) bloqueia a ação do glutamato (principal neurotransmissor excitatório) em seu receptor NMDA; (3) estimula o sistema dopaminérgico (aquele da via de reforço ou gratificação); (4) estimula o sistema opióide (relacionado com dor e analgesia), entre outros.

A intoxicação aguda pelo etanol geralmente aparece com a ingestão de duas ou mais doses e caracteriza-se por: (a) alteração do humor (pode variar da euforia até o desânimo, apatia, passando por comportamento inconveniente com irritabilidade e/ou agressividade); (b) aumento da sensação de autoconfiança; (c) alteração da percepção do que está acontecendo ao seu redor, prejudicando a capacidade de julgamento; (d) diminuição da atenção, dos reflexos e da capacidade motora (CUIDADO AO DIRIGIR!); (e) visão dupla; (f) tontura e sonolência; (g) náuseas e vômitos; (h) coma, parada cardíaco-respiratória e morte.

A repetição do uso de álcool por longos períodos, caso típico dos alcoolistas, leva à intoxicação crônica. Esta se caracteriza por: (a) perda de memória, confusão mental e demência; (b) lesões orgânicas, principalmente gastrite, pancreatite, hepatite e cirrose; (c) deficiência de vitaminas, especialmente das do complexo B, e desnutrição; (d) perda de massa muscular e dores musculares, principalmente nas pernas; (e) alterações das hemácias e da coagulação do sangue; (f) queda das defesas imunológicas, predispondo a infecções (pneumonia, tuberculose, etc).

A súbita interrupção do uso crônico também causa uma série de sintomas que caracterizam a síndrome de abstinência: irritabilidade, tremores, confusão mental e *delirium tremens* (alucinações, convulsões, desorientação e agitação psíquica).

Os solventes inalantes

Todos os solventes inalantes são substâncias voláteis, altamente inflamáveis. Alguns exemplos: acetona, benzina, cola de sapateiro e outras colas (tolueno, n-hexano, acetato de etila), aguarrás, gasolina, removedores de tinta, esmalte, lança perfume (cloro de etila), 'loló' (clorofórmio e éter), fluido de isqueiro, laquê e as tintas em geral.

A inalação voluntária dessas drogas é um fenômeno que ocorre em diversas partes do mundo, principalmente por crianças e adolescentes de países subdesenvolvidos ou por populações sócio-economicamente marginalizadas dos países industrializados (por exemplo, os indígenas e hispânicos norte-americanos).

Os mecanismos de ação não são bem conhecidos, mas sabe-se que, como o etanol, alteram a permeabilidade das membranas celulares. Os efeitos aparecem em alguns segundos e podem durar até trinta minutos.

Os efeitos sobre o SNC caracterizam quatro fases distintas.

- 1 – Fase de Excitação: euforia, tontura, perturbações auditivas e visuais, náuseas, espirros, tosse, salivação e face avermelhada.
- 2 – Fase de Depressão Leve: Confusão mental, desorientação, voz pastosa, visão turva, perda do autocontrole, dor de cabeça, palidez, delírios auditivos.
- 3 – Fase de Depressão Moderada: redução do estado de alerta, incoordenação ocular e da marcha, inibição dos reflexos motores, fala enrolada e alucinações.
- 4 – Fase de Depressão Profunda: inconsciência, delírios, convulsões e morte.

Os solventes tornam o coração mais sensível à adrenalina, que é liberada em toda situação de esforço físico ou estresse. Assim, se após inalar solvente o indivíduo fizer esforço físico, a hiperreatividade cardíaca à adrenalina pode provocar um ataque cardíaco e morte. Sabe-se também que estas substâncias têm efeitos tóxicos sobre a medula óssea, os rins, fígado e nervos periféricos.

A síndrome de abstinência costuma ser menos intensa do que a provocada por outras drogas e caracteriza-se por ansiedade, agitação, tremor, câimbras nas pernas e insônia.

Os opióides

São assim denominados por terem sua origem no ópio, extraído da papoula. São substâncias opióides a morfina, a codeína e a heroína, sendo este último um derivado sintético que leva à dependência mais facilmente que os demais. São também chamados de narcóticos, porque produzem hipnose e analgesia (hipnoanalgésicos).

Os opióides atuam no sistema opióide endógeno, relacionado à liberação de endorfinas, substâncias relacionadas a analgesia e sensação de bem estar. Interferem com os sistemas GABAérgico e dopaminérgico. Estimulam o sistema de recompensa cerebral, a formação reticular e afetam as estruturas relacionadas com a nocicepção (condução e percepção da dor).

Provocam sono, analgesia, alteração do humor, alucinações, náuseas e vômitos, redução da tosse, constipação intestinal e relaxamento muscular. Uma overdose provoca coma e parada respiratória. Os efeitos desejados pelos usuários recreacionais são uma sensação de bem estar e contentamento, um torpor e calma em que a realidade e a fantasia se misturam, como um sonhar acordado. O uso intravenoso, especialmente da heroína, causa uma sensação de prazer instantânea, conhecida como “rush”. Esta experiência desencadeia um desejo intenso de repeti-la, sendo responsável pelo elevado índice de dependência a estas substâncias.

A síndrome de abstinência caracteriza-se por diarréia, náuseas, vômitos, coriza, lacrimejamento, cólicas, sudorese, calafrios, hipertensão, ansiedade, agitação e convulsões.

OS BENZODIAZEPÍNICOS E BARBITÚRICOS

São medicamentos conhecidos da população como “calmantes”. Alguns dos benzodiazepínicos mais conhecidos são o diazepam, o lorazepam, o bromazepam, o clonazepam, o flunitrazepam, o midazolam e o alprazolam. O mecanismo de ação dos benzodiazepínicos é bem conhecido. Eles são agonistas seletivos do receptor GABA-A, potencializando a ação do neurotransmissor inibitório GABA neste receptor. O efeito mais comum é a sedação (calmante). Como o álcool e os solventes inalantes, também provocam incoordenação motora e alterações da percepção. Casos de intoxicação fatais são mais raros. A síndrome de abstinência é mais leve que a do álcool, com irritabilidade e insônia, mas podem ocorrer convulsões.

Entre os barbitúricos, os mais conhecidos são o fenobarbital, um antiepiléptico, o pentobarbital, um indutor do sono, e o tiopental, um anestésico. Atuam tanto sobre a neurotransmissão inibitória (de forma semelhante aos benzodiazepínicos) como excitatória, inibindo a atividade glutamatérgica. Apresentam efeitos semelhantes aos dos benzodiazepínicos, porém mais potentes. Doses três vezes maiores que as terapêuticas podem ser fatais, causando depressão respiratória, coma e morte. A síndrome de abstinência pode ser grave, semelhante ao *delirium tremens* alcoólico.

DROGAS ALUCINÓGENAS

A maconha

A maconha é composta por folhas e flores secas da *Cannabis sativa*. Da seiva desta planta origina-se o haxixe (pasta), pouco usado em nosso país. Ambas tem como princípio ativo o THC (tetrahydrocannabinol), sendo o haxixe dez vezes mais potente. O THC tem propriedades analgésica, hipnótica e espasmolítica.

Há estudos demonstrando a existência de um sistema neurotransmissor canabinóide endógeno, que modula outros sistemas de neurotransmissão, entre eles o dopaminérgico. O THC atua neste sistema, mimetizando as ações do neurotransmissor endógeno, a anandamida. Por ter alta lipossolubilidade, o THC deposita-se em tecido gorduroso, sendo o cérebro um desses locais.

Os usuários de maconha e haxixe buscam uma sensação de calma, relaxamento e bem-estar, acompanhada de aguçamento da percepção sensorial com intensificação dos sons e da visão, que adquirem um caráter fantástico. Outros efeitos são a hilaridade, angústia, tremores, sudorese, prejuízo da memória e da atenção, alteração da percepção espacial e temporal, delírio e alucinações. Os olhos ficam avermelhados, a boca seca, o coração dispara e ocorre broncodilatação. O uso crônico leva a déficit de aprendizado e memória, diminuição progressiva da motivação – apatia e improdutividade (síndrome amotivacional), piora de distúrbios psíquicos preexistentes, bronquites e infertilidade (por redução da quantidade de testosterona).

A síndrome de abstinência tem intensidade mais fraca que as descritas anteriormente e caracteriza-se por náusea, agitação psicomotora, irritabilidade, confusão mental, taquicardia e sudorese.

O LSD (ÁCIDO DESOXILISÉRGICO) E O ECSTASY (ÊXTASE)

O LSD é mais conhecido apenas como ‘ácido’. O êxtase é uma metanfetamina (metilendioximetanfetamina) sintetizada em 1914 como um moderador do apetite. Apresentam estrutura química semelhante e têm ação serotoninérgica, noradrenérgica e dopaminérgica, estimulando estes sistemas. O uso de êxtase e outras metanfetaminas sintéticas vêm crescendo muito, especialmente nas festas (baladas), sendo conhecidas também como “club drugs”.

O efeito desejado pelo usuário é a ‘boa viagem’, caracterizada por uma sensação de euforia e excitação acompanhada por ilusões e alucinações auditivas e visuais agradáveis. Ocorrem distorções na percepção do ambiente (cores, formas e sons) e sinestésias (estímulos olfativos e táteis parecem visíveis e cores podem ser ouvidas). Concomitantemente há dilatação da pupila, taquicardia e sudorese (efeitos simpáticos). Contudo, podem ocorrer ‘viagens ruins’, desagradáveis, com delírios persecutórios, comportamento violento, ansiedade (semelhante à síndrome do pânico), depressão, surtos psicóticos, medo de enlouquecer e de morrer. Pode ocorrer retorno das experiências alucinatórias originais (“flashbacks”), mesmo dias, semanas ou meses após o uso. Estes flashbacks estão mais associados ao uso do LSD do que do êxtase.

Os jovens sobre efeito das drogas tendem a criar um mundo onde a realidade e a fantasia se misturam, tem sua capacidade cognitiva e laborativa comprometida, perdem o interesse em se relacionar com outras pessoas e de cuidar de si mesmos. Para alguns, a dependência de drogas torna-se uma doença de solidão.

OUTROS ALUCINÓGENOS

Muitas plantas alucinógenas têm seu uso restrito a rituais místicos-religiosos, como a jurema e o caapi (ayahuasca).

Outras, como as daturas (lírio-saia-branca, zabumba, trombeteira), têm um efeito alucinatório muito fugaz, acompanhado por importantes efeitos tóxicos desagradáveis que desestimulam seu uso.

A mescalina, derivada do cacto peiote, não encontrado em nosso meio, e a psilocibina, consumida através do 'chá de cogumelos', podem ser poderosos alucinógenos dependendo da quantidade usada.

A triexfenidila, uma droga anticolinérgica desenvolvida para o tratamento da doença de Parkinson e outros transtornos motores, tem sido usada por seus efeitos semelhantes às daturas (anticolinérgicos naturais).

CONCLUSÃO

Conhecer as substâncias usadas como drogas de abuso, suas ações e efeitos é importante para compreendermos melhor o fenômeno da dependência química e para elaborarmos a melhor forma de intervir terapêuticamente. Saber que além da sensação de prazer estas substâncias provocam uma série de efeitos desagradáveis, com sérios riscos para a saúde, pode auxiliar nas abordagens preventivas.

REFERÊNCIAS

LINGFORD-HUGHES, A. R. et al. **Addiction**. Br Med Bull, n. 65, 2003. p. 209-222.

MALDONADO, R. **The neurobiology of addiction**. J Neural Transm Suppl, n. 66, 2003. p.1-14.

MCCRADY, B.S.; Epstein, E. E. **Addictions: a comprehensive guidebook**. New York: Oxford University Press, 1999.

PINSKY, I.; BESSA, M. A. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

CRIME E DROGAS: CONSUMO E TRÁFICO¹

Helder Ferreria (NEV/USP) nev@usp.br²
João Luís de Sousa (NEV/USP) nev@usp.br³
Viviane Cubas (NEV/USP) nev@usp.br⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a questão das drogas da forma menos dogmática possível. O primeiro ponto lembrado é que o consumo de substâncias psicoativas fazem parte da história da humanidade e que mesmo hoje a criminalização só atinge parte destas substâncias. A partir daí, é possível reconhecer, por exemplo, que as drogas mais consumidas no Brasil são legais: álcool e tabaco. O álcool chama mais atenção, pois assim como outras drogas consideradas ilegais, pode favorecer comportamentos de risco. Aponta-se também os principais problemas associados ao consumo de drogas ilícitas: demanda por tratamento de dependentes, atendimento a casos de overdose, facilitação na transmissão de doenças como AIDS e hepatite e estímulo ao tráfico violento de drogas. Nas escolas brasileiras, destaca-se, além da maconha, o consumo de solventes. Alguns autores, defendem que o trabalho de prevenção das escolas deve ser feito principalmente pela via da discussão dos problemas associados ao consumo do que pela simples condenação moral. Por fim, o artigo trata dos problemas relativos ao tráfico de drogas e do debate sobre a descriminalização de drogas. No debate, parece haver consenso que o uso de drogas é prejudicial e que a política de controle do tráfico e do uso não é eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas; Criminalização; Prevenção.

1 Artigo disponível em <http://www.nevusp.org/conteudo/index.php?conteudo_id=719>, acessado em 11 de jun/2007.

2 Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP).

3 Psicólogo e pesquisador do NEV/USP.

4 Mestre em Sociologia (USP) e pesquisadora do NEV/USP.

O tema das drogas ganha cada vez mais espaço nos debates públicos. No entanto, o consumo de substâncias psicoativas pelo homem sempre esteve presente na história da humanidade. Segundo Lima, substâncias que anteriormente foram lícitas hoje figuram como ilícitas, ao mesmo tempo que substâncias ilícitas em alguns países são totalmente toleradas em outros. Para esse autor, “determinados períodos de uso ou abuso de substâncias podem ser considerados como ciclo da droga, conceituado como período sócio-histórico, tempo-dependente, no qual uma nova droga ou um modo ‘inovador’ de utilização de uma droga é introduzido e adotado por grande número de pessoas. Seu uso institucionaliza-se em certos segmentos da população” (LIMA, 1992).

O CONSUMO NO BRASIL

No Brasil, pesquisa realizada pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) aponta que 11,2% da população é dependente de bebidas alcoólicas, 9% de tabaco e 1% de maconha (CASTELÕES, 2002).

Além disso, pesquisa realizada em 24 cidades do Estado de São Paulo em 1999, indicou que álcool e tabaco são as drogas mais utilizadas pela população, 53,2% e 39% respectivamente. Entre os adolescentes de 12 a 17 anos, 35% declararam já ter experimentado bebidas alcoólicas e 15,8% tabaco. O uso de maconha, ao menos uma vez, foi declarado por 6,6% do total de participantes e 3,9% dos que tinham entre 12 e 17 anos (CARDIA; SCHIFFER, 2000).

Estes números ressaltam a grande utilização do álcool e tabaco em nossa sociedade e, esta, parece estar diretamente ligada à oferta e acessibilidade de tais produtos. A percepção da facilidade de acesso às bebidas alcoólicas e a aceitação social do álcool e do seu consumo em público parece levar a um maior consumo entre homens e mulheres.

Uma pesquisa feita em uma das comunidades mais violentas da cidade de São Paulo identificou a presença de 1 bar para cada 12 casas. Estes bares não possuem licença para funcionar, ficam abertos pelo menos 85 horas por semana e tem aos sábados e domingos, os dias de maior movimento. Coincidentemente, estes também são os dias em que a polícia se encontra mais ocupada com relação a homicídios (CARDIA; SCHIFFER, 2000).

PROBLEMAS CAUSADOS PELO CONSUMO

O uso de drogas é um fenômeno global e a droga ilícita mais amplamente consumida atualmente no mundo é a *cannabis* da qual é usada a erva (maconha) e a resina (haxixe). As drogas derivadas do ópio se concentram na Ásia e na Europa, a cocaína nas Américas e, em menor extensão, na Europa. As drogas sintéticas, como as anfetaminas, estão concentradas na Europa, assim como o *ecstasy*, porém este último está sendo difundido para outras regiões. Os principais problemas relacionados ao uso de drogas são: a demanda por tratamento a dependentes; as emergências, principalmente devido à *overdose*; incidência de doenças como AIDS, hepatite, etc; além da mortalidade causada pelo crime e pela violência relacionados ao tráfico (Relatório do Escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção do Crime – United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention – UNODCCP).

Acrescenta-se a isso que o problema causado pelas drogas não diz respeito, diretamente ao tamanho da população que as consome. Segundo o Relatório das Nações Unidas, a maconha é a substância ilegal mais consumida no mundo, entretanto, o seu consumo não é o principal problema em termos de prejuízos à saúde e conseqüências sociais quando comparado a outras drogas. Muitos defendem que a maconha é a “porta de entrada” para outras drogas porém, segundo o relatório, muitos usuários de maconha não se envolvem com outras drogas, mas quase todos os estudos disponíveis mostram que a maioria dos usuários de outros tipos de drogas, como heroína e cocaína, no início do contato com as drogas usaram a maconha.

CONSUMO NAS ESCOLAS

Nas escolas brasileiras, ao contrário do que ocorre no Estados Unidos onde o consumo de maconha e cocaína é grande, a maior parte dos estudantes usam as drogas classificadas como solventes, entre elas o esmalte, éter, acetona e o corretor líquido antes das drogas mais pesadas. Segundo Lima, em entrevista ao *site* Comciência, “trazer a diversidade para a sala de aula na abordagem da questão das drogas é um interessante caminho para evitar os estigmas e preconceitos que emergem quando o tema é tratado, além de discutir as particularidades de cada escola, de cada realidade, criando formas de abordagem próprias que podem ser mais duradouras e eficazes.”

O consumo de drogas na atualidade

Além disso, a proibição das drogas como forma de prevenção também é centro de alguns questionamentos. O mesmo pesquisador afirma que aos jovens é muito fácil a aquisição de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, por isso, a iniciativa e a decisão em usar ou não usar passa por um crivo individual por mais que haja uma pressão contrária: “no uso das drogas a exposição é voluntária e a proibição não apresenta os resultados esperados”. A prevenção ainda é apontada como a principal maneira de alertar sobre os prejuízos causados pelo consumo de drogas. A generalização do problema ou abordagem fundamentada em questões morais é que pode levar ao fracasso dos trabalhos voltados para esta prevenção.

Segundo Zaluar (1994), o grande aumento do consumo de drogas é decorrente de mudanças no estilo de vida e nas concepções de trabalho, do sofrimento e do futuro. O hedonismo, doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível teria colocado o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas. Principalmente para os jovens, os jogos, as drogas e a diversão se tornaram o objetivo mais importante e, por serem estas práticas ao mesmo tempo valorizadas e proibidas por força da lei, abre-se espaço para o desenvolvimento de um crime organizado que comercializa esses bens. Os lucros desse comércio não são gerados pela produtividade ou pela maior exploração do trabalho, mas pela própria ilegalidade do comércio que é gerenciado através de regras próprias.

Ainda para Zaluar, uma das conseqüências que a proibição das drogas causa é a construção ideológica do viciado e do traficante como agentes do mal, além da demonização da própria droga. Além desta

visão maniqueísta, Lima (1992) também afirma que as análises sobre drogas costumam generalizar o chamado “mundo das drogas e dos drogados” como se compreendesse um conjunto de pessoas semelhantes com hábitos idênticos. Para que uma pessoa se enquadrasse nesse padrão, bastaria que em algum momento de sua vida tivesse interagido com alguma substância psicoativa ilícita, o que também é considerado um primeiro passo em direção ao consumo desenfreado de drogas e, posteriormente, de drogas cada vez mais pesadas, além do afastamento gradual dos padrões sociais de comportamento aceitáveis e tidos como “normais” o que, na prática, não necessariamente ocorre.

QUEM É DEPENDENTE E QUEM NÃO É?

A frequência do uso de drogas é o que distingue o usuário ocasional do dependente. Enquanto algumas pessoas consomem drogas esporadicamente outras se tornarão dependentes, sem capacidade de controlar esse consumo que se torna impulsivo e repetitivo. Um dos principais problemas é que não é possível prever quem pode ou não se tornar dependente.

Uma das explicações, ainda não explorada de maneira suficiente, diz respeito à predisposição biológica. Segundo Ivan Braun, do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Hospital das Clínicas, a predisposição pode estar relacionada a diferenças no efeito da droga sobre o cérebro e a fatores genéticos. Estudos realizados identificaram que filhos de dependentes químicos apresentam um elevado risco de desenvolverem dependência.

Algumas pesquisas atualmente em andamento buscam identificar os genes responsáveis por uma possível predisposição à dependência de drogas de abuso nos indivíduos. A partir desta identificação seria, então, viável o desenvolvimento de técnicas que possibilitem uma identificação precoce de tais fatores que tornariam a pessoa mais vulnerável à dependência e ao abuso de drogas e então, planejar e trabalhar as estratégias mais apropriadas para a prevenção e/ou tratamento destas.

Entretanto, os estudos também demonstram que a influência de tais fatores biológicos é apenas parcial e que a dependência e abuso de drogas também está relacionado a fatores psicológicos, sociais e demográficos. A pesquisa *Urbanização, Adolescentes e Fatores de Risco para o Abuso de Substâncias* (CARDIA; SCHIFFER, 2000) aponta uma série de fatores que aumentariam a vulnerabilidade entre adolescentes para o consumo de drogas tais como:

- a) fatores sócio-econômicos: pobreza, privação sócio-econômica e cultural, rápidas mudanças sociais;
- b) relações interpessoais e de grupo: discriminação, violência e agressão;
- c) família: histórico familiar com uso de drogas/álcool, violência, patologias genéticas, gravidez precoce, desestrutura familiar ou conflitos, poucos cuidados paternos;
- d) individual: desvio comportamental, não submissão a regras socialmente estabelecidas, rebeldia, apatia/tédio, comportamento anti-social e agressivo;

- e) estágio de desenvolvimento: vulnerabilidade para experimentar coisas novas – aceitação ou rejeição são elementos chaves para identificar o desenvolvimento;
- f) urbanização: fator de risco para uso de substâncias.

Todos estes itens concorrem em maior ou menor grau para aumentar a predisposição e vulnerabilidade, não só de adolescentes como também de adultos, ao uso e abuso de drogas.

Apesar da privação sócio-econômica figurar entre os fatores de risco para a vulnerabilização às drogas, não é possível afirmar que o uso de drogas esteja estritamente ligado às camadas mais pobres da população. Lima (1992) salienta que o aumento no número de pessoas provenientes da classe média com problemas relacionados ao abuso de drogas enfraquece a tese da existência de uma relação exclusiva entre uso de drogas e condição econômica. Kilsztajn *et al* (2002) vão mais além e afirmam que enquanto o consumo se dá entre pessoas de camadas econômicas mais altas, o tráfico, pensando aqui na sua estrutura diretamente relacionada à venda do produto, envolve as camadas mais pobres da população que, muitas vezes começam como usuários e que acabam entrando para o comércio na tentativa de sustentar o vício e saldar as dívidas.

AS ROTAS DE TRÁFICO E O BRASIL

O tráfico de drogas é uma atividade em âmbito mundial que envolve inúmeros países, que possui uma alta lucratividade. Segundo o UNODCCP, estima-se que “a participação nos negócios ilícitos das drogas tenha atingido a cifra de 400 bilhões de dólares, o que corresponde a 8% do comércio internacional, maior do que a parte que cabe ao setor de veículos e ao ferro e aço; igual à dos setores de petróleo, têxtil e de turismo” (ZALUAR, 1998, p. 257).

Há países que são, sobretudo, produtores. Em 2000, os maiores produtores de ópio (a base para a produção de heroína) eram Afeganistão e Myanmar, havendo produção também em Laos, Colômbia, México, Paquistão, Tailândia, Vietnã, entre outros. Os maiores produtores de folha de coca (a base para a preparação da cocaína e do crack) são Colômbia, Peru e Bolívia. Já a produção de cannabis (base para a produção de haxixe, maconha e *cannabis oil*) é mais difundida, tendo-se informações de produção em 120 países, nos anos 90. Segundo a Interpol, os maiores produtores de haxixe são Marrocos, Afeganistão e Paquistão, os de maconha, Colômbia, México, Nigéria e África do Sul e o de cannabis oil, Jamaica (UNODCCP, 2000).

Há várias rotas de tráfico que garantem que estas drogas saiam dos países produtores na América do Sul e Central, África e Ásia e cheguem aos países da América do Norte e da Europa. Segundo o UNODCCP, os dados sobre apreensão de drogas permitem saber que há uma importante rota de cocaína saindo do Peru e Bolívia, passando pelo Brasil e com rumo à Europa.

O Brasil, no entanto, não é apenas um país de passagem para este tráfico, pois há também produção e consumo. O Departamento de Polícia Federal (DPF) produziu o relatório *Desempenho policial ano 2000*, o qual traz números sobre as drogas apreendidas por meio de suas ações. O *Programa de Erradicação*

da *Maconha do DPF* realizou onze operações em 2000, nos estados de Pernambuco, Bahia e Maranhão exterminando quase 4 milhões de pés de maconha. O quadro abaixo, extraído deste relatório, indica a produção de maconha e haxixe no Brasil, também o refino de cocaína e o comércio de outras drogas como lança perfume.

QUADRO 1 – DROGAS APREENDIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL – BRASIL 1999

| DROGAS | 1999 |
|--------------------------|------------|
| Maconha (g) | 69.184.606 |
| Pés de maconha (u) | 3.699.601 |
| Semente de maconha (g) | 55.804 |
| Cocaína (g) | 6.834.200 |
| Crack (g) | 176.456 |
| Pasta Base (g) (cocaína) | 635.572 |
| Haxixe (g) | 37.550 |
| Lança Perfume (u) | 13.421 |

LEGENDA: (g) grama; (u) unidade; (l) litro / Fonte: DPF/MJ

Há diferentes arranjos na distribuição de drogas ao consumidor brasileiro. Segundo Mingardi, em São Paulo, “ele varia de acordo com a região da cidade ou do Estado, com o tipo de droga vendida e com o nível do grupo de traficantes” (MINGARDI, 1998, p. 152). Em relação à cidade de São Paulo, este autor afirma que “segundo avaliação de seus próprios integrantes, os grupos do centro são mais confusos, não delimitam seu território e tem hierarquia muito frouxa. Já em algumas regiões da periferia as ‘bocas’ são mais estruturadas. Existem vigias para avisar a aproximação da polícia, o ‘passador’ ou ‘avião’, que entrega a mercadoria, o gerente da boca e o dono” (ibidem, p. 157).

POLÍTICAS DE CONTENÇÃO DO USO E DO TRÁFICO DE DROGAS

A ação do Estado Brasileiro, como o de outros países, se divide em três direções: tratamento de dependentes químicos, campanhas contra o uso de drogas e a utilização do aparato de segurança e justiça para reprimir o tráfico de drogas. No combate ao tráfico, o Brasil conta com ações das polícias civil, militar e federal e, esporadicamente, com o exército, além do trabalho do Ministério Público, Judiciário e Sistema Prisional. A Polícia Federal age na localização e destruição de plantações, no fechamento de refinarias e na apreensão de drogas em rodovias federais, aeroportos e portos. As polícias estaduais (civis e militares) atuam, em geral, nas áreas urbanas, apreendendo drogas e armas e prendendo e investigando usuários e traficantes. No Estado de São Paulo, para se ter uma noção das dimensões dos esforços policiais no combate ao tráfico, em 2002, houve 12.138 ocorrências policiais registradas por

tráfico de entorpecentes⁵, enquanto as ocorrências policiais de homicídios foram de 11.847⁶.

OS PREJUÍZOS QUE O TRÁFICO TRAZ À SOCIEDADE BRASILEIRA

À primeira vista, a principal consequência do tráfico parece ser a de irradiar o consumo de droga na sociedade, causando danos a consumidores e suas famílias. No entanto, vários estudiosos apontam inúmeros outros problemas. O antropólogo Luiz Eduardo Soares arrolou vários prejuízos causados pelo tráfico de drogas (conectado ao de armas). Entre eles:

- *O grande número de homicídios.* Estima-se que, nos anos 90, o tráfico tenha produzido cerca de 20 mil vítimas, em sua maioria jovens, pobres, e não-brancos, na cidade do Rio de Janeiro. Ocorrendo, sobretudo em razão das disputas entre as quadrilhas por controle territorial;
- *Desorganização da vida associativa e política das comunidades.* O tráfico tende a exercer um papel de monitoramento das ações das lideranças cívicas e políticas locais;
- *Imposição de regime despótico em favelas e bairros populares.* O tráfico ao dominar um território dita regras a moradores: vetos à passagem por determinadas áreas, controles sobre horários de saída e entrada das casas e do bairro/favela e mediação de conflitos entre vizinhos e familiares;
- *Aliciamento de crianças e adolescentes e morte prematura.* Meninos de periferia são usados no transporte de drogas e armas e em missões em que o risco de prisão é alto. As pessoas, em geral, entram quando meninos no tráfico de drogas e tendem sair ainda jovens, pela via da morte.
- *Disseminação de valores belicistas contrários ao universalismo democrático e cidadão.* A força pela posse das armas e pela disposição de matar e a lealdade à quadrilha não reconhecem direitos e nem os limites da lei.
- *Destruição de estruturas familiares e da dinâmica da reprodução cultural.* Há choques entre a autoridade dos vínculos familiares e a da participação no tráfico. Quando a hierarquia tradicional familiar é quebrada, num contexto de medo, violência e morte, os principais mecanismos de socialização cultural, que garantem a continuidade da vida coletiva, sofrem forte desestabilização.
- *Grupos armados* (Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigos dos Amigos, Primeiro Comando da Capital) faz com que a identidade principal seja com o grupo criminoso e não com a comunidade.
- *Base para outras atividades criminosas.* Há nas cidades onde o tráfico de drogas prospera, membros de quadrilhas e indivíduos que alugam ou emprestam armas pertencentes às quadrilhas para cometer crimes como assaltos e seqüestros.
- *Degradação da lealdade comunitária tradicional.* As relações exclusivistas com indução de muitos policiais à corrupção. Traficantes e policiais corruptos chegam a acordo quanto à liberdade de comercializar as drogas ou quanto a participação nos negócios, com cotas de participação nos lucros, responsabilidades pelo transporte da droga em segurança e venda de armas apreendidas de outras quadrilhas. Policiais também extorquem consumidores e traficantes presos, a quem se pode vender a liberdade.
- *Promoção do entrelaçamento do crime,* entre o ‘crime de colarinho branco’, praticado por membros das camadas médias e das elites, e a criminalidade que prospera nas favelas e nos bairros populares. De um lado, os criminosos de classe média e alta utilizam o conhecimento legal e financeiro para garantir o bom andamento dos negócios. Enquanto as tropas das classes baixas atuam na periferia entre a violência e a corrupção policial.

5 Dados disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

6 Cabe lembrar, que boa parte desses homicídios devem possuir relação com as atividades do tráfico de drogas.

- *Penetração na sociedade e no Estado.* São feitos negócios milionários. Há traficantes ricos (em geral, aqueles que fornecem drogas aos traficantes dos morros e das periferias, e que participam das rotas internacionais de tráfico) o suficiente para influir em eleições, governos, polícias, tribunais e câmaras legislativas.
- *Estímulo à reações que tendem a estigmatizar a pobreza e os pobres.* O tráfico, ao promover imagens negativas das favelas e bairros populares faz com que os moradores das favelas sofram como vítimas de preconceitos e de medidas arbitrárias por parte da polícia (SOARES, 2000).

O que este estigma esconde é que o consumo e o tráfico também estão presentes nas classes médias e alta. A literatura internacional aponta que existe uma diferença no uso de drogas de acordo com a classe sócio-econômica do usuário que não diz respeito somente aos tipos de drogas utilizadas. Assim, estudos nos EUA demonstram que o “uso de drogas está positivamente associado com brancos mais do que não-brancos, mais escolaridade do que com menos escolaridade, urbano mais do que rural” (CARDIA; SCHIFFER, 2000, p. 12).

Os pontos apresentados permitem visualizar as diferentes dimensões que envolvem o problema do tráfico de drogas. No entanto, queremos aprofundar um pouco a questão da violência.

A VIOLÊNCIA E O TRÁFICO DE DROGAS

No Brasil, há indícios que apontam para uma relação entre o aumento da taxa de homicídios e o tráfico de drogas. Nos anos 70, a maconha predominava no mercado de drogas no Brasil e o tráfico não tinha expressão econômica nem era visto como um problema social. Com a consolidação da rota internacional dos cartéis colombianos e da máfia ítalo-americana entre 1982 e 1984, o Brasil entrou na rota do tráfico de cocaína, que tinha como destino os Estados Unidos e a Europa. O aumento dos homicídios entre 1982 e 1984 coincide com o período da entrada da cocaína em São Paulo. Como o pagamento dos serviços de transporte é realizado em espécie, parte da droga fica para o consumo nos países de trânsito e com o crescimento da oferta e queda dos preços, houve um aumento do consumo de cocaína (KILSZTAJN *et al.*, 2002).

A violência é intrínseca ao tráfico. Primeiro, porque os riscos e prejuízos provenientes da ação policial colocam limites à oferta e produzem uma valorização do produto o que permite altos lucros nas vendas realizadas com sucesso. Parte destes lucros é investida na proteção do tráfico contra prisões de envolvidos, apreensões de drogas e armas, e desativação de centros produtores. Esta proteção envolve o aliciamento de pessoas, a compra de armas e a corrupção de autoridades. Segundo, as regras de concorrência são outras que as dos mercados legais. Enquanto a concorrência reduz lucros, a expansão dos pontos de venda e a retirada de concorrentes do tráfico os faz crescer. Além disso, há problemas como cobranças de dívidas e alterações na hierarquia das organizações que são resolvidos privadamente. Em todas as situações, em geral, a violência é um instrumento indispensável para se atingir seus objetivos. Terceiro, a violência tem um papel importante na obtenção de prestígio, poder e “liberdade”. Segundo Zaluar, em suas pesquisas em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, “os bandidos jovens e pobres do bairro estudado são adeptos de uma ideologia moderna e individualista que não se baseia, porém, nos direitos positivos da participação democrática, mas nos negativos: a ilusão quanto à independência absoluta do sujeito e de sua liberdade de agir sem restrições está atrelada a uma concepção extremamente

autoritária de poder. Se o chefe ou ‘o cabeça’ são concebidos como homens inteiramente autônomos e livres, esta capacidade de exercer a sua vontade, sem restrições, faz-se à custa da submissão dos seus seguidores denominados ‘teleguiados’, uma relação sempre mediada pelas armas de fogo modernas bem como pelo poder do dinheiro que o chefe acumula” (ZALUAR, 1994, p. 249).

O DEBATE PÚBLICO SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO

Ocorre um crescente debate, no Brasil e no mundo, sobre a questão da descriminalização das drogas. Não há uma corrente única que defenda o princípio da descriminalização. Alguns querem que tal ação atinja todas as drogas, outros propõem que seja restringida às drogas leves. Alguns defendem que apenas o uso não sofra sanções penais⁷, outros pretendem uma liberação do uso e comércio de drogas. Por fim, há aqueles que são contra qualquer proposta de liberação. A Revista Superinteressante, em janeiro de 2002, fez um pequeno balanço de argumentos presentes no debate público. Os argumentos pela descriminalização são de que a repressão mantém usuários longe dos serviços de saúde, permite que um produto ilegal seja vendido sem controle algum e não impede o surgimento de novos consumidores. Além disso, a maior parte dos crimes relacionados a drogas é decorrente da rede de comércio ilegal e não do uso em si. Por fim, há um argumento também de que cada pessoa é responsável e livre para fazer uso de um produto que pode causar malefícios ao seu próprio corpo. Em resumo, os argumentos contra as propostas de liberalização do uso de drogas são que estas causam danos à saúde do usuário e podem causar dependência e comprometer a produtividade e o comportamento social destes indivíduos. Além disso, os usuários são mais suscetíveis ao crime e consomem mais recursos do sistema público de saúde. Por fim, a liberação ao uso faria aumentar o número de usuários.

Vejamos a seguir as falas de algumas personagens deste debate:

“Nos Estados Unidos, líder da política proibitiva, numerosos estudos encomendados pelo governo mostraram que os custos de programas de prevenção do uso de drogas e de tratamento de dependentes é muito mais barato (entre 20 e 10 vezes) e eficaz do que a repressão externa e interna, respectivamente”⁸(Antropóloga Alba Zaluar).

“Sempre fui a favor da descriminalização das drogas. (...) Se não tivéssemos a proibição legal, teríamos um sério problema de drogas, que provocaria várias mortes e destruiria muitas vidas, mas em números infinitamente menores do que as mortes e as vidas destruídas pela violência armada. O uso de drogas se tornaria um problema de saúde pública, educação, psicologia e cultura”⁹(Antropólogo Luiz Eduardo Soares).

7 No Brasil, atualmente, o traficante de drogas é punido com pena de detenção e o usuário de drogas deve ser submetido a tratamento. No entanto, como o usuário é obrigado a se submeter sob pena de ir para detenção, considera-se que a criminalização continua em vigor.

8 Zaluar, A. “Reflexões sobre uma indústria altamente rentável”. In: **Revista Ciência Hoje**, abril de 2002, “Um panorama no Brasil e no mundo”, p. 6 www.uol.com.br/cienciahoje/ch/ch181/drogas1.htm.

9 Entrevista sobre pobreza e violência. **O Estado de Minas**, 20 de setembro de 2000. www.luizeduardosoares.com.br/ideias_entrevistas.php.

“Os antiproibicionistas garantem que a liberação das drogas provocará queda nas taxas de violência e redução do consumo. Pura bobagem. O álcool é uma droga lícita e, no entanto, causa muita violência. No ano passado, 270 mil mulheres brasileiras foram espancadas por maridos alcoolizados. E em 61% dos acidentes de trânsito com morte estavam envolvidos motoristas alcoolizados. Isso não é violência? Quanto ao uso, deve-se lembrar que as drogas mais consumidas são as discriminadas. Em primeiro lugar o álcool, em segundo o cigarro e em terceiro os inalantes, como cola de sapateiro”¹⁰ (Psiquiatra Jorge Gomes Figueiredo).

“... Esse é o principal motivo porque me oponho à lógica da liberalização e da legalização. Caso isso aconteça, acredito que mais adolescentes, e cada vez mais precocemente, estarão expostos às drogas. Em consequência, aumentarão também os índices de complicações provocadas pelo seu uso. É exatamente isso que acontece com o cigarro e o álcool: por serem legalizados e não haver controle, grande número de pessoas começa a usá-los cedo”¹¹ (Psiquiatra Ronaldo Laranjeira).

O que estes trechos mostram é que o ponto crucial deste debate é quanto às consequências da descriminalização. De um lado, há aqueles que defendem que a descriminalização permitiria um maior investimento nas campanhas de prevenção ao uso e, no atendimento dos dependentes, programas mais eficientes. Haveria uma redução da violência porque o comércio de drogas não alimentaria o tráfico de armas e nem sustentaria quadrilhas de criminosos. De outro lado, há outros que acreditam que a liberalização faria aumentar o consumo inflando a demanda pelo sistema de saúde pública e, ao mesmo tempo, faria crescer o número de casos de violência que ocorrem em função do uso de drogas. Além disso, parece não haver divergências no debate público de que o uso de droga é condenável e que o atual modelo de combate ao tráfico e ao consumo é ineficiente.

REFERÊNCIAS

CARDIA, N.; SCHIFFER, S. **São Paulo secondary data analysis**, 2000 (não publicado).

CASTELÕES, L. Brasileiros são mais dependentes em álcool, tabaco e maconha. **Comciência**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/especial/drogas/drogas01.htm>>. Acesso em: 2002.

DIAS, S. Como abordar a questão das drogas na escola? **Comciência**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/especial/drogas/drogas02.htm>>. Acesso em: 2002.

HOFFMANN, M. E. Marcadores Genéticos da Dependência Química. **Comciência**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/especial/drogas/drogas06.htm>>. Acesso em: 2002.

KILSZTJAN, S. et al. **Vítimas fatais da violência e mercado de drogas na região metropolitana de São Paulo**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política (PEPGEP). PUC/SP, 2002.

10 “Discriminação aumentaria o consumo, diz psiquiatra”. **O Estado de S. Paulo**, 22 de setembro de 1998. www.estado.estadao.com.br/

11 Entrevista concedida a *Ciência Hoje*/SP. “Não a legalização da maconha”, **Ciência Hoje**, vol. 27, nº 161. www.uol.com.br/cienciahoje/ch/ch161.htm

LIMA, E.S. **Drogas na escola**: quem consome o quê? Resumo da Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. 1992, Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/sau_a.php?t=005>.

MINGARDI, G. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo: IBCCrim, 1998

SOARES, L. E. **Meu casaco de general**: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION. **World drug report 2000**. New York: Oxford University Press, 2000.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba, os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARTZ, L. (Org.). **História da vida privada**, v. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 245-318.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan Editora UFRJ, 1994.

DROGAS E LEGISLAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NO BRASIL

Fabiola Xavier Leal (UFES) fabiolaxl@yahoo.com.br¹
Maria Lúcia Teixeira Garcia (UFES) lucia-garcia@uol.com.br²

RESUMO

As políticas de enfrentamento ao uso indevido de drogas no Brasil têm se desenvolvido ao longo de 67 anos, considerando a regulamentação sobre drogas desde 1938. E falar sobre drogas engloba aspectos morais, psicológicos, históricos, políticos, culturais e socioeconômicos, relativos a um dado momento, em um dado contexto. E nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa é analisar a Política Nacional Antidrogas desde sua formulação até os dias atuais. O aumento crescente do uso de substâncias psicoativas e os elevados custos sociais decorrentes desse consumo vêm justificando a adoção de políticas públicas tanto direcionadas à redução da oferta quanto à redução da demanda e à adoção de medidas mais eficazes sob o ponto de vista da saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social; Política Pública Sobre Drogas; Análise de Políticas.

- 1 Assistente Social, mestre em Política Social, professora da Universidade Federal do Espírito Santo e coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Vila Velha – ES (UNIVILA).
- 2 Doutora em Psicologia, professora do Departamento de Serviço Social/UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e coordenadora do Mestrado em Política Social.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas aparece como um fenômeno complexo da vida em sociedade que envolve questões de caráter político, econômico, social, cultural (BUCHER; OLIVEIRA, 1994), magia, religião, festa e deleite (TOSCANO, 2000). É necessário refletir e compreender o fenômeno do uso indevido de drogas dentro de um contexto amplo que envolve esses aspectos e que direcionam uma estratégia de oferta de substâncias psicoativas³ à população brasileira (RODRIGUES, 2004). Vale salientar que ao focalizar o debate em torno da droga tem-se claro que esse problema não ocorre de forma isolada, mas que ele se insere num contexto de pressão dos Tratados Internacionais, dos conflitos e desequilíbrios ocorridos no desenvolvimento da sociedade, no movimento de especulação e desenvolvimento do capital, entre tantos outros aspectos.

A partir de uma análise histórica, percebe-se que as políticas de drogas podem ser entendidas a partir de diferentes pontos de vista: ora acredita-se que o “problema” desaparecerá ao eliminar-se o uso, e nesse caso, a política se ampara nos poderes judiciário e policial, caracterizando uma **resposta repressiva**; ora acredita-se que o “problema” existe devido à pouca flexibilidade da sociedade, sendo a política a promoção da autogestão do uso e organização de um sistema social que compensasse os danos eventuais, numa **resposta de legalização**; ora supõe-se que o “problema” não tem solução definitiva, mas que há necessidade de apoio através de diversos programas sociais. Nesse caso, a política se reorganiza periodicamente face às novas drogas, aos novos hábitos de consumo e as crises nas relações sociais que perturbam a subjetividade do indivíduo, numa resposta pragmática (ACSELRAD, 2005).

O BRASIL, AS DROGAS E AS POLÍTICAS DE SUA CONTENÇÃO

Nosso país tem regulamentação sobre as drogas desde 1938, inicialmente estabelecida pelo Decreto-Lei nº 891/38, posteriormente incorporada ao artigo 281 do Código Penal (MESQUITA, 2004). Esse decreto se deu no governo de Getúlio Vargas, no qual operou-se junto aos EUA uma negociação para equipar as Forças Armadas (BARROS, 1994). Tais fatos podem ter influenciado a concepção criminalizadora das drogas desde o início de sua regulamentação, marcando a formação de um mecanismo de controle sobre a classe trabalhadora. O período foi marcado também pelas pressões dos Tratados Internacionais, que indicavam medidas de enfrentamento às drogas.

Diversas alterações legislativas no curso da História do Brasil culminaram na Lei 6.368/76, estabelecida durante a ditadura militar de 1964. Essa Lei, de 21 de outubro de 1976, foi sancionada no governo do Presidente Ernesto Geisel. Possui 47 artigos e está dividida em cinco capítulos (BRASIL, 1976). Desde aquela época percebe-se a influência do texto legal na política posta em prática, no sentido de traduzir uma individualização do problema capaz de absolver de responsabilidades o modelo econômico e social pelos danos decorrentes das relações entre sociedade e drogas (ACSELRAD, 2005).

3 Substâncias psicoativas, no sentido aqui tratado, são as substâncias que afetam os processos cerebrais normais de senso-percepção, das emoções e da motivação. Têm a capacidade de alterar a consciência, a disposição e os pensamentos (OMS,1993). Essa definição também será válida para o termo “droga”.

Embora a Lei trouxesse alguns avanços (por exemplo, o de não criminalizar o usuário), também era, no fundamental, criminalizadora (dado que não diferenciava usuário de traficante) (FLACH, 1999; VELOSO, 2004). Sua abordagem era jurídico-penal e médico-psiquiátrica, fazendo com que o problema fosse encarado como caso ora de polícia ou ora de doença mental (SÁ, 1999).

Alguns artigos dessa Lei expressam bem a cultura da época em que foi elaborada: todo cidadão é instado ao dever de colaborar no combate ao uso e tráfico de substâncias ilícitas. Embora o uso de drogas ilícitas seja considerado uma doença, o tratamento prescrito é a perda da liberdade, embora a pena seja maior para os casos de tráfico (hoje tipificado como crime hediondo). Os responsáveis por escolas e outras instituições devem denunciar e afastar pessoas envolvidas com drogas em suas dependências, podendo vir a perder eventuais subvenções, caso não colaborem. Num tal contexto, a ampliação do poder do Estado no campo do controle social⁴ refletiu os ditames e a linguagem da Lei de Segurança Nacional que, na vigência da ditadura de 1964, consagrava uma cultura repressiva (ACSERALD, 2005). Há 29 anos essa Lei está em vigor e estabelece princípios para a prevenção e tratamento dos usuários de drogas, muitos dos quais nunca entraram em vigor, em razão da precariedade dos serviços prestados pelo Estado (ELUF, 2004).

Os anos 80 foram marcados por um debate intenso sobre a descriminalização das drogas, principalmente da maconha (ASSUMPCÃO, 2005). Nesse contexto, no governo de João Figueiredo foi instituído o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes através do Decreto 85.110, em 2 de setembro de 1980. Nele se estruturavam os chamados Conselhos de Entorpecentes (Conselho Federal – CONFEN, Conselhos Estaduais – CONENs e Conselhos Municipais – COMENs) que até 1998, de maneira diversificada, contribuíram para conduzir iniciativas sobre o tema drogas no Brasil (MESQUITA, 2004). Esse Sistema tinha por objetivo formular a Política Nacional de Entorpecentes, compatibilizar planos nacionais com planos regionais, estaduais e municipais, bem como fiscalizar a respectiva execução.

Em 1986, através da Lei 7.560, foi criado o Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB) no âmbito do Ministério da Justiça. Após isso, com a Constituição Federal de 1988, o tráfico de drogas passa a ser definido como crime inafiançável, ficando previsto o confisco dos bens de traficantes, a autorização para expropriação de terras para o plantio ilícito, bem como a obrigação do Estado em manter programas de prevenção e assistência para crianças e adolescentes (Art. 5º - XLIII) (BRASIL, 1988).

Contudo, somente em 1993 o sistema foi estruturado no governo do Presidente Itamar Franco, através da criação da Secretaria Nacional de Entorpecentes, pela Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, vinculada ao Ministério da Justiça. Competia a essa Secretaria supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Entorpecentes (BRASIL, 1993).

Em 1998, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em substituição à anterior, é criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), vinculada à Casa Militar da Presidência da República, logo após a Assembléia Especial das Nações Unidas sobre Drogas.

4 Aqui expressando o controle do Estado exercido sobre a sociedade, no sentido de vigilância/fiscalização das ações.

Vale ressaltar que a lógica que encerra o processo levantado anteriormente permanece, ou seja, o combate à droga como inimiga da sociedade. Por um lado, a criação da SENAD expressou a preocupação do governo brasileiro em mostrar para a comunidade internacional estar assumindo com prioridade o combate às drogas; por outro, representa a manutenção das substâncias ilícitas como o alvo principal da política pública brasileira (OLIVEIRA, 2004).

Nesse período houve a mudança na denominação – extinguiu-se o CONFEN e instituiu-se o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD). Verifica-se que nessa mudança de “entorpecentes” para “antidrogas”, as ações permaneceram sob os mesmos enfoques – centralidade *da e na droga*.

Com a denominação “antidrogas”, a direção assumida pela Política Nacional Antidrogas a despeito de não aprofundar ou se confrontar, mantém o caráter repressivo presente na política anterior. A noção da droga aparece como uma espécie de “inimigo externo”, que “corrompe a moral” da sociedade. Atribui-se à droga todos os danos e riscos, e advém daí a idéia de uma “sociedade sem drogas”, e que culmina na veiculação das propagandas educativas sob a forma de “metáforas militares” – “Drogas, nem morto”, “Drogas, tô fora” (VELOSO *et al*, 2004). Segundo as autoras, esse enfoque restritivo de análise fragmenta, despolitiza a discussão e reforça o discurso policialesco, moralizador e repressivo. Esse discurso reforça os poderes da droga como alvo principal da estratégia contida na política oficial, cuja matriz fundante é a política repressiva norte-americana.

A idéia repressiva ainda permanece: quando coloca que o “problema da droga decorre do uso indevido das drogas ilícitas”, afirma que não se leva em conta que maconha e cocaína, tão associadas à violência, têm seu uso tolerado em alguns países (Holanda, Espanha, Portugal, por exemplo) ou foram até permitidas em outra época. O que mudou foram as relações que as pessoas mantêm com as drogas, pois as drogas de ontem não diferem das de hoje; as drogas ilícitas continuam consideradas como “uma ameaça à humanidade, à segurança e à soberania nacional”; não há distinção de idade para o uso de drogas, ou seja, o uso acontece “entre jovens”, o que obscurece a generalização do uso; a erradicação e a abstinência são normas, no sentido de que o desenvolvimento pleno da sociedade só pode ser observado com a erradicação das drogas ilícitas; o Programa de Justiça Terapêutica como alternativa à prisão. Pergunta-se: “Que tipo de relação terapêutica pode ser estabelecida numa situação de constrangimento? E como resolver as implicações éticas do exercício profissional, de Assistentes Sociais e Psicólogos, por exemplo, controlando a realização de exames antidoping exigidos aos jovens sob este programa?”

Com o intuito de dar continuidade ao enfrentamento da questão, em 2000 institui-se o Sistema Nacional Antidrogas. Está a cargo do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), órgão colegiado constituído por entidades da Administração Pública Federal que possui atribuições deliberativas e normativas. O sistema conta com dois órgãos executivos: a Secretaria Nacional Antidrogas, para a área de redução da demanda, e o Departamento de Polícia Federal, para a redução da oferta (BRASIL, 2002). Tem como um dos seus objetivos: formular a Política Nacional Antidrogas e compatibilizar planos nacionais com planos regionais, estaduais e municipais, bem como fiscalizar a respectiva execução (BRASIL, 2000).

Pressupõe em seus argumentos o princípio básico da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, adotando como estratégia a cooperação mútua e a articulação de esforços entre Governo, iniciativa privada e cidadãos – considerados individualmente ou em suas livres associações (BRASIL, 2002).

Com a reformulação da Política Antidrogas no atual governo Lula, a lógica do Sistema permanece, porém a configuração desse Sistema foi modificada. Percebe-se uma intenção de interlocução entre os sistemas federal, estaduais e municipais e a não-hierarquização das funções. Para a complementaridade das ações, aparecem os Conselhos Estaduais e Municipais como componentes principais do processo. Nesse Sistema, o órgão central das atividades de redução da demanda de drogas é o Gabinete de Segurança Institucional. E o órgão central das atividades de redução da oferta de drogas é o Ministério da Justiça.

Na seqüência, após a formatação do SISNAD e da consolidação da SENAD, em 11 de dezembro de 2001, essa Secretaria, juntamente com o Departamento da Polícia Federal e outros agentes do Sistema, elaboram a Política Nacional Antidrogas (PNAD) (BRASIL, 2002). A PNAD possuía 16 pressupostos básicos, 13 objetivos e sete capítulos com as temáticas: prevenção; tratamento, recuperação e reinserção social; redução dos danos sociais e à saúde; repressão do tráfico; e, por último, estudos, pesquisas e avaliações.

Tinha como objetivos alocar a questão do uso de álcool e outras drogas como problema de Saúde Pública; indicar o paradigma da redução de danos nas ações de prevenção e de tratamento; formular políticas que possam desconstruir o senso comum de que todo usuário de droga é um doente que requer internação, prisão ou absolvição e mobilizar a sociedade civil, oferecendo-lhe condições de exercer seu controle, participar das práticas preventivas, terapêuticas e reabilitadoras, bem como estabelecer parcerias locais para o fortalecimento das políticas municipais e estaduais (BRASIL, 2002).

Com a posse do Presidente Lula, ocorre uma mudança na política de drogas com duas medidas simbólicas: a mudança do nome original da SENAD para Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e a proposição de sua colocação junto ao Ministério da Justiça⁵, que tem capacidade de articular outros Ministérios e a Sociedade Civil para uma resposta de natureza mais ampla (MESQUITA, 2004). A mudança na denominação para Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas efetivou-se em 2005.

Com a incorporação da denominação *políticas públicas* requer considerar que o problema das drogas deve ser prioridade do Estado, o que permite pensar a reafirmação da sua responsabilidade na condução das políticas. Estabelecer políticas públicas sobre drogas é considerar a formulação e execução, pois sem ações, sem resultados, não há garantia de sua efetivação. É exigir que o Estado implante um projeto de governo, através de programas e de ações voltadas para setores específicos envolvidos com a temática.

O que também ocorreu nesse governo foi um realinhamento da PNAD. Esse processo começou com o Seminário Internacional sobre Políticas Públicas sobre Drogas, organizado pelo Brasil e realizado em 2004 em Brasília, em 21 de junho, com a presença de representantes de sete países (Itália, Suécia, Suíça, Portugal, Reino Unido, Holanda e Canadá) apresentando suas respectivas políticas (BRASIL, 2005).

Na seqüência, após 30 anos de vigência e diversas tentativas de mudança, a Lei 6.368/76 acabou revogada, sendo substituída pela Lei 11.343/06. Durante dez anos tramitaram no Congresso Nacional 5

5 Não efetivado.

projetos que visavam à modificação desta lei. Verifica-se primeiramente a opção da nova lei pelo termo *drogas*, em vez da expressão *substância entorpecente*, pois aglutina todos os produtos e substâncias causadoras de dependência. É claro que apenas essa mudança no conceito de drogas não significa mudança quanto à eficácia de suas normas para atingir o fim a que se propõe – reinserção social dos usuários e dependentes e de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas.

Ressalta-se que o usuário está livre de repressão à sua liberdade, ocasião em que lhe poderão ser submetidas, tão-somente e sucessivamente, admoestação verbal e multa no tocante à posse de entorpecentes. Não houve a sua descriminalização, mas, parcial despenalização. Contudo, ainda não há critérios definidos para diferenciação de usuários e traficantes, ficando a cargo do juiz fazer a determinação, conforme § 2 do Artigo 28 (BRASIL, 2006).

As mudanças ocorridas na política de enfrentamento ao uso indevido de drogas e as contradições presente no interior dessa política têm movido a todos na reflexão, revisão e proposição de mudanças com a ampliação dos espaços de luta e confrontação dos múltiplos interesses inscritos no interior da temática “drogas”. Idealmente, o processo político dentro da Política Nacional de Políticas Públicas sobre drogas forma um ciclo, começando com uma avaliação sistemática dos problemas relacionados ao uso indevido de drogas, seguida pela implementação de políticas de intervenções/preventivas/repressivas, e terminando com uma avaliação objetiva dos efeitos destas. Mas, geralmente, o processo político não é tão claro assim, sendo contaminado por interesses, valores e ideologias conflitantes, conforme mostrou esse estudo.

O que fica é que o processo de formulação e implementação da política oscila entre aquilo que deveria ser – o mais transparente possível, e corresponder, da melhor forma, às necessidades dos cidadãos que são os receptores finais da política – e aquilo que efetivamente tem sido. Muitas das ações nesse jogo de interesses ocorrem nos bastidores, subordinadas às considerações políticas ou interesses velados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato é que precisamos projetar um novo desenho das arenas de enfrentamento ao uso indevido de drogas, trazendo novas possibilidades de arranjos e soluções no processo de formulação e implementação da Política Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. É nesse contexto, que a instituição Escola e seus representantes se inserem.

Espera-se que inicialmente cada tomada de decisão que ocorra nos municípios provoque uma modificação no olhar dos atores. E um ponto de partida é a constituição de uma nova representação de problemas no âmbito da Educação. Os profissionais dessa área, não podem prescindir do conhecimento e aprofundamento da problemática abordada e de seus desdobramentos no espaço local, para elaborar uma visão crítica e apontar estratégias de enfrentamento, mais especificamente na instituição escolar, visto que é também nesse espaço escolar que demandas relacionadas às drogas surgem cotidianamente (seja

através do uso indevido, do tráfico, das diversas formas de violência, etc). Os processos educacionais devem gerar e desenvolver mudanças no sentido da transformação social. E ainda serem capazes de desenvolver, implantar discursos e ações alternativas, contribuindo significativamente para a reversão do quadro apontado.

É certo que a resposta dependerá do modo de olhar de cada instituição/indivíduo/profissional/gestor para essa realidade, podendo ser um olhar impaciente, descrente ou ideológico, como se fosse a única saída que oportunizasse atender às demandas. Ou, ainda, um olhar de acompanhamento de sua existência concreta e das práticas por eles desencadeadas, em que pese toda uma projeção otimista para mudar essa configuração.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, G. **Políticas de drogas e cultura de resistência**. Disponível em: <<http://www.fsmt.org.co/aa/ing-upload>>. Acesso em: junho de 2005.
- ASSUMPCÃO, A. F. A; GARCIA, M. L. T. Entraves e avanços no processo de descriminalização da maconha. **Anais XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte-MG, 2005.
- BARROS, E. L. de. **O Brasil de 1945 a 1964**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto Lei 6.368. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1976.
- BRASIL. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. **Fórum nacional sobre drogas**. Disponível em: <<http://www.senad.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2005.
- BRASIL. **Política Nacional Antidrogas**. Brasília: SENAD, 2002.
- BRASIL. Lei 11.343. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 2006.
- BUCHER, R.; OLIVEIRA, S. R. M. O discurso do combate às drogas e suas ideologias. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 137-145, 1994.
- ELUF, L. N. As drogas e a legislação brasileira. In: PINSKY, I.; BESSA, M. A. (Org). **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.
- FLACH, L. M. **Drogas? Sejamos razoáveis!** São Paulo: Centro de Tratamento Bezerra de Menezes, 1999.
- MESQUITA, F. **A construção de um caminho democrático e humanitário para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.reduc.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2004.
- OLIVEIRA, C. J de. O enfrentamento da dependência do álcool e outras drogas pelo estado brasileiro. In: BRAVO, M. I. S. (Org). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento – CID – 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.



RODRIGUES, T. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: Educ, 2004.

SÁ, D. B. de. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZALUAR, A. (Org). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOSCANO JÚNIOR, A. Um breve histórico sobre o uso de drogas. In: SEIBEL, S.D.; TOSCANO JÚNIOR, A. (Org). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2000. p. 7-23.

VELOSO, L.; CARVALHO, J.; SANTIAGO, L. Redução dos danos decorrentes do uso de drogas: uma proposta educativa no âmbito das políticas públicas. In: BRAVO, M. I. S. (Org). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS: A EXPERIÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Mirian Cátia Vieira Basílio (UFES) mirianbasilio@yahoo.com.br¹

Maria Lúcia Teixeira Garcia (UFES) lucia-garcia@uol.com.br²

RESUMO

A política de drogas historicamente privilegiou a repressão às substâncias ilícitas. O controle sobre a produção, distribuição e consumo das drogas em geral, tem se mostrado como uma emergência, ora de saúde pública, ora de segurança pública. Neste trabalho analisaremos o processo de formulação das políticas públicas sobre o álcool e outras drogas pelo Legislativo Municipal de Vitória-ES, tendo como ponto de partida as legislações propostas pelo Município, aprovadas entre os anos de 2000 e 2005. Foi realizada pesquisa documental na Câmara Municipal de Vitória-ES, onde levantou-se um conjunto de textos legislativos utilizando as palavras chave: toxicológico, fumar, drogas, bebidas alcoólicas, solvente, fumo, tabaco, substâncias entorpecentes, dependência química e álcool. Entre os anos de 2000 e 2005 foram submetidos 16 e destes 10 viraram Lei. Ao observarmos estas legislações percebemos que os conteúdos estão focados em: campanhas e ações educativas; restrições aos locais de venda (no caso do álcool); proibição de publicidade; restrições à compra e proibição do uso. O estudo identificou que a legislação estudada reafirma a perspectiva das drogas como um problema de segurança pública. Superar esta concepção depende de novos atores políticos em cena, que defendam uma perspectiva ampliada e problematizadora da questão.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas; Legislação; Política Pública.

- 1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e bolsista da Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social (FAPES).
- 2 Assistente social, professora doutora do Departamento de Serviço Social da UFES e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de formulação das políticas públicas de álcool e outras drogas pelo Legislativo Municipal de Vitória-ES. Trata-se de um dos eixos de análise da dissertação: “Política de enfrentamento às drogas: um estudo sobre a formulação de políticas públicas no processo decisório do Legislativo Municipal de Vitória-ES”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

Parte-se aqui do pressuposto que o uso indevido de drogas configura-se como uma das manifestações da questão social. Trata-se de fenômeno complexo que demanda uma análise do contexto, do sujeito e do produto, da demanda e da oferta de uma mercadoria, pela sociedade (CARVALHO; GUERREIRO, 2004). Como fruto também das expressões que a questão social adota no momento atual da sociedade capitalista, a oferta e a demanda por drogas (lícitas e/ou ilícitas) insere-se em um contexto do empobrecimento da classe trabalhadora com a consolidação e expansão do capitalismo desde o início do século XIX, bem como o quadro da luta e do reconhecimento dos direitos sociais e das políticas públicas correspondentes, além dos espaços das organizações e movimentos por cidadania social (BENEVIDES, 2005).

Uma análise das legislações de drogas propostas pelo Legislativo Municipal de Vitória-ES possibilita identificar as questões que envolvem o processo decisório, através da identificação dos atores públicos e privados que se apresentam na cena política, que perspectiva de droga esses atores reafirmam e a quem as ações propostas buscam atingir. Adotar-se-á uma análise crítica, que visualize os ditames da realidade política que está sistematizada e pensada dentro de uma lógica da sociedade atual.

DROGAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O fenômeno contemporâneo do consumo de drogas lícitas e ilícitas não tem precedentes na história da humanidade, dado que seu alto desenvolvimento encontra-se profundamente atrelado a elevados interesses econômicos (MESQUITA, 2006).

Mesquita (2006) refere que a história do consumo de drogas se mistura com a história da humanidade, mas em nenhum momento anterior ao contexto atual, o consumo de drogas foi estimulado como produto, com mercado e marketing estabelecidos, e com lucros que chegam à casa de 500 bilhões de dólares/ano³. Estes lucros, como em toda cadeia produtiva, vão crescendo do produtor ao distribuidor final. Interesses comerciais associados envolvem a poderosa indústria de armas e o mercado financeiro, além de outros segmentos menos relevantes. Hoje, o Brasil globalizado, é parte deste fenômeno. De um país considerado de trânsito, ele tornou-se, gradativamente, um grande consumidor de drogas ilícitas, além de apresentar um intenso consumo de drogas lícitas⁴ (MESQUITA, 2006).

3 Esta cifra é extremamente vulnerável a erros, por se tratar de uma atividade com difícil mensuração de lucros.

4 Dados da Organização das Nações Unidas indicam em 2005 um crescimento no consumo de drogas sintéticas no Brasil e uma baixa prevalência de consumo de maconha e cocaína. No caso do álcool, o levantamento do perfil de consumo de álcool no Brasil (de 2007) identificou que 57% dos brasileiros são bebedores freqüentes ou bebedores freqüentes pesados e 61% dos consumidores de bebidas alcoólicas no país usam a cerveja.

Pela sua diversidade, pela complexidade de sua teia econômica e social, as drogas apresentam uma tendência de consumo sem data para acabar. Mesquita (2006) nos provoca com uma indagação: como regular a utilização de drogas pela população, evitando danos à saúde, aos seus usuários e a sociedade como um todo, já que ela envolve múltiplos interesses?

No caso das drogas lícitas, como as bebidas alcoólicas, o seu consumo pode ser entendido como um ato social que expressa valores, normas e atitudes de cada cultura, existindo, em todas as sociedades, padrões institucionalizados de uso destas bebidas, bem como de motivos e oportunidades de escolha para o seu consumo (BERTOLOTE, 1997). O ambiente cultural funcionaria como um definidor de estratégias de controle social⁵ do uso do álcool, definindo a forma, o como e o momento de beber, priorizando os espaços e as situações adequadas. Bertolote (1997, p. 132) ressalta que as ocasiões de ingestão de bebidas alcoólicas “[...] funcionam como expressão e apoio à estrutura social existente, estimulando interações sociais e fortalecendo identificações e solidariedade coletiva” (regra é beber em grupo, ao abrigo dos valores e das afiliações comunitárias).

Essa ampla variação de modos de relacionamento com o álcool implicam um grande desafio para as autoridades responsáveis pela elaboração das políticas públicas de saúde em todo o mundo (KINGDON, 1995). Afinal, o que se deve fazer para controlar os problemas gerados por uma substância que ao mesmo tempo em que traz dados alarmantes de prejuízos para a saúde pública, por outro lado está associada a pontos que estão arraigados em nossas culturas?

Reportando-nos historicamente vemos que, com o advento da Revolução Industrial e com as modificações estruturais por ela provocadas na sociedade, o relacionamento das pessoas com as drogas passou por transformações profundas. No caso do álcool, tanto a qualidade quanto a disponibilidade de acesso às bebidas alcoólicas sofreu um aumento significativo com o surgimento da produção industrial e da crescente indústria alcooleira, que já era (e ainda é) capaz de fazer marketing junto às massas e lobby⁶ junto à classe política.

Embora muitos sejam os estudos e intervenções realizadas e que apontam para a necessidade de políticas públicas, o fenômeno do uso indevido de drogas ainda se depara com barreiras tais, como os interesses econômicos envolvidos na produção e venda de drogas (lícitas e ilícitas), a multiplicidade de perspectivas que norteia a todos (pesquisadores, leigos, políticos, religiosos, etc) em suas ações e, por fim, a falta de recursos (humanos e materiais) adequados para o seu tratamento (BABOR; CAETANO; CASSWELL, 2003). Ainda são insuficientes as investigações que abordam a questão em suas múltiplas dimensões, pois os estudos se reduzem na sua quase totalidade a diagnósticos parcializados e/ou investigações sobre a consequência mais dolorosa do uso de drogas: a morte. O aumento crescente do uso de substâncias psicoativas e os elevados custos sociais decorrentes deste consumo vêm exigindo que avancemos na discussão das políticas públicas tanto direcionadas à redução da oferta quanto à redução da demanda e a adoção de medidas mais eficazes sob o ponto de vista da saúde pública (LARANJEIRA; ROMANO, 2003).

5 O controle social aqui é apreendido como aquele controle realizado pelo Estado sobre a sociedade através da implementação de políticas sociais para amenizar ou evitar os possíveis conflitos sociais (CORREIA, 2000).

6 Pressupõe competição e luta concorrencial de interesses divergentes. É uma resposta à intervenção do Estado, por isso é um fenômeno usual na esfera legislativa (VIANNA, 2000).

Uso Indevido de Drogas

Durante décadas a maioria dos países (incluindo o Brasil), privilegiou a repressão às substâncias ilícitas, mas pouco se fez no campo da prevenção (SICA, 2005). O controle sobre a produção, distribuição e consumo das drogas em geral, tem se mostrado para as autoridades, ora como uma questão de saúde pública, ora de segurança pública (GARCIA; LEAL, 2006).

Diferentes países vêm estabelecendo políticas públicas de controle de drogas, com mais ou menos sucesso. O Brasil por sua vez, precisa ainda achar um caminho próprio, culturalmente aceitável, integrador dos esforços esparsos empreendidos até o momento. Encontrar este caminho não significa inventar a roda, mas buscar o melhor de algumas experiências históricas já desenvolvidas no país, bem como as ações de melhores resultados empreendidos por outros povos. Assim, o grande desafio do governo e da sociedade será estabelecer uma política pública de drogas que pense em ações de redução da oferta, redução da demanda e redução de danos (MESQUITA, 2006).

No caso do Brasil, este caminho deverá levar em consideração o panorama da atual sociedade brasileira (VAISSMAM, 2004), na qual os interesses econômicos envolvidos na produção e venda de drogas (lícitas e ilícitas), incidem e delimitam ações de lobbies no Legislativo brasileiro. As políticas públicas nessa área envolvem uma intrincada luta entre diferentes grupos de interesse para que sejam (ou não), adotadas medidas políticas que sirvam como estratégia global de criação de um ambiente que ajude as pessoas a fazerem escolhas saudáveis (EDWARDS, 1994). Essa é uma área que requer, assim, problematizar a trajetória que leva uma questão a inserir-se na agenda política.

Uma formulação de uma política pública é resultado de um longo e emaranhado processo que envolve interesses divergentes, confrontos e negociações entre várias instâncias e atores (VIANA, 2000). Envolve assim relações e mobilizações estabelecidas por diferentes atores (que representam interesses antagônicos), pelas instituições que podem facilitar ou impedir o acesso dos atores aos espaços decisórios; pelo processo de decisão, no qual se estabelecem coalizões e escolhas e também pelos produtos da política resultante (SILVA, 2001). Uma política pública, via de regra, é mais que decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. A decisão política corresponde a uma escolha a partir de várias alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos. Mas, como nos alerta Rua (s/d), uma política pública implica decisão política, mas nem toda decisão política constitui uma política pública.

Concebemos políticas públicas como estratégias de ação estatal visando a consecução de objetivos políticos nos mais diversos domínios da vida em sociedade (SILVA, 2001). Diversas podem ser as formas pelas quais os interlocutores organizados se vinculam às arenas de decisão do Estado. Com isso, para entender essas relações, é necessário que se compreendam as mudanças na estrutura do processo político, na diversificação funcional e amplitude das associações de interesse e na maneira de como seus representantes compactuam com as instâncias decisórias (LABRA, 1999).

Tomando como exemplo a indústria de bebida alcoólica, esta se insere na arena política, em geral, para proteger os seus interesses comerciais. Em alguns países a indústria é dominante, sua pre-

sença na área governamental é visualizada na cadeira política. Por isso, representantes das indústrias buscam influenciar os legisladores na hora da construção da agenda política, na escolha das legislações e na escolha dos debates (BABOR, CAETANO, CASSWELL, 2003). Assim, a grande quantidade de dinheiro gasto com marketing pelas indústrias de bebidas não só para promover seu produto, mas para o financiamento de campanhas políticas para garantir o seu espaço na mídia. Na sociedade contemporânea, a mídia constitui um dos fatores fundamentais na formação do que é comumente conhecido como opinião pública. Isto se aplica a um assunto que apresenta uma fraca tradição de pesquisa no Brasil, como é o caso da questão das drogas. Os conteúdos das reportagens na mídia acabam por reinar sozinhos, “o que é visto, lido e ouvido através da mídia, no que se refere às drogas, tende a se tornar a única medida padrão de verdade para a grande maioria da população brasileira” (CARLINI-COTRIM et al, 2007, p. 1).

Na área de drogas isso é bem visível. Há uma tendência a se abordar questões ligadas ao tráfico, à dependência e às drogas ilícitas. Entendemos que estes pontos precisam ser discutidos, mas não como únicos e mais importantes, uma vez que o fenômeno das drogas não se resume a isto. Neste caso, é importante que se reveja a dimensão do assunto e a complexidade de fatores nele envolvidos, evitando-se posições unilaterais bem como formas de abordagem com manchetes e reportagens de cunhos alarmista e sensacionalista. O uso indevido que a mídia faz dos dados que obtém, revela uma preocupação muito mais voltada para a venda e o ibope dos veículos, do que para o repasse fidedigno das informações (CARLINI-COTRIM et al, 2007).

Assim, a forma de fazer da indústria é jogar, colocando os seus interesses à frente de outros interesses que poderiam beneficiar a população em geral, que muitas vezes acaba por ficar fora deste cenário de decisão e fica exposta cotidianamente à mídia que é utilizada como veículo de propagação do consumo (BABOR; CAETANO; CASSWELL, 2003).

A partir da análise de vários jogos na arena política do álcool, poderia se fundamentar a conclusão de que políticas de drogas acabam por produzir interesses competitivos, valores e ideologias. No caso do álcool, assim como outros produtos, ele é atrativo para a economia, mas requer atenção política para as formas de regulação, taxação e necessidades humanas em virtude do seu potencial para gerar problemas (BABOR; CAETANO; CASSWELL, 2003). O processo político do álcool e das drogas em geral, precisa assim ser pensado como uma arena na qual compõem múltiplos e antagônicos interesses. Portanto, como refere Silva (2001), na análise de uma política pública é necessário identificar como esses diferentes atores sociais e institucionais interagem, formulam seus problemas e buscam solucioná-los, e de como se dá a negociação entre forças sociais e políticas envolvidas.

Desta forma, analisaremos o processo de formulação das políticas públicas de álcool e drogas pelo Legislativo Municipal de Vitória-ES, tendo como ponto de partida as legislações propostas pelo Legislativo Municipal, aprovadas entre os anos de 2000 e 2005. Com isto, buscaremos identificar quais são os atores públicos e privados, que perspectiva das drogas estes atores reafirmam e a quem buscam atingir.

METODOLOGIA

Após autorização prévia do responsável pelo departamento de apoio do Legislativo, foi realizado um levantamento do conjunto de textos legislativos e projetos de lei referentes ao tema álcool (bebidas alcoólicas). Optamos por um recorte temporal (2000-2005), privilegiando as duas últimas legislaturas.

Utilizou-se a pesquisa documental (Projetos de Lei que tramitam na Câmara de Vitória). Os documentos foram organizados considerando-se: autor, partido político, grupo que o legislador prioriza e representa, e o foco da ação da legislação, apresentado no momento em que o vereador justifica a legislação de sua autoria. Para essa pesquisa documental foi realizada uma busca através de um sistema disponível no meio eletrônico do Legislativo Municipal. Para isso, utilizamos as palavras chave: toxicológico, fumar, drogas, bebidas alcoólicas, solvente, fumo, tabaco, substâncias entorpecentes, dependência química e álcool. Foram localizados 16 projetos de lei no período. Destes projetos, 10 viraram Lei (Quadro I). Ao observarmos estas legislações percebemos que os conteúdos estão focados em: campanhas e ações educativas; restrições a locais de venda (no caso do álcool); proibição de publicidade; restrições a compra e proibição do uso.

RESULTADOS

A proposição destas leis, em sua maioria, foi de vereadores de partidos de direita, que no cenário político do Município, apresentou-se, como maioria no Legislativo, no período de 1999-2005. 50% das leis têm o caráter de ação direcionado a medidas repressivas, como exemplo, o projeto de lei 14/2000 que “Autoriza o exame laboratorial periódico em alunos do Município para constatar o uso de drogas”. Incorporam uma ideologia anti-drogas, plataforma para se divulgarem e implantarem medidas de controle daqueles fenômenos de consumo, considerados no referido prisma ideológico, como socialmente indesejável e, portanto, exigindo repressão (BUCHER; OLIVEIRA, 1994).

Tomando o projeto de lei 14/2000 como exemplo, identifica-se uma visão preconceituosa, repressora e, por vezes, moralista, obtendo aceitação nos segmentos políticos e públicos que se destacam seja pelo desconhecimento do tema, seja pelas tendências conservadoras ou anti-liberais. Para os autores, a ação mais eficaz consiste no papel de disciplinarização das pessoas, à medida que compactua com normas de conduta constitutivas de um amplo projeto normalizador das relações sociais.

Outra marca encontrada nos textos dos projetos de lei foi o autoritarismo e a monossemia que direcionam suas operações verbais, dirigidas aos leitores com objetivos claramente persuasivos, visando a exercer influência decisiva sobre as suas representações (BUCHER; OLIVEIRA, 1994).

A lei 5.282/2001 traz o discurso de combate às drogas: “Dispõe sobre campanha educativa do combate ao uso de drogas em diversões públicas e dá outras providências”, propondo que durante a realização de shows e eventos públicos incluam campanhas educativas sobre o uso de substâncias entorpecentes e dá outras providências. Babor; Caetano e Casswell (2003), baseados em análises de

políticas que propõem a modificação do contexto, no qual ocorre o consumo de bebidas alcoólicas afirmam que algumas dessas modificações têm baixa efetividade, o que requer uma avaliação sistemática antes de implementá-las.

Programas de informações sobre os males das drogas, conforme aprovado pela Lei 6.464/2005, que “institui a semana de prevenção às drogas e ao fumo na rede municipal de ensino”, só surtirão efeito se forem acompanhadas de demais políticas que não sejam contraditórias. Por exemplo, de nada adiantaria o educador informar ao aluno sobre os prejuízos do álcool e de outras drogas enquanto as propagandas continuam mostrando situações que incentivam o consumo, passando a impressão de que o álcool não faz mal (EDWARDS, 1994; LARANJEIRA, 2004). Ou ainda, que a comercialização de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos seja uma prática recorrente no Brasil e em Vitória.

A proposta de criação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas no Município de Vitória (Projeto de lei 13/2005), em conformidade com o preconizado pela Política Pública sobre drogas do governo federal, foi vetada. Assim, a instância competente para formular e acompanhar a implementação da política municipal na área não é instituída. Abaixo apresentamos um quadro síntese dos projetos de lei e suas ementas.

QUADRO I – LEGISLAÇÕES SOBRE DROGAS NO LEGISLATIVO DE VITÓRIA ENTRE OS ANOS DE 2000-2005

| PROJETO DE LEI | EMENTA | LEI | PARTIDO POLÍTICO PROPOSTOR | BASE ALIADA | CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA |
|----------------|---|------------|----------------------------|--|-----------------------------|
| 66/2000 | Altera os artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei 5.052 que proíbe a veiculação visual de bebidas alcoólicas. | 5.052/2000 | PSDB | Igrejas evangélicas | repressão |
| 150/2000 | Dispõe sobre as restrições a venda de produtos derivados do fumo e bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. | veto | PSC | Associação de moradores | restrição |
| 175/2000 | Dispõe sobre a promoção durante a realização de shows e eventos públicos de campanhas educativas sobre o uso de substâncias entorpecentes e dá outras providências. | 5.282/2001 | PMDB | Médicos e profissionais da área da saúde | educativo |
| 14/2000 | Autoriza exame laboratorial periódico em alunos do Município para constatar o uso de drogas e dá outras providências. | 5.350/2001 | PMDB | Médicos e profissionais da área da saúde | repressão |
| 63/2000 | Autoriza o Município a instituir Unidades Volantes de Educação Sanitária, na forma que estabelece e dá outras providências. | 5.281/2001 | PMDB | Médicos e profissionais da área da saúde | restrição |
| 137/2001 | Institui o exame toxicológico aos eleitos para mandatos eletivos secretários e ocupantes de cargos comissionados da PMV e da CMV. | 5.378/2001 | PFL | Comerciantes de pescado e pescadores | repressão |

| | | | | | |
|----------|---|------------|------|---|--------------|
| 175/2001 | Altera Artº 1º da Lei de 16 de abril de 2001. Art. 1º As empresas que comercializam solvente (tinner) no Município de Vitória, somente poderão vendê-las a pessoas maiores de 18 anos, mediante apresentação de documento. | 5.763/2002 | PMDB | Projetos de utilidade pública. Alguns focam a questão das áreas verdes. | restrição |
| 109/2002 | Obriga os cinemas localizados no Município de Vitória a exibirem filmes publicitários com esclarecimentos e alerta a respeito dos malefícios causados por drogas, bebidas alcoólicas, fumo e doenças infecciosas sexualmente transmissíveis e AIDS. | veto | PSC | Associações de moradores | repressão |
| 192/2002 | Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos parques do Município. | 5.766/2002 | PMDB | Médicos e profissionais da área da saúde | repressão |
| 63/2003 | Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos parques do município. | veto | PMDB | Médicos e profissionais da área da saúde | repressão |
| 162/2004 | Autoriza o poder Executivo a criar campanha escolar antidrogas na rede pública escolar de ensino. | veto | PHS | Comunidades periféricas | educativo |
| 154/2004 | Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas, de produtos que representem riscos de explosão nos postos de gasolina do município. | veto | PSDB | Associações de moradores de bairros de classe média | repressão |
| 13/2005 | Autoriza o poder Executivo a criar o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas no Município de Vitória e dá outras providências | veto | PDT | Bairros periféricos | fiscalização |
| 122/2005 | Institui a semana de prevenção às drogas e ao fumo na rede municipal de ensino. | 6.464/2005 | PL | Igrejas | educativo |
| 512/2005 | Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Diagnóstico, Tratamento e Recuperação da Dependência Química –“Instituto Perspectiva”. | 6.626/2006 | PSDB | Comunidades | tratamento |
| 315/2005 | Dá nova redação ao artigo 1º da Lei 5.766 de 02/11/02. "Art. 1º Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas no interior dos parques municipais, exceto cerveja, em lata". | 6.495/2005 | PFL | Comerciantes que lidam com pescado e os pescadores | repressão |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de drogas formuladas pelo Legislativo Municipal inscrevem-se em um contexto permeado por um lado, pela veiculação de explicações e recomendações que garantam a adaptação dos cidadãos à ordem social, concebida como entidade a-histórica, inquestionável, imutável e ideal; por outro, provêm intervenções repressoras e punitivas que excluem o sujeito diferente, percebido como uma ameaça às instituições e à sociedade como um todo. Assim, é preciso controlar o comportamento de jovens estudantes de escolas públicas municipais a dizerem não às drogas (sem refletir o porquê e para que serve esse discurso). A dimensão ideológica permeia o conjunto desses textos de leis elabora-

dos pelo Legislativo, vinculando suas formas e idéias a sistemas de poder presentes nas relações sociais, necessitando de controles eficazes. Constrói um quadro de moralismo que se baseia na intolerância quanto à pluralidade das opções e visões; por não se fundar numa ética humanista⁷, torna-se incapaz de caminhar em direção a valores representativos de liberdade e justiça social.

O modelo repressivo apregoadado pelo discurso anti-droga deve ser questionado não apenas pela sua comprovada ineficácia em diminuir o consumo de drogas e em contribuir significativamente para resolver as questões de saúde pública que levanta, mas por impor um sistema de intervenção cujos resultados são ineficazes e não questionam a questão de base – a desigualdade e injustiça social perversa.

A participação política da sociedade civil emerge como ponto central no interior de superação desse quadro, entretanto a proposta de criação do conselho gestor de política na área é vetado. Diante disso, é de fundamental importância o entendimento profundo desta temática das drogas por parte dos professores e seus alunos. Isto permitirá uma atuação docente criativa, crítica e cada vez mais politizada.

REFERÊNCIAS

- BABOR, T. F.; CAETANO R.; CASSWELL, S. **Alcohol: ordinary commodity**. Oxford: Oxford Press, 2003.
- BENEVIDES, M. V. M. **A questão social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais**. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/index.html>>. Acesso em: 20 fev. 2005.
- BERTOLOTE, J. M. Problemas sociais relacionados ao consumo de bebidas? In: RAMOS, S. P; BERTOLOTE, J. M. **Alcoolismo hoje**. Brasília, 1997.
- BUCHER, R.; OLIVEIRA, S. R. M. O discurso do combate às drogas e suas ideologias. **Revista Saúde Pública**. São Paulo. v. 28, n. 2, p. 137-145, 1994.
- CARVALHO, D. B. B.; GUERREIRO, E. A. R. N. Família, políticas públicas e consumo de drogas por adolescentes: o olhar dos educadores. **XI Congresso brasileiro de assistentes sociais**. 2004. CD ROM.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CARLINI-COTRIM, Beatriz et al. **A mídia na fabricação do pânico: um estudo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/m%C3%ADdia.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2007.
- CORREIA, M. V. C. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- EDWARDS, G. **A política do álcool e o bem comum**. São Paulo: Artes Médicas, 1994.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 21, p. 212-258, jun, 2000.
- GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X. **Política antidrogas no Brasil**. Relatório Final do Projeto de pesquisa Política de Atenção à dependência química: um estudo na ótica do controle social. 2006.

7 O caráter universal da ética humanista se revela no fato dela se voltar para a realização das potencialidades humanas, o que significa ser coerente com as necessidades radicais do ser humano, isto é, com a natureza humana.

GENTILLI, R. M. L. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho do Serviço Social. São Paulo: Veras, 1998.

KINGDON, W. J. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. Ed. United States: Longman, 1995.

LABRA, M. E. Análise de políticas públicas, modos de policy making e intermediação de interesses. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 131-166, 1999.

LARANJEIRA, R. **Racionalização de drogas no Brasil**: em busca da racionalidade perdida. Disponível em: <www.abead.com.br/asp/politicas.asp>. Acesso em: 12 fev. 2004.

LARANJEIRA, R.; ROMANO, M. **Políticas públicas para o álcool**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2003.

MESQUITA, F. **A construção de um caminho democrático humanitário para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.reduc.org.br/>>. Acesso em: 05 ago 2006.

RUA, M. das G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. s/d. 19 p.

SICA, L. Funções manifestas e latentes da política de War on Drugs??. In: **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, S. F. **Municipalização da saúde e poder local**: sujeito, atores e políticas. São Paulo: Hucitec, 2001.

VAISSMAM, M. **Beber, fumar e se drogar, é possível reduzir danos?** Disponível em: < www.psiqweb.com.br>. Acesso em: 04 mar. 2004.

VIANA, A. L. D. Enfoques metodológicos em políticas sociais: novos referenciais para os estudos sobre políticas sociais. In: LEMIEUX, V. et al. (Orgs). **Le système ao Quebec organisations**. Acteurs et Enjeux Sainte Foy. Laval: Université Laval, 1996, p. 205-215.

VIANNA, M. L. T. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. 2. Ed. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2000.

ÁLCOOL E DIREÇÃO AUTOMOBILÍSTICA: RE-CONHECENDO PARA ENFRENTAR

Andréa dos Santos Nascimento (UFES) andreanas@gmail.com¹
Maria Lúcia Teixeira Garcia (UFES) lucia-garcia@uol.com.br²

RESUMO

Objetivamos realizar uma análise de como o problema do álcool e da direção foi incorporado à agenda política brasileira. Começamos a análise pelas primeiras medidas do Estado brasileiro na contenção dos problemas derivados do consumo inadequado de bebidas alcoólicas, chegando às políticas, hoje vigentes, que atuam no sentido de prevenir ou coibir que os motoristas de veículos automotores ingiram bebidas alcoólicas. Optamos por uma ampla revisão bibliográfica (utilizando as palavras-chave álcool e direção) e ainda pela pesquisa documental. Nossas fontes documentais foram os textos legais que regulam o assunto, tais como anteprojetos, projetos, leis, resoluções e portarias federais. Como questão norteadora, buscamos compreender o problema da combinação entre o consumo de álcool e a direção automobilística (hoje inscrito como de saúde pública).

PALAVRAS-CHAVE: Álcool; Direção Automotiva; Política Pública; Saúde.

INICIANDO PELO PRESENTE

Durante a Primeira Semana Mundial das Nações Unidas de Segurança no Trânsito³ promovida pelo Ministério da Saúde, Secretarias e Conselhos de Saúde Estaduais e Municipais em torno da temática de segurança e da saúde no trânsito, sob a coordenação do Setor de Doenças e Agravos não-transmissíveis do Ministério da Saúde aconteceu uma solenidade com a presença de diversos ministros. Entre as falas

- 1 Psicóloga, mestranda em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista CAPES.
- 2 Assistente social, professora do Depto de Serviço Social da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.
- 3 Realizada no período de 23 a 29 de Abril de 2007 em Brasília.

destacou-se a do Ministro das Cidades, Sr. Márcio Fortes⁴, que vivenciou a perda de um filho em um acidente de automóvel. Seu filho foi a uma festa em companhia de amigos, como estava de carona, se sentiu autorizado a consumir bebida alcoólica. Voltou para casa depois da festa e pegou o automóvel estacionado na garagem de sua casa para levar a namorada em casa. O final é conhecido por muitos pais em todo o território brasileiro. Para o pai-ministro o acidente foi uma combinação de perda de reação, reflexos prejudicados e engenharia da via ruim, que ocasionaram a capotagem do veículo.

Ao final de sua fala, o pai-ministro solicitou medidas inibitórias. Destacou que a legislação de trânsito deve ser mais rigorosa. Parabenizou a ação policial pela realização de blitz aleatórias nas estradas. Afirmou que esta medida inibe os motoristas alcoolizados ou que utilizam de medicamentos para ficarem acordados, uma vez que ninguém sabe quem será parado durante a operação rodoviária. Finalizou afirmando acreditar que somente através da inibição dos comportamentos associados de beber e dirigir se chegará à prevenção dos acidentes de trânsito.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Muitos autores vêm trabalhando no sentido de refletir acerca das produções na área de políticas públicas (ARRETCHE, 2003; REIS, 2003; SOUZA, 2003). Os estudos sobre políticas públicas demonstram o grande interesse nos mecanismos de funcionamento do Estado, paralelamente ao evidente desconhecimento sobre como se dá sua operação e o impacto nas ordens sociais e econômicas (SOUZA, 2003; ARRETCHE, 2003).

Partimos do conceito de política pública como a representação de diferentes interesses na qual o conflito será um de seus elementos intrínsecos (PEREIRA, 1996). Raichelis (2005) avança afirmando que a política não é só conflito, mas, sobretudo, uma espécie de consenso dialético através do “desarmamento de conflitos, tentando, porém não destruir as partes envolvidas” (RAICHELIS, 2005, p. 211).

Entretanto, no jogo político a eliminação de um ou outro ator social no processo de negociação pode ocorrer. Este processo é denominado por Rua (s/d) como um jogo de “soma-zero”, considerado válido no processo da negociação das alternativas durante o embate político entre os diversos grupos que disputam o poder, na formulação ou mesmo na implementação de uma política.

As políticas públicas circunscrevem, assim, todo um processo que envolve um conjunto de decisões, ações ou iniciativas de um determinado regime político cujo objetivo é responder a situações potencialmente problemáticas, de forma a reduzi-las em níveis toleráveis para o governo (VARGAS, 1999). Desta forma, alguns problemas considerados como prioritários, entrarão para a pauta e, posteriormente, para a agenda governamental (OIE, 2005).

4 A autora (Andréa dos Santos Nascimento) estava presente na referida solenidade e achou conveniente aproveitar este discurso do Ministro das Cidades como exemplo para o artigo.

Nessa arena, permeada por conflitos entre diferentes grupos de interesse, os temas emergem sendo ou não incluídos na agenda política. O caminho percorrido pela questão do álcool e direção requer inicialmente que se coloque em evidência cada uma das facetas da questão em separado para, posteriormente, refletir sobre sua combinação.

ÁLCOOL E TRÂNSITO

O álcool é a droga mais disponível para o consumo dentre as drogas disponíveis no mercado. É um produto com baixo custo de produção e que independe da região para sua fabricação (MASUR, 2004).

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o álcool foi encarado como um mal que ameaçava o desenvolvimento da nação e, desta forma, precisava ser combatido. Este combate foi feito através de campanhas médicas higienistas que definiram o perfil desejável do sexo masculino (bom pai, provedor, responsável pelo exemplo aos filhos) e do sexo feminino (agente familiar da higiene social, baluarte da moral da sociedade, de onde partiria o controle, o comedimento, a temperança dos hábitos, instintos e apetites) (MATOS, 2000). A família seria, nesse contexto, o palco de onde as práticas sociais seriam adaptadas ao novo, ao moderno. Desta forma, cabia à medicina disseminar o combate contra o álcool e o alcoolismo.

O Estado assumia, então, um papel central no ordenamento moral social, pois contava com auxílio de associações diversas, sejam científicas, religiosas, educacionais, a imprensa, dentre outras. As campanhas contavam com a adesão do professorado e deviam ser implementadas nas fábricas, quartéis, sindicatos, etc. Nesse contexto, não era difícil a associação do consumo do álcool e do fumo, à ociosidade e à vadiagem, comportamentos contrários a uma sociedade positiva composta por trabalhadores, moderna, civilizada, cujo objetivo era a “ordem e o progresso”⁵ (MATOS, 2000).

A DÉCADA DE 1940 E ANOS SEGUINTE

Nos anos seguintes, mais especificamente a partir de 1941, decretos-leis⁶ variados entram em vigor, legislando sobre a embriaguez, sancionando essa prática com a apreensão ou suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (BRANDÃO, 1960).

Todas as legislações relacionadas ao trânsito eram subordinadas diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores (BRANDÃO, 1960). O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), criado por esse decreto-lei, tinha entre as suas funções, zelar pela observância do código que então vigorava, organizar as

5 De acordo com Matos (2000), as propostas antialcoólicas para cidade, área urbana, não cabiam para a área rural, pois os municípios do interior freqüentemente eram produtores de aguardente, e sua venda, se dava em tendas à beira da estrada, longe das fiscalizações e dos impostos.

6 Como por exemplo o Decreto-Lei 3.651 de setembro de 1941 (BRANDÃO, 1960).

estatísticas de trânsito (acidentes e infrações) e funcionar como órgão consultor, além de estudar e propor medidas que viabilizassem a seleção de condutores, sinalização da via, concessão de serviços de transporte coletivos, dentre outros atributos.

Em 1952 entrou em vigor o Decreto Lei nº 31.181 de 25 de julho (artigo 18, alínea “g”). Este decreto dizia que os taxistas do Distrito Federal eram proibidos de conduzir pessoas que estivessem embriagadas ou em estado precário de limpeza (BRANDÃO, 1960). Percebe-se que a legislação tratava de forma preconceituosa o consumo de álcool, correlacionando-o de forma agressiva à pobreza, à sujeira e à miséria, tal qual observamos nos estudos de Matos (2000).

No cenário científico nacional começam a surgir pesquisas sobre o tema. Laurenti et al. (1972) afirmam que em 1950, na cidade de São Paulo⁷, o risco de óbito por acidente de trânsito era cinco vezes menor que o óbito por tuberculose. Este quadro se modificou: os acidentes de trânsito passaram a causar 1,4 vezes mais óbitos do que a tuberculose. Na década de 1970, os acidentes de trânsito chegaram a atingir quase o dobro de óbitos quando comparado à década anterior. Esse crescimento no número de acidentes de trânsito progressivamente acabará por pressionar a agenda política à medida que se configurará como um problema (LAURENTI *et al.*, 1972).

Na década de 1970-1980 proliferam estudos epidemiológicos (KLAM, 1972; DEZOTI, 1987; HOSSACK⁸, 1974) que demonstravam a quantidade de óbitos por acidentes de trânsito em diversas cidades brasileiras e, concomitantemente a isso, demonstravam como o consumo do álcool aliado à direção eram responsáveis por uma boa parte desses acidentes que seriam evitáveis se medidas educativas e preventivas fossem tomadas por parte do poder público.

Na década de 1990 e neste início de século XXI, pesquisadores brasileiros tentaram esboçar um panorama do problema da violência e dos acidentes de trânsito no país. Entre eles destacamos o trabalho de Adorno (1989), Mello-Jorge e Latorre (1994), Laranjeira e Romano (2004).

Percebemos então aquilo que é identificado como um problema pelos pesquisadores e que necessita de atenção pelo poder público baseado na resultante epidemiológica obtida da associação entre o álcool e a direção de veículo automotor: o número de mortos em acidentes de trânsito.

Entre o início e o fim do século XX, o problema da violência no trânsito e sua associação ao consumo abusivo do álcool foi paulatinamente configurado. No cenário internacional, no ano de 1955, o tema dos acidentes foi inscrito como um problema de saúde pública, mais especificamente na VIII Assembléia Mundial de Saúde em Genebra. Em 1961, a Organização Mundial da Saúde (OMS) selecionou como tema da Assembléia: “Acidentes e sua prevenção”, numa tentativa de demonstrar que as medidas preventivas até então tomadas eram insuficientes em relação ao número crescente de acidentes (MELLO-JORGE; LATORRE, 1994).

7 Não encontramos em nossa revisão da literatura dados sobre acidentes ou violência no trânsito na década de 50, no Rio de Janeiro.

8 Em um outro estudo elabora uma avaliação sobre as medidas legislativas que trouxeram algum resultado positivo para a população e para os motoristas que ingerem bebidas alcoólicas (1974).

Entre as décadas de 1980 e 1990 as taxas brasileiras referentes aos acidentes de trânsito correspondiam a quase metade dos óbitos por causas externas, com tendências crescentes (MINAYO, 1999). Tal magnitude configurava o impacto social e econômico que atingiam os acidentes automobilísticos. Nesse contexto, a OMS (1984) destacava também o comprometimento do consumo alcoólico sobre condutores de veículos automotivos.

Em 1998 o Ministério da Saúde, estabeleceu um grupo de trabalho que deveria formular a Política Nacional para Redução de Acidentes e Violências. Esta política foi promulgada em 2001 pelo Ministério, com o nome de Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e violências. Esse documento descreve e analisa diferentes leis, diretrizes, normas, portarias setoriais e intersetoriais, que interagem e interferem nas informações da área da saúde e sua prática, tais como o Código de Trânsito de 1997. Além de alertar para a falta de articulação existente entre o Boletim de Ocorrência Policial (BO), Boletim de Registro dos Acidentes de Trânsito do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Sistema de informações hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), as principais fontes oficiais de informações para o estudo dos acidentes e violências (MINAYO, 2006).

Essa iniciativa é um exemplo de que muitas políticas do poder público ocorrem devido a pressões ou articulações de intelectuais e de movimentos sociais nacionais e internacionais, que identificaram a extensão do problema e propuseram ações estratégicas em níveis diferenciados para a redução da violência social (MINAYO, 2006).

Os reflexos desta discussão nas normas de trânsito

O Código Nacional de Trânsito, que vigorou de 1966 até 1998, afirmava (artigo 130) que o documento de habilitação seria cassado quando a autoridade verificasse que o condutor era alcoólatra ou toxicômano, ou ainda, que havia deixado de preencher as condições exigidas para a condução de veículos. Definia ainda que o limite máximo de concentração de álcool no sangue era de 0,8 g/l. O código não estabelecia punições para aqueles que descumprissem este limite. A lei era utilizada pela companhia de seguros para evitar o pagamento de sinistros, mas não atuava no sentido da prevenção dos acidentes de trânsito (MOURÃO et al, 2000). Já o atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB) define através do artigo nº 276, o limite máximo de concentração de álcool no sangue de 0,6 g/l ou o equivalente ao mesmo nível quando utilizado o teste alveolar⁹ (BRASIL, 2005).

A Política Nacional de Trânsito¹⁰ traz a informação de que, por ano 33 mil pessoas são mortas e cerca de 400 mil se ferem ou ficam inválidas devido aos acidentes de trânsito, isso geraria um custo,

9 Verificação do consumo de álcool pela concentração de álcool presente no ar alveolar (dentro dos pulmões) por meio de testes realizados com o auxílio do etilômetro, popularmente conhecido como bafômetro. A coleta do ar através do sopro deve ser realizada no mínimo 15 minutos após a ingestão do último gole de bebida alcoólica para assegurar que a substância presente na boca tenha sido totalmente absorvida (CARVALHO; LEYTON, 2000).

10 Resolução 166, de Setembro de 2004.

que inibiria o desenvolvimento econômico do país em torno de R\$ 5,3 bilhões anuais. Esta política traz como macro-objetivos: (a) Segurança de Trânsito, (b) Educação para o Trânsito, (c) Mobilidade, Qualidade de Vida e Cidadania, (d) Sistema Nacional de Trânsito: desempenho, integração e relação com outros setores e (e) Fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (BRASIL, 2005). Cabe ressaltar que a PNT foi apresentada como uma política, mas após 03 anos de sua implementação, ainda não há qualquer registro oficial em relação à prestação de contas do que foi realizado e o que ainda não foi cumprido, e porque não foi cumprido, à sociedade.

Este ano, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007a) lançou suas diretrizes para a atenção às bebidas alcoólicas, nas quais apresenta 10 (dez) proposições, e dentre elas, destacam-se: (a) redução do consumo global e pessoal, através do estímulo ao consumo seguro; (b) mudança do padrão nocivo de consumo principalmente entre os jovens; (c) **redução da associação entre acidentes e mortes no trânsito e consumo de bebidas alcoólicas**; (d) controle da propaganda de bebidas alcoólicas; (e) apoio ao “Pacto Nacional pela redução de acidentes e violência associados ao consumo de bebidas alcoólicas”; (f) implantação de ações de redução de danos relacionadas ao consumo de álcool, e (g) a discussão de estratégias para a restrição do acesso a bebidas alcoólicas.

A todo momento, o documento informa quanto à necessidade de ações intersetoriais, participação de todos os seguimentos envolvidos na discussão, além do apoio da população. Os itens da PNT demonstram como a questão do álcool foi incorporada à agenda governamental, reforçadas por mais sete diretrizes do Ministério da Saúde que comprovam esta afirmação. Ainda assim, persistimos com a sensação de que pouco, no que tange às políticas públicas de atenção ao álcool e direção, é feito.

CONCLUSÃO

Observou-se até aqui, que foi nas últimas duas décadas do século XX, que os acidentes de trânsito foram definidos como problema de saúde pública e, dentro da discussão dos acidentes, violência e óbitos por causas externas, a combinação álcool e direção foi configurada como um problema que requer políticas públicas.

Entre as políticas identificadas destacam-se na área da saúde, com o perspectiva ano que entraram em vigor, a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (2001), a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde (2004), a implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios (2004), e a recém divulgada Política do Ministério da Saúde para as bebidas alcoólicas (2007). Na área da justiça são inovadores, sem dúvida, o Código de Trânsito Brasileiro (1998) e a Política Nacional de Trânsito (2004), que trazem diretrizes mais amplas (educação, prevenção, coibição) e rigorosas no tratamento da questão.

Tal como identifica o título é necessário que se reconheça o problema para que se possa enfrentá-lo. Os educadores ao compreenderem como a combinação do álcool com a direção foi inserida na agenda governamental podem problematizar de forma concreta, honesta e direta os riscos da combinação do

álcool e direção automotiva. Ao disseminarem conhecimento, promoverão reflexões e questionamentos permitindo a re-avaliação de posturas “socialmente aceitas”, mostrando ao jovem e em conjunto com ele, que este comportamento, de beber e dirigir traz conseqüências que podem afetar a si mesmos e a outros e que, nem sempre, essas conseqüências serão toleradas socialmente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. C. F. **Educação em saúde, conjuntura política e violência no trânsito: no caso da cidade de São Paulo.** São Paulo: Edusp, 1989.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

BRASIL. **Código de trânsito brasileiro e legislação complementar em vigor.** Brasília: Departamento Nacional de Trânsito, 2005.

BRASIL. **Política do Ministério da Saúde para as bebidas alcoólicas.** Disponível em: <<http://www.reduc.org.br/content.php?recid=316>> . Acesso em: 13 mai. 2007a.

BRASIL. Departamento Estadual de Trânsito. **Resoluções do CONTRAN.** Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2007b.

BRANDÃO, A. C. **O trânsito e a lei.** Rio de Janeiro: Record Editora, 1960.

CARVALHO, D. G.; LEYTON, V. Avaliação das concentrações de álcool no ar exalado: considerações gerais. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2000.

DEZOTTI, N. Acidentes de trânsito e a participação de motoristas alcoolizados: da prevenção a repressão. **Mimesis**, Bauru, v. 8, n.1, 1987.

HOSSACK, D.; BRORON, G. The hard facts of influence of alcohol on serious roads accident casualties. **The Medical Journal of Australia**, Austrália, v. 2, 1974. p. 473-479.

KLAMM, E. R. Is the social or chronic drunker more likely to get involved in fatal auto accident? **Prevent Medicine**, v.1, 1972.

LARANJEIRA, R.; ROMANO, M. Consenso brasileiro sobre políticas públicas do álcool. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, n. 1, 2004.

LAURENTI, R. et al. Alguns aspectos epidemiológicos da mortalidade por acidentes de trânsito de veículo a motor na cidade de São Paulo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 6, 1972. p. 329-341.

MASUR, J. **O que é alcoolismo?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATOS, M. I. S. **Meu lar é o botequim.** Alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

MELLO-JORGE, M. H. P.; LATORRE, E. R. O. P. Acidentes de trânsito no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.19-44, 1994.

MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R. O impacto da violência social na saúde pública na década de 80. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80.** São Paulo: Editora Hucitec, 1995. p. 87-116. (Saude em debate, 79).

MINAYO, M. C. (Org.) **Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo: Editora Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999.

MINAYO, M. C. The inclusion of violence in the health agenda: historical trajectory. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 375-383, 2006.

MONTEIRO, M. G. As políticas sobre álcool nas Américas. In: **I Conferência pan-americana de políticas públicas sobre o álcool**. Brasília, novembro de 2006.

MOURÃO, L. N. G. et al. A embriaguez e o trânsito: avaliação da nova lei de trânsito no que se refere à abordagem da embriaguez. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 27, n. 2, mar-abr. 2000.

ORGANIZAÇÃO IBEROAMERICANA DE ESTUDOS (OIE). **Metodologia de análise de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em: 30 jun. 2005.

PEREIRA, A. P. P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

RAICHELIS, R. **Esfera pública conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. [s/d]. Disponível em: <http://www.ufba.br/paulopen/AnalisedePolíticasPúblicas.doc>. Acesso em: 15 fev. 2007.

SOUZA, Celina. Estado do Campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

VARGAS, A. **Notas sobre el Estado y las políticas publicas**. Bogotá: Aurora, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on road traffic injury prevention**. Relatório de 2004. Disponível em: http://www.who.int/world-health-day/2004/infomaterials/world_report/en/. Acesso em: 01 maio 2007.

Uso Indesejado de Drogas

ESCOLA E A PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS

DESAFIOS DA PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ

Irene de Jesus Andrade Malheiros (DPPE/SEED) prevencaoasdrogas@seed.pr.gov.br¹

Silvio Alves (DPPE/SEED) prevencaoasdrogas@seed.pr.gov.br²

RESUMO

Nas últimas décadas verifica-se novos comportamentos relacionados ao uso indevido de drogas, tais como: o uso abusivo de medicamentos (ansiolíticos, anti-depressivos, entre outros), o uso de drogas sintéticas (ecstasy, crack, LSD, dentre outras), a precocidade de seu uso e sua associação com atos violentos. Diante disso, o assunto prevenção ao uso indevido de drogas tem sido permeado por controvérsias, interesses e disputas, que se manifestam em várias instituições e países. Assim, pretende-se discutir a prevenção ao uso indevido de drogas no espaço da Rede Estadual de Ensino do Paraná, identificar os principais desafios e delinear pressupostos teórico-metodológicos, mesmo que provisórios, para implementar pedagogicamente a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas na Educação Básica. Para situar o papel das escolas públicas diante da questão da prevenção ao uso indevido de drogas, fizemos um estudo bibliográfico com base em artigos acadêmicos, dissertações e teses produzidos recentemente na área das Ciências Humanas. O resultado demonstrou que é necessário considerar a prevenção ao uso indevido de drogas nas preocupações pedagógicas e nos currículos, e também, consolidar uma

- 1 Professora de Ciências e Biologia, mestre em Educação (UFPR) e técnica-pedagógica da equipe de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos, da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais - DPPE, da Secretaria de Estado da Educação - SEED.
- 2 Professor de História, especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea (UEL-PR) e técnico-pedagógico da equipe de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos, da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais - DPPE, da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

concepção de educação pública compreendida como socialização do conhecimento entre professores-alunos e escola-comunidade. Além disso, um dos principais desafios é o de repensar os discursos e as práticas repressivas predominantes nos debates sobre prevenção. E, assim, encaminhar outras práticas pedagógicas de prevenção de caráter crítico e histórico, articuladas aos conteúdos das diferentes disciplinas da Educação Básica. Com isso, professores e alunos podem desenvolver e ampliar argumentos consistentes, críticos e politizados sobre situações e contextos nos quais as drogas estão presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Pública; Prevenção; Drogas.

Introdução

As sociedades humanas passaram por transformações nos últimos cinquenta anos, principalmente nas esferas educacional, tecnológica, político-social, cultural e econômica, as quais impactaram o modo de ser e de viver das mesmas. Com isso, os modos de vida influenciam e são influenciados por novas tecnologias, mídia, forças políticas e econômicas em jogo. Essas relações reforçam e estabelecem hábitos concernentes ao uso indevido de drogas, como fumar, consumir excessivamente bebidas alcoólicas e outras substâncias químicas.

Embora o contexto relacionado ao consumo de drogas no Brasil, e por extensão no Paraná, ainda seja pouco conhecido, os estudos disponíveis apontam que o álcool, o tabaco e alguns medicamentos psicotrópicos são as drogas mais consumidas e responsáveis pelos maiores índices de problemas nas áreas de saúde pública, educação e segurança, dentre outras (NOTO; GALDURÓZ, 1999).

Diante desta constatação pretende-se discutir a prevenção ao uso indevido de drogas no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Paraná, no sentido de situar o papel das escolas públicas neste quadro.

É importante destacar que tratar sobre a problemática das drogas implica considerar que elas estiveram, estão e, ao que tudo indica, estarão presentes no cotidiano social e cultural da humanidade, sendo representada, por vezes, através de rituais de pajelança, cerimônias religiosas, usos medicinais, recreacionais, abusivos, entre outros. Além disso, estudos demonstram a disseminação de novas drogas sintéticas, a precocidade de seu uso e sua associação com atos violentos. Assim sendo, percebe-se o quanto o assunto é polêmico, complexo e desafiador, sobretudo ao ser abordado no campo educacional.

Revisitando conceitos: drogas, prevenção e uso indevido

Inicialmente, para compreender o significado das *drogas*³ na atualidade é preciso recorrer aos contextos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais permitem perceber as mudanças, a amplitude e a polissemia que envolve tal significado. Isto se comprova ao consultar especialistas

3 Tóxicos, entorpecentes e psicotrópicos são outras denominações para o termo *drogas* utilizadas neste texto.

e teóricos no assunto. Assim, para Gilman Goodman (*apud* CRUZ, 2002, p. 78) drogas constituem-se em: “qualquer substância de origem animal, mineral, vegetal ou sintética, que introduzida no organismo humano, em quantidade que não signifique alimento, modifica uma ou mais de suas funções fisiológicas ou psicológicas. Se as modificações forem benéficas, será então um medicamento. Se forem malélicas, será um veneno”. Já para Henrique Carneiro, droga é “tudo o que se ingere e que não constitui alimento, embora alguns alimentos também possam ser designados como drogas: bebidas alcoólicas, especiarias, tabaco, açúcar, chá, chocolate, mate, guaraná, ópio, quina, ipecacuanha assim como inúmeros outros remédios” (2004, p. 1). Tadeu Lemos (2008, p. 50) considera drogas como “substâncias com ação no cérebro, que alteram o comportamento e que podem levar à dependência, como o álcool, o tabaco, a cocaína, a maconha, dentre outras. Essas drogas são chamadas de psicotrópicas ou de abuso” e podem ser lícitas e ilícitas⁴. Esse último aspecto revela seu caráter contraditório, pois:

O conceito de droga lícita e ilícita também demanda esclarecimento. Ressalto a impossibilidade de uma separação conceitual nítida entre drogas ilícitas e lícitas (álcool e psicofármacos), uma vez que tal divisão não se prende a critérios médicos (farmacológicos), mas apresenta amplas flutuações nos diversos contextos socioculturais. Em países islâmicos, enquanto o consumo de álcool é ilícito e severamente punido pelas leis do Corão, o mesmo não acontece ao haxixe, que é claramente tolerado. No Ocidente estas normas se invertem (LIMA, 1996, p. 123).

Diante disto, verifica-se que o aspecto cultural⁵ adquire cada vez mais espaço nos debates sobre as drogas, o que é confirmado por Tom Valença ao dizer que o “termo cujos sentidos adquiriram tamanha dimensão, que seus efeitos atuais mais notórios são propiciados não tanto por propriedades químicas, mas por uma carga cultural” (2004, p. 1).

Com relação ao termo *prevenção*, entende-se como o ato de antecipar-se ou *chegar antes de*. Compreendê-lo é importante para professores⁶, educadores e pais/mães/responsáveis no sentido de lidar com segurança sobre situações envolvendo os usos de drogas, pois, segundo Ronaldo Laranjeira (2004, p. 9) “poucos fenômenos sociais geram mais preocupação entre pais e professores, custos com justiça e saúde, dificuldades familiares e notícias na mídia do que o uso de álcool e drogas”. Além disso, é necessário distinguir entre prevenção e repressão, já que nas diversas instâncias e segmentos da sociedade, as práticas educativas em relação ao uso indevido de drogas caracterizam-se mais pelos aspectos repressivos do que preventivos. No entanto, nem sempre a resposta é satisfatória frente à complexidade do assunto em questão, pois os processos de repressão tentam resolver o problema da droga à medida em que tentam eliminar o produto de consumo e diminuir sua oferta.

4 As lícitas são as drogas cuja produção, comércio e uso não são considerados crime, como o tabaco, a caféina e o álcool; e, as ilícitas, cuja produção, comércio e uso são considerados crime, sendo proibidas por leis específicas, como a cocaína, a maconha, o crack e o ecstasy.

5 Um exemplo disso é o enfoque cultural e simbólico sobre as drogas que evidencia o papel de vegetais como cactos, cogumelos, entre outras plantas na cosmologia, na ordem social, nos ritos de passagem, nos rituais de cura e no processo do morrer nas culturas em que são consumidas, como por exemplo, entre caçadores e coletores de tribos na Eurásia, índios huicholes do México, indígenas da América Latina, entre outros (SANTOS, 2007, p. 3-4).

6 Ao longo do texto em todas as referências a autores, alunos, diretores, educadores, educandos, funcionários, pedagogos, pesquisadores e professores entenda-se que autoras, alunas, diretoras, educadoras, educandas, funcionárias, pedagogas, pesquisadoras e professoras estão incluídas.

Sendo assim, o pressuposto defendido é o da prevenção percebido como um processo de redução da vulnerabilidade⁷ ao uso indevido e aos riscos à dependência de drogas (SODELI, 2007). Nesse processo é possível que as pessoas envolvidas desenvolvam a capacidade de escolha, bem como de compreensão dos riscos associados ao uso indevido de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Com relação ao termo *uso indevido* entende-se a utilização de uma “substância em quantidade potencialmente produtora de prejuízos” (LEMOS, 2008, p. 50). Há ocasiões no texto em que *uso indevido* será utilizado como *abuso*, ou ainda *uso abusivo de drogas*.

Nesta perspectiva, as questões relacionadas às drogas precisam ganhar um tratamento pedagógico que envolva ações preventivas permanentes e integradas ao currículo e ao cotidiano escolar. Ana Regina Noto e José Carlos Gualduróz (1999, p. 147), alertam que “ainda são muito pouco consistentes as intervenções preventivas voltadas para essas drogas, deixando aberto espaço para campanhas publicitárias cada vez mais sofisticadas para a promoção do consumo que mascaram os inúmeros problemas sociais que envolvem o abuso do álcool e do tabaco”.

Prevenção ao Uso Indevido de Drogas e a Rede Estadual de Ensino do Paraná

A Rede Estadual de Ensino do Paraná é constituída por 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE)⁸, aproximadamente 2.100 escolas, 1.359.787 alunos matriculados e 63.322 professores, conforme o resultado do Censo Escolar de 2006 (BRASIL, 2007)⁹.

A concepção de educação da Rede Estadual de Ensino visa “contribuir para minimizar desigualdades sociais e... [conquistar] uma sociedade justa e humana” (PARANÁ, 2006, p. 11), pois as desigualdades sociais, presentes no processo histórico brasileiro e paranaense, são influenciadas por práticas econômicas, políticas, sociais elitistas e privatistas. Em decorrência desta concepção de educação, destacam-se nesta abordagem: o papel das escolas públicas diante da situação das drogas, a questão da formação dos profissionais da educação sobre este assunto e a prevenção ao uso indevido de drogas como um dos desafios educacionais contemporâneos.

A partir da história da Educação Básica no Estado do Paraná constata-se que a definição do papel da escola tem sido um constante desafio no âmbito da política pública. Diante disso, vislumbra-se a urgência em constituir “uma escola que assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, cujos sujeitos que dela participam, empenhem-se na construção de

7 A noção de vulnerabilidade “busca estabelecer uma síntese conceitual e prática das dimensões sociais, político-institucionais e comportamentais associadas às diferentes suscetibilidades de indivíduos, grupos populacionais e até mesmo nações” (AYRES, 1996) ao uso indevido de drogas e às suas consequências indesejáveis.

8 Os NRE são extensões da SEED, distribuídos por todo o Estado, atendendo a comunidade escolar nos municípios sob a jurisdição de cada um desses NRE.

9 Os dados correspondem aos espaços urbano e rural. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

uma proposta para a realização desse objetivo” (PARANÁ, 2006, p. 11). Dessa forma, a escola como espaço privilegiado para a socialização dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, pode e deve intensificar e ampliar os estudos e discussões sobre a problemática das drogas, envolvendo, se possível, todos os sujeitos da comunidade escolar.

Portanto, é na escola pública que o processo de reflexão se desenvolve pela prática dialógica e problematizadora, favorecendo diferentes leituras de mundo e possibilitando condições para que “sejam produzidas as bases de uma nova sociedade que se contraponha ao modelo gerador de desigualdades e exclusão social que impera nas políticas educacionais de inspiração neoliberal” (PARANÁ, 2006, p. 11).

Com relação à formação dos professores constata-se dificuldades para tratar pedagogicamente a prevenção ao uso indevido de drogas, as quais são compreensíveis ao considerar que a formação inicial dos mesmos é insuficiente, não sendo capaz de dar conta de conhecimentos científicos relacionadas às drogas. “Tanto na área específica quanto na formação pedagógica dos professores, os cursos de licenciatura não preparam especificamente os professores para o enfrentamento [destes desafios], com exceção das áreas próprias da temática” (PARANÁ, 2006, p. 41). A lacuna, no processo de formação docente, é algo que se arrasta há décadas, pois a Lei 6.368/1976 (revogada) já previa em seu Art. 5, que “Nos programas dos cursos de formação de professores serão incluídos ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem a dependência física ou psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos”.

Diante disso, os cursos de licenciatura precisam “investigar e compreender os principais problemas que afligem a humanidade e que de certa forma, são inerentes ao contexto escolar” (MALHEIROS, 2006, p. 24) como é o caso da prevenção ao uso indevido de drogas. A lacuna deixada pelos cursos de licenciatura, portanto, precisam ser preenchidas no decorrer da profissionalização desses profissionais, por meio da formação continuada. O disposto na atual legislação (Lei 11.343/2006), em seu capítulo I, Art.19, inciso X¹⁰ prevê a necessária formação continuada de professores no campo da prevenção ao uso indevido de drogas nos dois níveis de ensino. Este direito está em consonância com a Política Nacional sobre Drogas que determina a inclusão “no currículo de todos os cursos de Ensino Superior e Magistério disciplina sobre Prevenção do Uso Indevido de Drogas, visando à capacitação do corpo docente (...)” (BRASIL, 2001, p. 21).

Portanto, é fundamental a formação adequada dos professores, pois em decorrência de sua formação incipiente tendem a desenvolver um trabalho acrítico, abordando a questão das drogas baseados em crenças pessoais, incorrendo muitas vezes em preconceitos e discriminações ou então, se valendo de um discurso “que apela mais para uma argumentação baseada em repressão e medo (...)” (CRUZ, 2002, p. 203).

10 Art.19, inciso X “o estabelecimento de políticas de formação continuada na área de prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 níveis de ensino” (LEI 11.343/2006). Retificamos que são dois níveis de ensino, pois conforme o Título V *Dos níveis e das modalidades de educação e ensino, Cap. I Da composição dos níveis escolares*, Art. 21 da LDB: “A educação escolar compõe-se de: I educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II educação superior”.

Assim, a escola, enquanto participante na rede de poder A Prevenção ao Uso Indevido de Drogas ao lado de outras demandas como: Educação Ambiental, Educação Fiscal, Enfrentamento à Violência nas Escolas, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e, Sexualidade, provenientes dos “**apelos sociais**, indicações da comunidade, dos pais e dos próprios alunos” (PARANÁ, 2006, p. 41 – Grifos nossos) configuram-se como desafios educacionais contemporâneos para a sociedade em geral e também para as escolas. Nesta perspectiva, a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas faz parte da Coordenação dos Desafios Educacionais Contemporâneos, da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, da SEED e tem sido pensada e tratada como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado por meio de **conhecimentos científicos**, desprovidos de preconceitos e discriminações. Neste sentido, Sandro Savoia reitera a pertinência destes desafios educacionais contemporâneos, dizendo que :

são demandas que possuem uma historicidade, por vezes oriundas dos **anseios dos movimentos sociais**, outras vezes fruto das contradições da sociedade capitalista e, por isso, prementes na sociedade contemporânea. São de relevância para a comunidade escolar, pois estão presentes nas experiências, práticas, representações e identidades de educandos e educadores (SAVOIA, 2007 - Grifos Nossos)

Verifica-se dentre os aspectos discutidos acima, dois pontos importantes: a questão social (p. ex., “anseios dos movimentos sociais”) e elementos discursivos (p. ex., as “práticas, as experiências, as representações e as identidades”)¹¹. Tais pontos nos remetem a um profícuo debate em torno de duas linhas pedagógicas: a crítica e a pós-crítica.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2007, p. 145) este debate “é demonstração de fratura no campo da teoria social crítica”, a qual tem sido descrita como “uma disjunção entre duas categorias: de um lado, a marxista com hipótese da determinação econômica; análise econômica do poder. De outro, o pós-estruturalismo e pós-modernismo com a hipótese da construção discursiva; teorização baseada em formas textuais e discursivas de análise”. Tais perspectivas devem se ajustar e não conflitar, pois, os processos de dominação de classe, baseados na exploração econômica, tão bem analisados pela perspectiva crítica, não desapareceram, ao contrário, continuam mais evidentes e dolorosos.

Por outro lado, a perspectiva pós-crítica evidencia que a ênfase analítica social, quase exclusiva, na classe social, pela perspectiva crítica, é limitada devendo ser ampliada na análise de poder envolvida nas relações de gênero, etnia, raça e diversidade sexual. Diante disso, talvez, um possível encaminhamento seja a articulação entre ambas (crítica e pós-crítica), pois assim, conforme Tomaz Tadeu da Silva (2007, p. 147) “devem se combinar para nos ajudar a compreender os processos pelos quais, através de relações

11 Dois conceitos são essenciais nesta discussão: representação e relações de poder. Assim, ao tratar sobre prevenção às drogas é fundamental considerar que “não se trata de uma questão de verdade e falsidade, mas de uma questão de representação que, por sua vez, não pode ser desligada de questões de poder” (SILVA, 2007, p. 103). Representação “é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma ‘presença’” (PESAVENTO, 2007, p. 40). Por relações de poder entende-se toda e qualquer relação social que se dá de forma em que um sujeito mantém, numa determinada situação, alguma vantagem sobre outro sujeito. Essa vantagem pode ser material, moral, política, econômica e assim por diante, estabelecendo, portanto, uma relação de mando e obediência. Desta forma, a relação entre representação e relações de poder é inseparável, pois “a representação é sempre inscrição, é sempre uma construção linguística e discursiva dependente de relações de poder” (SILVA, 2007, p. 103).

de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos”. Considerar esta rede complexa de interesses e poderes implica em conceber as escolas públicas integradas nesta teia de relações, daí a importância da definição de seus papéis no processo de prevenção ao uso indevido de drogas.

Portanto, a análise proposta nesta abordagem sobre o uso indevido de drogas considera a junção entre ambas perspectivas, e não a preferência por uma em detrimento da outra, viabilizando uma análise crítica, histórica e pedagógica. Desta forma, “faz parte da desmistificação ou aproximação crítica ao problema dos tóxicos enquadrá-lo em uma perspectiva geopolítica – através da análise das relações de poder no sistema mundial” conforme afirma Rosa del Omo (*apud* DUMANS, 2002, p. 36). Assim, a escola, como participante na rede de poder necessita compreender suas atribuições neste contexto para atuar, intervir e realizar ações preventivas em consonância aos desafios atuais. Tais linhas de ação precisam ser contempladas em cada uma das escolas em conformidade com as Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná, através de seus Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares, os quais expressam a concepção de prevenção ao uso indevido de drogas do estabelecimento de ensino.

Uma proposta de abordagem pedagógica sobre Prevenção ao Uso Indevido de Drogas

O que exatamente abordar, no cotidiano escolar, ao tratar sobre a questão das drogas? Geralmente, os conteúdos trabalhados caracterizam-se por um viés superficial e permeado de preconceitos, além de precária cientificidade. O encaminhamento proposto é o de tratar a prevenção ao uso indevido de drogas de maneira crítica, histórica e pedagógica articulada aos conteúdos de todas as disciplinas da Educação Básica. No entanto, a questão das drogas e sua prevenção “não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser ‘chamados’ pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário, transversalizando-o ou secundarizando-o” (PARANÁ, 2008, p. 12). Dessa forma, compreende-se que este trabalho é um desafio, pois, de acordo com Andréa Barros e Alberto Ramos (1998, p. 41) “não há um modelo de prevenção que tenha a garantia do sucesso”. Além disto, afirmam que as drogas na atualidade “são uma incógnita para a sociedade, os especialistas, o governo e a política”.

Tratar a prevenção ao uso indevido de drogas é um compromisso da escola pública, pois segundo Cleide Almeida (2000, p. 12) a abordagem sobre drogas nas escolas tem sido “vacilante, cheia de lacunas, mal orientada ou é, por vezes, silenciada”. Nas escolas, geralmente, predominam o reducionismo no tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas. Enfatiza-se o viés biológico que privilegia as disciplinas de Ciências e Biologia, cujo foco principal é a descrição das drogas e seus efeitos danosos para o organismo. Essa abordagem trata as drogas como um fenômeno isolado, sem refletir sobre os contextos e os determinantes sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais, étnico-raciais, religiosos e éticos envolvidos.

Outro aspecto contido em muitos projetos e programas de prevenção ao uso indevido de drogas, é o “terrorismo farmacológico” como estratégia educacional, conforme Amadeu Cruz (2002, p. 44). Com o pretexto de tratar as informações científicas sobre drogas, exageram nos seus efeitos, fatos são

distorcidos, dúvidas científicas se transformam em verdades, e muitas certezas da ciência são escamoteadas (CRUZ, 2002). A questão é percebida também nos livros didáticos, os quais, em sua maioria, não contribuem para um trabalho significativo no que tange à prevenção ao uso indevido de drogas. A partir da análise sobre a abordagem de drogas nos livros didáticos de Ciências e Biologia, Beatriz Carlini-Cotrim e Fúlvia Rosemberg (1991, p. 303) identificaram que os textos:

são regidos por dois eixos complementares: adotam a pedagogia do amedrontamento e se organizam em torno do conceito implícito de dependência (e não do uso) de drogas. (...) Ao invés de se transmitirem precisões conceituais, dados sobre incidência, análise das causas e orientações para prevenção e tratamento, ocorre uma hipertrofia do efeito do uso de drogas, mais especialmente de sua dependência. O tema predominante nas ilustrações é a morte: caveiras, esqueletos (parciais ou completos) e túmulos. Mesmo quando a morte está ausente, o clima da ilustração é sombrio e desolador. Homens com barba por fazer, correntes que os atrelam, labirintos e fundos escuros conferem, juntamente com a morte, o clima de degradação social e moral que se quer associar ao uso de drogas.

As referidas autoras apontaram que o impacto maior é:

a abstração do fato que a droga pode propiciar prazer (na forma de sensações gostosas ou de alívio de sensações ruins). Ao negar esta possibilidade, passa-se a contar somente com a ingenuidade como categoria explicativa. Dentro desta lógica, é a ingenuidade que faz com que o adolescente ceda à curiosidade, à pressão do grupo ou à oferta do traficante e, hipoteticamente, evite o uso de drogas com a argumentação contida nos livros (idem, 1991, p. 304).

Assim, é preciso atentar para as múltiplas facetas das informações a fim de que estas não se dêem pelos extremos, pois, conforme Cleide Almeida (2000, p. 85) “... um extremo é o otimismo da informação, o entendimento de que todos os problemas se resolveriam com informações sérias, científicas, bem intencionadas. (...) Outro extremo é o pessimismo da informação, que a considera como perigosa e estimulante e também pode levar ao silêncio”. As informações devem, portanto, ser dosadas e tratadas de acordo com a realidade local. Conforme Amadeu Cruz (2002, p. 40) “um fator de fracasso da prevenção é aquele que considera esta atividade um evento isolado, dissociado de um planejamento global ou integrado”. Geralmente, tais eventos são abordados por meio de palestras, dia da prevenção, mural da prevenção, entre outros. Esse tratamento não caracteriza a prevenção propriamente dita, pois ela deve resultar de um processo educacional constante e permanente nas escolas e não ser tratada por meio de pontuais e esporádicas ou lembrada apenas em datas comemorativas como o Dia Internacional de Combate às Drogas (26/06), Dia Mundial do Combate ao Fumo (31/05), por exemplo.

Outro aspecto importante a ser refletido refere-se à importação de modelos de programas externos à realidade nacional, os quais são provenientes sobretudo dos Estados Unidos, visto os significativos investimentos que este país faz neste setor. Um dos problemas desta prática é o resultado pedagógico que não reflete a realidade do local e sim a realidade social, política e econômica reproduzida¹². Há que considerar, portanto, a especificidade nacional caracterizada pelo grande consumo de solventes

12 Por exemplo, trabalhos efetuados por alunos sobre as drogas demonstram com 100% de frequência a heroína, cocaína, maconha e LSD como os principais exemplos. De acordo com Amadeu Cruz, “o curioso é que a heroína não é problema no Brasil. Aqui não existe tráfico dela, uma vez que seu preço é muito caro para os padrões econômicos brasileiros” (2002, p. 47).

entre crianças e adolescentes em vários Estados brasileiros e também, segundo Helder Ferreira, João Luís Souza e Viviane Cubas (2003, p. 3) atinge grande parte das escolas, sendo os mais utilizados: “esmalte, éter, acetona e o corretor líquido”. Nesta perspectiva, a ação preventiva deveria ser mais incisiva sobre as drogas que causam maiores danos à população. Frequentemente o foco principal das ações preventivas são as drogas ilícitas como a maconha, a cocaína, o LSD, o ecstasy, dentre outras, sendo que o problema maior está entre as drogas lícitas, pois, “o álcool, o tabaco e alguns medicamentos psicotrópicos (especialmente ansiolíticos e anfetaminas), embora não tão alardeados, continuam sendo as drogas mais consumidas e as que trazem os maiores prejuízos à população brasileira” (NOTO; GALDURÓZ, 1999, p. 147).

Sendo assim, trabalhar com a prevenção ao uso indevido de drogas no âmbito da política educacional do Estado do Paraná implica compreender, primeiramente, que o trabalho é com o conhecimento escolar, o qual “é específico, advindo da produção intelectual dos homens, mas que serve para possibilitar também o conhecimento amplo, elaborado na ação humana coletiva, numa teia de relações sociais que geram novas necessidades de reflexões e elaborações teóricas” (PARANÁ, 2006, p. 12). Na medida em que se concebe o conhecimento numa perspectiva aberta e relacionada, percebe-se que limitar a abordagem sobre as drogas apenas aos seus tipos e respectivos efeitos maléficos ao organismo, próprio do reducionismo, não favorece a mobilização de professores e alunos no processo de investigação e produção de conhecimento escolar sobre a prevenção ao uso indevido de drogas.

Portanto, o trabalho pedagógico requer um razoável entendimento teórico. Para tanto, os professores e demais profissionais da educação precisam de fundamentação teórica e formação continuada para contribuir no processo de prevenção ao uso indevido de drogas, numa perspectiva crítica, histórica e pedagógica, a qual objetiva no processo de socialização do conhecimento não revelar a verdade absoluta e sim, como nos diz Andrew Weil (1986, p. 20): “descobrir maneiras mais úteis de pensar sobre os fenômenos” que envolvem as drogas.

Na medida em que se compreende, no processo de formação dos sujeitos, a prevenção ao uso indevido de drogas como conhecimento que supere a perspectiva do conservadorismo e da mera reprodução prioriza-se “fazer com que o jovem pense e reflita de maneira crítica sobre sua vida, suas escolhas, seus desejos, suas frustrações e futuro” (SODELLI, s/d, p. 2). É importante esclarecer que pensar de maneira crítica é uma postura que se caracteriza pela suspeita dos conceitos e das concepções e abordagens em jogo, contrapondo-se às abordagens reducionistas e tendenciosas, como já vimos anteriormente. O desdobramento da postura de suspeita remete-nos à seguinte exigência: “não podemos construir propostas curriculares descoladas de uma clara concepção de educação que oriente os procedimentos relativos não somente aos seus desdobramentos, os conteúdos escolares, mas que com certeza, deverão garantir presença em todo o arcabouço do processo ensino-aprendizagem, qual seja – do planejamento à avaliação” (PARANÁ, 2006, p. 33). Além da clareza de concepção de educação, os professores devem estar seguros quanto a “concepção de mundo, de escola e de homem (...) bem como a identificação da escola pública e sua função na sociedade, entendidos como elementos fundantes da práxis educativa” (PARANÁ, 2006, p. 39).

Neste sentido, é importante considerar um tratamento pedagógico que possa ser o mais coerente possível, considerando as informações trazidas pelos alunos a fim de confrontá-las com o saber sistematizado, permitindo, assim, maior reflexão e crítica sobre as questões que envolvem as drogas. É necessário pôr em crise as informações, questioná-las, e com isso incitar os alunos a discutir os aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos, éticos e culturais envolvidos na problemática das drogas, bem como as relações de poder nestas circunstâncias. Desta forma, é preciso tratar os conteúdos relacionados às drogas de uma maneira mais ampla, num processo de desconstrução e reconstrução de abordagens que contemplem as implicações e as inter-relações dos contextos sociais, políticos e econômicos. Assim, o entendimento sobre a prevenção ao uso indevido de drogas vai além das discussões do campo biológico, e perpassa outras áreas do conhecimento como as Ciências Humanas e Exatas, possibilitando que as diferentes disciplinas da matriz curricular possam contribuir por meio de seus conteúdos.

Tal consideração aponta para integração entre as disciplinas, a qual por sua vez permite problematizar a fragmentação do conhecimento escolar e sinalizar para uma visão mais abrangente dos conhecimentos. Essa perspectiva relacional, segundo Basil Bernstein (apud PARANÁ, 2006, p. 30) favorece para que “a fragmentação do conhecimento escolar possa ser diminuída pela integração dos saberes escolares com os saberes cotidianos em contraposição à visão hierarquizada e dogmática do conhecimento”. Portanto, é preciso buscar constantemente conhecimentos científicos e práticas preventivas que possam, de fato, fazer sentido para os sujeitos envolvidos. Dessa maneira, professores podem minimizar a insegurança ao lidarem com o complexo assunto das drogas, trazendo maior tranquilidade e qualidade pedagógica na prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas.

Neste processo, os sujeitos desenvolvem e adquirem argumentos consistentes para posicionar-se frente às situações relacionadas à legislação, à drogadição, à vulnerabilidade, ao preconceito, à discriminação dos usuários, à influência da mídia, ao narcotráfico e à violência associada às drogas, ao invés de conhecer somente os efeitos das drogas no organismo. Portanto, os conteúdos propostos para o tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas¹³, na proposta curricular da Educação Básica, podem ser mobilizados pelas disciplinas da matriz curricular, como parte dos conteúdos historicamente construídos e embasados no conhecimento científico. Desta forma, a abordagem defendida sobre prevenção ao uso indevido de drogas é contrária à perspectiva dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais relegam os conteúdos escolares a um segundo plano, tratando-os por meio de projetos, comprometendo assim, a concepção de escola pública da atual política educacional paranaense.

A seguir, apresentamos uma relação de conteúdos, os quais se encontram articulados com a problemática das drogas e permitem aos professores estabelecerem conexões com suas respectivas disciplinas. Dessa forma, o esforço consiste em organizar provisoriamente este “quebra-cabeças” em torno da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas, por meio de conceitos e de pressupostos que possibilitem estipular uma base, um “chão” para o debate. E, a partir daí, espera-se, não formar especialistas em prevenção ao uso indevido de drogas e, sim que professores e alunos desenvolvam e

13 Sociedade Contemporânea, Legislação, Drogadição, Preconceito e Discriminação do Usuário, Violência e Influência da Mídia.

ampliem argumentos consistentes, críticos e politizados sobre situações e contextos nos quais as drogas estão presentes.

Sociedade Contemporânea: Toda abordagem sobre as drogas no contexto escolar deve necessariamente partir do conceito de sociedade contemporânea¹⁴. Assim, é preciso estabelecer as características desta sociedade, conhecê-la e desvelar suas representações e discursos, tendo em vista a necessidade de viver e sobreviver em contextos, nos quais predominam a injustiça e as desigualdades sociais, a pobreza, o racismo, o sexismo, o preconceito e a discriminação diante de tantas situações. Conforme Tom Valença (2004, p. 1) “vivemos num país com características socioculturais extremas: por um lado, distribuição desigual de renda, índice de assassinatos altíssimo, imagem pública tradicionalmente ligada à corrupção, além de grandes bolsões de analfabetismo, e por outro lado, uma cultura que explicita o lúdico – carnaval, futebol, jogos de azar – de forma intensa”.

Sendo assim, a compreensão crítica e histórica que se busca desta sociedade objetiva uma reflexão sobre as representações dos usos indevidos que se faz das drogas, a fim de romper com os estigmas que foram conferidos pelo capitalismo, pela mídia e pelas concepções neoliberais de organização da sociedade. Estas reflexões são necessárias, principalmente quando pensamos na formação de sujeitos críticos, questionadores e politizados, pois segundo Alexandre Dumans (2002, p. 37) “queremos novos destinos para a nossa juventude (...) que não sejam a cadeia ou o extermínio; queremos estudar a questão da droga e a criminalização crescente das mulheres; (...) queremos produzir uma reflexão latino-americana voltada para nossa realidade.

Drogas - ações e efeitos: A drogadição consiste num fenômeno complexo que resulta da combinação de três aspectos fundamentais: o sujeito, o produto (droga) e o contexto sócio-cultural. Desta forma, é preciso considerar os conceitos de drogas, uso indevido, dependência, tolerância e síndrome de abstinência, entre outros, os quais devem ser explicitados, a fim de que se tenha o entendimento da concepção da drogadição na sociedade contemporânea e por extensão na escola.

Considera-se importante abordar neste tópico: a classificação quanto à origem (naturais, semi-sintéticas e sintéticas); os mecanismos de ação nos organismos (depressoras, estimulantes e alucinógenas); a legalidade (lícitas e ilícitas); e os tipos de usuários quanto à frequência (experimentadores, ocasional, habitual e dependente). Essa abordagem precisa ser discutida à luz de um referencial teórico crítico e consistente, o qual permitirá compreender as relações de poder que se estabelecem acerca da produção, distribuição e consumo.

Mídia e drogas: A partir da década de 1960 o abuso de drogas passa a ocupar significativo espaço na mídia, e de acordo com Amadeu Cruz (2002, p. 16) esse papel “contribui para a construção

14 “Identifica-se o período após II Guerra Mundial como a configuração de uma sociedade totalmente nova, que nós, hoje, por comodidade, chamamos de pós-industrial e/ou sociedade contemporânea. Caracteriza-se pelo fato do seu epicentro não ser mais a produção em grande escala de produtos materiais, mas a produção de bens imateriais. Isto é, símbolos, valores, serviços, informações e estética. (...) A sociedade contemporânea está cercada de dúvidas, incertezas, mudanças, impregnada de novos conceitos, plena de rupturas. Para alguns tudo isso representa de fato, um corte cultural e epistemológico, uma época onde as fronteiras estão se desfazendo, uma época chamada também de pós-modernidade” (SCHMIDT, 2007, p. 1).

de representações sociais no imaginário da população”. Discutir e compreender tais representações constitui-se em tarefa desafiadora pois a força da mídia é considerável por estar vinculada aos interesses econômicos, reproduzindo e legitimando o discurso neoliberal (SODELLI, s/d, p. 2). Nesse processo, são construídos discursos hegemônicos direcionados à juventude, que associam as drogas, especialmente o álcool,¹⁵ a um conteúdo simbólico e estruturado com temas de seu interesse, como a música, a moda, o estilo de vida, o esporte e o lazer. Ainda, de acordo com esta questão, Ilana Pinsky argumenta que “as imagens do álcool na mídia parecem ter o efeito de cotidianizar, banalizar e legitimar o consumo de bebidas alcoólicas acabando, assim, por diluir a eficácia das campanhas de prevenção” (Pinsky apud BASÍLIO; GARCIA, 2006, p. 106).

Diante disso, um dos principais problemas refere-se à contradição entre os discursos de prevenção e as representações midiáticas em torno das drogas, pois, na medida em que a mídia apresenta as drogas, especialmente, as bebidas alcoólicas como substâncias úteis aos sujeitos, utilizadas, principalmente, nas horas de lazer, também as responsabiliza por grande parte dos atos de violência. Para Regina Medeiros (2006, p. 203) tal contradição “é absorvida e repercute de maneira diferente nos vários agrupamentos socioculturais. Obter os produtos ofertados é fundamental para colocar o... [sujeito] num lugar social privilegiado, para possibilitar sua participação social e dar idéia de pertencimento. Se os meios para conseguir os produtos ofertados forem considerados ilegais, os jovens são classificados como violentos, criminosos, transgressores, toxicômanos e perigosos”.

Preconceito e discriminação aos usuários de drogas: É importante trabalhar com os discursos e representações provenientes da sociedade em geral, pois, cotidianamente percebe-se estigmas, estereótipos e preconceitos presentes nestas falas em relação aos comportamentos das pessoas envolvidas com a drogadição. Esta abordagem permite uma reflexão, a qual, possibilita ações mais acertadas em relação ao tratamento desta demanda. A fundamentação em teóricos que analisam os discursos e apontam preconceitos e discriminações, bem como as legislações que trazem para o debate os direitos humanos dos sujeitos, contribuem para a discussão deste tópico no espaço escolar. Assim, na Lei 11.343/2006 em seu capítulo II - Das Atividades de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas, Art. 22, inciso I, dispõe sobre o “respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social”.

A fim de reiterar esta importância, Susana Dias (2002) considera o quanto esta discussão é necessária na escola, ao dizer que “trazer a diversidade para a sala de aula na abordagem da questão das drogas é um interessante caminho para evitar os estigmas e preconceitos que emergem quando o tema é tratado, além de discutir as particularidades de cada escola, de cada realidade, criando formas de abordagem próprias que podem ser mais duradouras e eficazes”.

15 Há um destaque para o binômio lazer e cerveja: pode-se dizer que a mídia massifica e incentiva o consumo de bebida alcoólica. Os principais eventos nacionais, como carnaval e futebol são patrocinados pelas grandes marcas de cerveja. “Todas as noites nossas residências são invadidas por anúncios publicitários que associam a figura de jogadores de futebol a marcas de bebida alcoólica, algo proibido pela legislação brasileira. A adoção desses mecanismos de propaganda acabam por levar ao público a falsa idéia de que as bebidas alcoólicas, principalmente no que concerne à cerveja, estão ligadas à diversão, ao sucesso profissional, à sexualidade e à saúde (Paschoal apud BASÍLIO; GARCIA, 2006).

Legislação: É importante conhecer as legislações brasileiras sobre as drogas, pois fixam normas e as definem como lícitas e ilícitas. A atual legislação - Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, “prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências” (BRASIL, 2006). É importante considerar a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988; a Lei Federal nº 8.069, de 13 julho de 1990 (que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA); e a Lei nº 9.394/1996, que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estas e outras legislações Federais, Estaduais e Municipais relacionadas às disposições sobre o uso, consumo e produção de drogas trará esclarecimentos significativos para a compreensão das relações que se estabelecem na sociedade, pensando em sua organização mais justa.

Contudo, algumas disposições legais apresentam-se irrealis; por exemplo, os artigos 81 e 243 do ECA¹⁶, que trata da proibição da venda de armas e bebidas alcoólicas à criança e adolescentes. Verifica-se que tais medidas não são executadas na prática, demonstrando que é preciso seriedade na efetivação das decisões legislativas, assim como na fiscalização quanto ao cumprimento da lei.

Narcotráfico: A questão do narcotráfico, embora seja um assunto denso, árduo e pouco discutido no âmbito escolar, torna-se relevante no debate pedagógico. Essa importância decorre da necessidade de pôr em crise as relações de poder que se estabelecem, praticamente, em todas as classes sociais e nos diversos segmentos da sociedade contemporânea. O narcotráfico movimenta, por ano, 500 bilhões de dólares, o equivalente a quase 1% do PIB mundial, sendo o segundo comércio do mundo, só perdendo para o de armas. Está à frente do comércio de petróleo, do vestuário, da alimentação e da habitação (ARBEX, 1993). Desta forma, “a droga se insere na categoria de indústria de transformação como qualquer outra indústria química e dispõe de fornecedores localizados no terreno formal da economia” (ALMEIDA, 2000, p. 62).

As relações de poder, de trabalho e de classe inserem-se neste debate e permitem discutir questões relacionadas ao narcotráfico, como o desemprego, o trabalho informal, a desigualdade social, a fome, a violência, entre outros. Por conseguinte, trata-se de um conteúdo pertinente para compreensão da complexa rede que se forma em torno das drogas e, assim, pode ser abordado no contexto das diversas disciplinas escolares. Também é possível contemplar na discussão a definição dos papéis da Polícia Civil, Militar e Federal, Ministério Público, Judiciário e Sistema Prisional, bem como as relações de poder entre grupos rivais, corrupção de autoridades, aliciamento de menores, rotas do tráfico, produção e consumo de drogas, lucratividade e prejuízos trazidos à sociedade, em decorrência destas práticas.

Violência: O uso indevido de drogas, de modo geral, pode trazer inúmeras consequências prejudiciais para os sujeitos e também para a coletividade, dentre estas estão os atos de violência. Não é um dispositivo exclusivo da sociedade contemporânea, pois em outros momentos da história ela

16 Art. 81 - É proibida a venda à criança ou ao adolescente de: armas, munições e explosivos; bebidas alcoólicas; produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida (...). Art. 243 - Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida: Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave (BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social, 1993, p. 35 e 94).

também se fazia presente. No entanto, a mídia tende a destacar as manifestações de violência como característica própria da contemporaneidade e associá-las ao uso indevido e ao comércio ilegal de drogas, supervalorizando a associação entre crimes, violência e drogas. Isto se torna mais evidente quando os atos violentos são relacionados com os grupos sociais estigmatizados, moradores de favelas e/ou periferia (MEDEIROS, 2006).

Por outro lado, é relevante destacar, conforme Ana Regina Noto e José Carlos Galduróz (1999, p. 147) “que a violência relacionada ao uso abusivo de drogas não fica restrita aos acidentes de trânsito, às cenas de brigas em bares ou entre traficantes, mas também envolve o ambiente familiar de forma considerável”. Portanto, a violência vinculada às drogas ocorre em diferentes contextos, envolvendo sujeitos em suas diversas identidades culturais que os colocam em situações, por vezes, conflitantes tanto na relação pessoal quanto coletiva. Isso, tem despertado o interesse de vários pesquisadores que estudam as manifestações da violência no contexto das drogas, os quais buscam entender como se manifestam os atos violentos, assim como encontrar alternativas para implementar medidas de prevenção, pois “o Governo Federal calcula que 20 mil brasileiros morrem a cada ano em decorrência do consumo de tóxicos ou de crimes relacionados ao tráfico” (BARROS; RAMOS, 1998, p. 38).

Tais assuntos, portanto, são pertinentes e passíveis de problematização e de reflexão no espaço escolar. Precisam constituir-se numa prática permanente de discussão, pois a maioria das pesquisas aponta que o alto índice de consumo de álcool e outras drogas se dá na adolescência e na juventude, faixa etária em que se encontram os alunos da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino. Os esforços no tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas precisam ser direcionados para a problematização e para a fundamentação dessa discussão a fim de implementar ações preventivas, de modo que estas façam sentido para a comunidade escolar.

Considerações Finais

O tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas constitui-se um desafio para a Rede Estadual de Ensino do Paraná, tendo em vista a sua dimensão e as situações diárias vivenciadas na escola por diretores, pedagogos, professores, funcionários, alunos e pais/mães/responsáveis no cotidiano escolar. Essa situação demonstra a urgência de uma discussão mais crítica e politizada. Para tanto, inúmeras variáveis precisam ser consideradas, dentre elas, a sociedade em que se vive, as identidades culturais dos sujeitos, a formação dos professores, as relações de poder, os aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais, a realidade local e a(s) droga(s) mais utilizada(s).

Defende-se que os professores da Educação Básica, das diversas disciplinas, de todos os níveis e modalidades de ensino, precisam tratar das questões referentes à prevenção ao uso indevido de drogas, conforme a realidade e a necessidade do seu estabelecimento de ensino. Nesse sentido, a intervenção que se faz e/ou as ações preventivas desenvolvidas precisam partir do que está sendo vivido, pensado e realizado pela comunidade escolar.

Como vimos, há diferentes possibilidades de abordagens sobre a prevenção ao uso indevido de drogas presentes na sociedade e na escola. Para tanto, precisa-se considerar uma prática escolar fundamentada numa relação dialógica entre professores e alunos e destes com o mundo. Por meio desta prática ambos podem refletir sobre compromisso político e produzir o próprio conhecimento em torno das implicações das drogas na sociedade.

Além disso, é fundamental o trabalho articulado entre as instituições públicas e destas com a sociedade civil organizada. Neste sentido, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná desenvolve ações preventivas em parceria com outras instituições governamentais, tais como: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, dentre outras, realizando um trabalho articulado de estudo e discussões sobre a problemática das drogas e sua prevenção no âmbito das escolas paranaenses.

Outro aspecto relevante é o fato de a própria comunidade escolar assumir o processo preventivo e não esperar que outros agentes de fora da comunidade o façam. Neste sentido, promover discussões nas reuniões pedagógicas sobre prevenção é uma oportunidade para inserir este assunto no currículo escolar por meio dos conteúdos das diversas disciplinas da Educação Básica.

Neste contexto, destaca-se a ação dos professores como pesquisadores. Deixam de ser meros observadores dos alunos e das ações que ocorrem no espaço escolar, tomando para estudo e investigação o próprio contexto escolar e as interferências da sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, a ação investigativa possibilita o abandono de “práticas descritivas, pré-organizadas, de cunho factual, reducionista, ingênua e acrítica, para apreensão de um novo saber na prática escolar, a partir do real investigado” (PARANÁ, 2006, p. 35). Esta prática investigativa desencadeia um trabalho pedagógico sobre a prevenção ao uso indevido de drogas e aproxima esta discussão da realidade local considerando as necessidades e dificuldades da própria escola. Assim, as escolas públicas estaduais estarão contribuindo para a transformação cultural, política e econômica da sociedade paranaense.

Referências

- ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. **Drogas:** uma abordagem educacional. São Paulo: Editora Olho d' Água, 2000, p. 99.
- ARBEX JR, José. **Narcotráfico:** um jogo de poder nas Américas. São Paulo: Moderna, 1993. (coleção polêmica).
- AYRES, J. R. C. M. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes. In: TOZZI, Devanil A. (Org). **Papel da educação na ação preventiva ao abuso de Drogas e as DST/AIDS.** São Paulo: FDE, 1996, v. 1, p. 15-24. Disponível em: < www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_29_p015-024_c.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2007.
- BARROS, Andréa; RAMOS, Alberto. Perigo no recreio. **Revista Época.** São Paulo, p. 36-41, jun. 1998.
- BASÍLIO, Mirian Cátia Vieira; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Vendas de bebidas alcoólicas: questões (im)pertinentes. **Psicologia & Sociedade.** v. 18, n. 3, 2006, p. 104-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 out. 2007.

- BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado - Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Diário Oficial da União**, Brasília. 14 dez. 1996.
- BRASIL. Lei n. 8.069/90. **Diário Oficial da União**, Brasília. 16 jul. 1990.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo Escolar (1997/2007)**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news>>. Acesso em: 16 nov. 2007.
- BRASIL. Lei 11.343/06. **Diário Oficial da União**, Brasília. 24 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 10 mai. 2006.
- BRASIL, Lei 6.368/76". **Diário Oficial da União**, Brasília. 22 out. 1976. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6368.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2006.
- BRASIL. Política Nacional Antidrogas. **Diário Oficial da União**, Brasília. 27 ago. 2002.
- CARLINI-COTRIM, Beatriz. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 19-30.
- CARLINI-COTRIM, Beatriz; ROSEMBERG, Fúlvia. Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v. 25, n. 4, p. 299-305, Ago. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101991000400009>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- CARNEIRO, H. Bebidas alcoólicas e outras drogas na época moderna. Economia e embriaguez do século XVI ao XVIII. **Historiador Eletrônico**, 2004. Disponível em: <<http://www.historiadoreletronico.com.br/faces/03120801.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2007.
- CRUZ, Amadeu Roselli. **A análise do discurso da prevenção do abuso de drogas**. Belo Horizonte: 2002. Tese. Faculdade de Letras da UFMG.
- DIAS, Susana. **Como abordar a questão das drogas na escola?** Disponível em: <<http://www.comciencia.b/especial/drogas/drogas02.htm>>. Acesso em: ago. 2007.
- DUMANS, Alexandre Moura. Nada de novo no front. **Revista Ciência Hoje**. vol. 31, n. 181, p. 36-38, abr. 2002.
- FERREIRA, Helder; SOUZA, João Luís de; CUBAS, Viviane. Crime e Drogas: Consumo e tráfico. **Núcleo de Estudos da Violência-USP**, 2003. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down156.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2007.
- LARANJEIRA, Ronaldo. (Prefácio). PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio (Orgs.). **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.
- LEMONS, Tadeu. Ações e efeitos das drogas de abuso. **Série: Cadernos Temáticos da Diversidade - Prevenção ao Uso Indevido de Drogas**. Curitiba: SEED, 2008.
- LIMA, Elson S. Drogas nas escolas: quem consome o quê? **Série Idéias**, São Paulo, n. 29, p. 119-131, 1996. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br/sau_l.php?t=001>. Acesso em: ago. 2007.
- MALHEIROS, Irene de Jesus Andrade. **Os temas sociais contemporâneos e sua representação junto aos formandos e egressos do curso de Ciências Biológicas da UFPR**. Curitiba, 2006 – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.
- MEDEIROS, Regina. Jovens, violência e drogas no contexto urbano. In: CIRINO, Oscar; MEDEIROS, Regina (Orgs.) **Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 199-208.
- NOTO, A. R. e GALDURÓZ, J. C. F. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 145-151, 1999.

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Introdução às Diretrizes Curriculares**. Curitiba: SEED, 2006, 44 p.
- PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Curitiba, 1993.
- PARANÁ-IASP. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Os desafios educacionais contemporâneos e os conteúdos escolares: reflexos na organização da proposta pedagógica curricular e a especificidade da escola pública**. jul. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/cge>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L.S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 3, n. 1, jul/dez 2000. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2007.
- PESAVENTO, Sandra. Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. In: **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANTOS, Rafael G. **Aspectos culturais e simbólicos do uso dos enteógenos**. Disponível em: <<http://www.neip.info>>. Acesso em: dez. 2007.
- SAVOIA, Sandro Cavalieri. Palestra: Coordenação de desafios educacionais contemporâneos DEDI/SEED. **XX Encontro SEED-NRE**. Toledo-Pr, 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SCHMIDT, Elizabeth Silveira. **A globalização econômica na sociedade contemporânea**. Disponível em: <http://www.uepg.br/uepg_departamentos/deed/disciplinas/>. Acesso em: dez. 2007.
- SODELLI, Marcelo. **O trabalho preventivo deveria começar já na infância**. Disponível em: <<http://obid.senad.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2007.
- SODELLI, Marcelo. **O professor e a prevenção ao uso abusivo de drogas na escola**. Disponível em: <<http://www.profissaomestre.com.br/php/verMateria.php?cod=1317>>. Acesso em: 30 jan. 2008.
- VALENÇA, Tom. **Consumir e ser consumido, eis a questão!** Configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_tom_consumido.pdf>. Acesso em: out. 2007.
- WEIL, Andrew. **Drogas e estados superiores da consciência**. (1972, *The natural mind – an investigation of drugs and the higher consciousness*). Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Editora Ground, 1986.

COORDENADORIA ESTADUAL ANTIDROGAS: A EXPERIÊNCIA PARANAENSE

Jônatas Davis de Paula (SEJU) jonatasdavis@seju.pr.gov.br¹
Sonia Alice Felde Maia (SEJU) feldemaia@seju.pr.gov.br²

Resumo

A artigo aborda o papel da Coordenadoria Estadual Antidrogas do Estado do Paraná, a qual tem como objetivo principal consolidar uma política pública de prevenção no Estado. Para isto busca atingir e envolver o maior número possível de cidadãos paranaenses no planejamento de propostas de políticas públicas municipais de prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas, Prevenção, Redução de Demanda, Redução de Oferta.

A Coordenadoria Estadual Antidrogas (CEAD) é a unidade programática executiva da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. É responsável pelas políticas públicas e ações antidrogas no território paranaense. Também se preocupa em habilitar e atualizar seus cidadãos para que a informação se torne cada vez mais um instrumento de transformação social, através de ações condizentes com as necessidades das crianças, jovens e adolescentes. É ainda o órgão executivo do Conselho Estadual Antidrogas (CONEAD), que tem por finalidade atuar como instância de assessoramento ao Governo do Estado no provimento das orientações estratégicas globais do Sistema Estadual Antidrogas. Além disso, promove a articulação, a integração e a organização da ação do Estado para a redução da demanda e da oferta de drogas. Em decorrência da intersetorialidade e da interdependência do tema de que trata, sua composição é intersecretarial e interinstitucional, com representação dos órgãos governamentais e não governamentais, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas das áreas sociais com responsabilidade direta nas questões relativas à demanda e à oferta de drogas.

- 1 Secretário executivo do Conselho Estadual Antidrogas e assessor da Coordenadoria Estadual Antidrogas.
- 2 Especialista em: Psicodrama, Terapia Familiar Sistêmica e Psiconcologia. Atualmente é coordenadora estadual antidrogas.

A representação governamental no CONEAD visa assegurar o compromisso dos órgãos e entidades públicas em dar prioridade a projetos e atividades para a redução da demanda e da oferta de drogas e a integração das diversas políticas setoriais convergentes com o tema, organizando e otimizando a ação pública. Participam, portanto, do CONEAD todas as áreas governamentais cujo espaço de atuação tenha aderência ou impacto sobre os fatores de risco e proteção de maiores correlações com a demanda e a oferta de drogas. Assim, e em alinhamento ao estabelecido pela Lei n.º 13.986 de 30/12/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 2.085, de 07/11/2003, que instituiu no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU), o Conselho Estadual Antidrogas, o Governo do Estado prioriza a rede operativa de trabalho que resulta em melhoria de qualidade de vida para o cidadão paranaense.

Entre outras atividades, a CEAD realiza avaliação de projetos de prevenção, ações interinstitucionais preventivas e educativas, prevenção nos municípios, estímulo para realização de estudos e pesquisas, promoção de cursos e eventos, serviço de atendimento a comunidade, avaliação sistemática das diferentes iniciativas terapêuticas e conscientização da sociedade da ameaça apresentada pelo uso indevido de drogas e suas consequências, objetivando redução de oferta e demanda de drogas.

Além das informações já disponíveis via Internet, como: relação de locais onde obter ajuda para tratamento, endereços eletrônicos interessantes para obter informações sobre drogas, etc., a CEAD está se estruturando para facilitar a divulgação e o uso de outros indicadores e índices sobre bem estar e qualidade de vida em nosso Estado.

A CEAD acredita na construção de uma rede de prevenção, sensibilizando e capacitando cidadãos, lideranças comunitárias e religiosas, gestores públicos, representantes de docentes, da imprensa, polícias, conselhos de controle social, entidades governamentais e não governamentais, entre outras e reconhece que o seu crescimento e fortalecimento vai depender da colaboração de todos os interessados.

Visando agir mais especificamente na formação da cidadania é que a SEJU, através da Coordenadoria Estadual Antidrogas, pretende estender ao maior número possível de cidadãos paranaenses as propostas e modelos para construções de políticas públicas municipais de prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. Com isso, o Estado do Paraná pode consolidar uma política pública de prevenção, fortalecendo ações para redução de demanda e de oferta de drogas lícitas ou ilícitas, visando assim beneficiar diretamente as famílias paranaenses. Assim tem participado de fóruns e conferências municipais sobre drogas, com o intuito de realizar a I Conferência Estadual Sobre Drogas, promovendo a vinculação necessária com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) para o fortalecimento do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), de forma a alinhar-se com os pressupostos e diretrizes da Política Nacional Antidrogas (PNAD).

É preciso associar a essas concepções as diferentes áreas do conhecimento técnico-científico e propor um trabalho conjunto a todos os segmentos da organização social, buscando parceiros nas instituições públicas e privadas, assim como na sociedade civil organizada, para alcançar êxito em prol de toda a sociedade.

E para que o trabalho seja realmente eficaz, atingindo grande número de famílias, a CEAD e o CONEAD têm estimulado a criação de Conselhos Municipais Sobre Drogas - COMADs e fortalecido os cerca de 70 já existentes.

COMADs são órgãos encarregados de colaborar com instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento de ações de redução de oferta e demanda de drogas como forma democrática de controle social nos municípios. Os COMADs são também os responsáveis pela articulação dos movimentos comunitários organizados e representam as instituições federais e estaduais no município. A criação dos COMADs contempla a estratégia de municipalização prevista na Política Nacional Antidrogas e permite que os planos, programas e projetos cheguem diretamente a todos os cidadãos, garantindo resultados efetivos nas ações. Com o objetivo de integrar a comunidade paranaense, em uma ação permanente de prevenção e educação para uma vida saudável.

NARCODENÚNCIA

O crescimento populacional do Brasil e conseqüentemente do Estado do Paraná, fez com que as mazelas existentes também aumentassem, diminuindo a qualidade de vida das pessoas que vivem nos grandes centros urbanos.

Devido a este fato o Governo do Paraná, através da Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania criou o programa “181 Narcodenúncia”, que é um espaço para a população denunciar sigilosamente o tráfico de drogas, usando uma tecnologia desenvolvida pela Celepar e implantada em 399 municípios paranaenses. O objetivo do programa é o de criar uma grande corrente de combate ao narcotráfico em todo o território paranaense.

O diferencial do 181 é que o trabalho é realizado com a participação direta do Estado em parceria com a comunidade, pois as grandes apreensões de drogas são geralmente em decorrência de denúncias recebidas, e através do 181 a população tem um canal aberto para efetuar essas denúncias sem receio de colocar sua segurança, ou de seus familiares, em risco já que os números de telefone não são registrados, nem tampouco é solicitado algum tipo de identificação para quem esta realizando a denúncia.

O narcodenúncia realiza um trabalho voltado para o foco do problema que é o traficante, pois é ele que fornece e distribui a droga, e não no dependente químico. Esse é uma pessoa que necessita de ajuda, e a melhor forma de ajudá-lo é tirando o traficante de circulação.

O combate ao narcotráfico é fundamental para auxiliar a prevenção. A ação efetiva do Estado contra os traficantes gera conseqüentes prisões e apreensões, que resultam diretamente na diminuição da oferta de drogas nas ruas.

Periodicamente são efetuadas avaliações sobre o desempenho do Programa, em nível Estadual e Regional. Assim, a partir das necessidades detectadas, são tomadas providências visando as correções

necessárias para melhorar ainda mais o desempenho de todos que participam direta ou indiretamente do 181, a fim de que a população paranaense possa realmente confiar no Programa de combate ao narcotráfico e efetuar denúncias contra os traficantes.

Para estas avaliações existe um software, constantemente em desenvolvimento, para gerenciar o sistema e propiciar aos órgãos de segurança um banco de dados que dará suporte a investigações e consultas sobre pessoas que já foram denunciadas ou presas em decorrência do tráfico de drogas, independente de quem estiver atuando. Assim, não há mais problemas com informações compartimentadas e perdidas, pois agora o sistema está sendo desenvolvido para ser eficiente.

Agora, com a iniciativa do Governo do Paraná, todos os Estados da Federação poderão implantar o programa, sem qualquer tarifação, com certeza de que a contenção da oferta, reduz por consequência a demanda, assim, minimizando os riscos da utilização indevida das drogas.

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar do Paraná - PROERD

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) consiste em uma das ações que compõe as políticas públicas estaduais de segurança pública, de educação, saúde e de construção de cidadania, através da ação de prevenção às drogas e à violência.

O PROERD como atividade educativa de prevenção primária, foi implantado a partir do 2º semestre letivo de 2000 pela Polícia Militar do Paraná, e é aplicado nas 4ª e 6ª séries do Ensino Fundamental em escolas públicas e particulares de ensino. O Programa conta ainda com o Curso de Pais, destinado aos pais ou responsáveis, professores e profissionais de diversas áreas da educação.

O PROERD é um programa educativo, preventivo e estratégico desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná em parceria com as Secretarias de Educação, Segurança Pública, Justiça e Cidadania e conveniado com as Secretarias Municipais de Educação e Escolas Particulares, com a finalidade de prevenir o uso indevido de drogas. É desenvolvido através de cartilha própria, para crianças e adolescentes e tem a duração de um semestre letivo, com uma aula por semana e que objetiva o reforço da auto-estima, lidar com as tensões, resistir às pressões de colegas, amigos e dos meios de comunicação, promovendo o desenvolvimento da cidadania. Ao final do programa, os alunos participam da solenidade de formatura, na qual recebem um certificado de participação deferido em parceria com a Polícia Militar do Paraná.

O instrutor PROERD é um policial militar voluntário, selecionado diante de sua conduta profissional, ética e moral, que deve possuir auto-estima elevada, dinamismo e afetividade no trabalho com as crianças e a coletividade em geral. Além disso, o instrutor PROERD possui treinamento específico com profissionais da área de saúde, educação, medicina, psicologia e legislação específica durante o Curso de Especialização que o habilita para tal.

O Programa é gratuito, voluntário e depende apenas do interesse das escolas em solicitar o contato com a Coordenação do PROERD: tel.(41) 3304-4749 / 3304-4748.

O Programa é baseado originalmente no congêneres norte americano denominado Drug Abuse Resistance Education - D.A.R.E, criado nos Estados Unidos no ano de 1983, tendo passado por intensa adaptação à realidade brasileira, e contextualizado na sociedade paranaense para as comunidades estudantis onde é aplicado por policiais-militares que são denominados de educadores sociais do PROERD.

No Paraná, com a finalização do segundo semestre de 2007, o Programa formou apenas neste ano 125 mil alunos e possui o total acumulado, desde a sua implantação, aproximadamente 745 mil alunos formados, que são os protagonistas de ações de educação preventiva e da cultura da paz, no esforço cooperativo entre as famílias, escola, comunidade e Polícia Militar do Paraná.

A implantação do PROERD nas comunidades escolares tem comprovadamente diminuído os problemas referentes à droga e ações geradoras de violência nas escolas e nas famílias, seu entorno e no comportamento dos alunos frente às adversidades do seu cotidiano.

Para mais informações entre em contato na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, com a Coordenadoria Estadual Antidrogas (www.antidrogas.pr.gov.br).

REFERÊNCIAS

- BALLONI & ORTOLANI. **Formação de multiplicadores de informações preventivas sobre drogas**. Brasília: SENAD, 2002.
- BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. **Homogeneização de conhecimentos para conselheiros estaduais antidrogas: compartilhando procedimentos e práticas comuns**. Brasília, 2002.
- CARTER, B. & MC Goldrick, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- EDWARD, G. **O tratamento do alcoolismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 292p.
- KALINA, E., KOVADLOFF, S. **Drogadicção: indivíduo, família e sociedade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 107p.
- MADANES, Cloé. **Sexo, amor y violencia**. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- MILAM, James e KETCHAM, Katherine. **Alcoolismo: os mitos e realidade**. São Paulo: Nobel, 1986.
- PERRONE, Reinaldo & Nannini, M. **Violência y abusos sexuais en la familia**. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- RAVAZZOLA, M. Cristina. **Histórias infames: los maltrados en las relaciones**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- SIELSKI, F. **Filhos que usam drogas: guia para os pais**. Curitiba: Editora Adrenalina, 1999. 141p.
- SILVEIRA, D. X. et al. **Um guia para a família**. 4. ed. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2003. 36p.
- SZASZ, T. et al. **Psicologia del drogadicto**. Buenos Aires: Editorial Rodolfo Alonso, 1979. 111p.



THOMAZ, H. & ROIG, P. M. **Reaprendendo com a drogadicção**. São Paulo: Empório do Livro, 1998. 192p.

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA. Centro de Estudos de Drogas da Universidade Santa Úrsula - CEDUSU. **Educação e prevenção do abuso de drogas**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1992. 185p.

CENTRO ANTITÓXICOS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO

Maria Augusta de Azevedo Misurelli (CAPE/DINARC) mamisurelli@hotmail.com¹

Maria Cristina Venâncio (CAPE/DINARC) cape@pc.pr.gov.br²

Priscila dos Santos Brasil (CAPE/DINARC) pri_tdb@hotmail.com³

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade informar sobre os serviços prestados pelo CAPE/DINARC desde o primeiro atendimento, seja ele por telefone ou pessoalmente, ao usuário de drogas e a seus familiares, até a forma que este trabalho é executado. Iniciar-se-á por um breve relato da história do setor passando para as atividades desenvolvidas, ou seja, a triagem e os encaminhamentos realizados pelo Serviço Social para internamento, quando necessário, para os Grupos de Prevenção à Recaída e Grupos de Orientação Familiar. Ressalta-se a importância do acolhimento e da ética no tratamento da dependência química. Discorrer-se-á também sobre os trabalhos realizados na prevenção, sendo eles: palestras e o acompanhamento ao Museu Professor Elias Abraão. Ao final, disponibilizar-se-á o Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação à comunidade, para os usuários de drogas lícitas ou ilícitas, para seus familiares, oferecendo uma opção de tratamento, como também para prestar esclarecimentos à população em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Dependência Química; Tratamento; Educação; Prevenção.

- 1 Acadêmica do Curso de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Campus Curitiba e estagiária do CAPE/DINARC
- 2 Coordenadora do CAPE/DINARC, Policial Civil e Psicóloga CRP 08/12.787.
- 3 Acadêmica do Curso de Serviço Social na PUC-PR, Campus Curitiba e estagiária do CAPE/DINARC.

HISTÓRICO

O Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação – CAPE foi criado na estrutura organizacional da Delegacia Antitóxicos – DATOX, no ano de 1994 pela Resolução nº 226/94 pelo Secretário de Segurança Pública do Paraná naquela data, Dr. José Moacir Favetti, a pedido do Delegado Dr. Newton Tadeu Rocha, na época, titular da Delegacia Antitóxicos, tendo a finalidade de desenvolver ações no âmbito de atendimentos, orientações, encaminhamentos e acompanhamentos aos usuários de substâncias determinantes de dependência física e psíquica.

Em 09 de Agosto de 2000, através do Decreto – Lei nº 32.428, o CAPE passa a pertencer à Divisão de Narcóticos (DINARC), órgão vinculado ao Departamento da Polícia Civil do Paraná o qual pertence à Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Paraná. Instituição pública que presta serviços utilitários de Segurança Pública à toda população paranaense. Ao Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação compete todas as atividades preventivas, acompanhamento social, atendimento às famílias de dependentes químicos, atendimento a dependentes químicos em recuperação, bem como, palestras de orientação e prevenção.

METODOLOGIA

Ao Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação foi incumbido desenvolver programas que atuem diretamente no enfrentamento da questão social das drogas, entendendo com esta visão que não basta reprimir, mas sim educar e informar sobre seus males e conseqüências. O CAPE é formado por uma equipe multidisciplinar, composta por policiais civis, psicólogos, assistentes sociais e estagiários. Cabe ao Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação atender psicologicamente e socialmente as vítimas da drogadicção e as famílias que procuram orientação e ajuda.

São desenvolvidos dois grupos, um de Prevenção à Recaída, com a finalidade de oferecer suporte para manutenção da abstinência com trabalhos semanais, propiciando um espaço de reflexão sobre os motivos para manter-se em abstinência, estimulando a questão da qualidade de vida, mostrar que ter uma ocupação (trabalho e atividades de lazer) é importante na recuperação. Também identificar as situações de risco para recaída e o envolvimento afetivo com a droga, possibilitando a reflexão dos recursos que cada um possui para enfrentar as situações de risco, estimulando a criação de um plano pessoal de recuperação.

E o Grupo de Orientação Familiar, voltado especificamente a familiares de dependentes químicos, onde através de encontros semanais desenvolvem habilidades próprias para o enfrentamento da problemática da dependência química familiar, recebendo orientações referentes a drogadicção e suas conseqüências, bem como, orientações sobre comportamentos e atitudes positivas e negativas para tal transformação, além de partilhar experiências com pessoas que enfrentam a mesma dificuldade. Para este grupo também são encaminhados aqueles que “vivem tentando ajudar a outra pessoa, esquecendo, na maior parte do tempo, de cuidar de sua própria vida, auto-anulando sua própria pessoa em função do outro e dos comportamentos insanos deste outro. Essa atitude patológica costuma acometer mães (e

pais), esposas (e maridos) e namoradas (os) de alcoolista, dependentes químicos, jogadores compulsivos, alguns sociopatas, sexuais compulsivos, etc.” (BALLONE, 2006), ou seja, os co-dependentes.

O acolhimento é uma das prioridades do CAPE, tanto dos dependentes químicos, como também dos familiares, ou seja, quando o profissional diante do caos aparente em que está a vida do paciente, consegue fazer, junto com ele, uma leitura positiva de toda a situação, concluindo que o trabalho a ser feito “pode ser difícil, mas não impossível”. O dependente sentir-se-á, no primeiro atendimento, acolhido pelo profissional, que naquele momento, representa a alternativa real de mudança na sua vida. O profissional, no entanto, assume uma postura que transmita esperança, sem soluções mágicas.

O CAPE conta com o setor de Serviço Social, este atendimento funciona como uma triagem para que se possam fazer os devidos encaminhamentos, pois os problemas causados pelas drogas não distinguem classe social, etnia ou credo. Como as pessoas que convivem com a dependência possuem diferentes necessidades, os serviços de tratamento oferecem variadas formas de abordagem, levando em conta a individualidade dos pacientes.

As técnicas de abordagem são instrumentos que podem ser combinados entre si, de diferentes formas. O objetivo destas combinações é tratar o paciente da melhor maneira possível, independente da idade. Assim sendo, se for necessário o internamento, a Assistente Social fará os devidos contatos para que o dependente químico seja internado o mais rápido possível com o intuito de desintoxicação, sendo esta a fase mais importante, onde o paciente aceitará seu problema como doença e sentir-se-á mais apto a enfrentar as demais fases de intervenção terapêutica.

O CAPE mantém convênios e promove encaminhamento dos dependentes químicos para clínicas especializadas e comunidades terapêuticas. Se o caso não for de internamento e sim de orientação, o público é encaminhado para uma entrevista na área de psicologia e posteriormente para um dos grupos que funcionam no setor.

Além disso, a ética é um elemento fundamental, afinal é simplesmente o conjunto de atitudes e sentimentos inter-relacionados, partindo do respeito ao ser humano e natureza em sua forma mais ampla, passando pela fidelidade aos objetivos cientificamente traçados para a vida profissional e culminando nos princípios morais para a convivência social.

Relacionando o tratamento ao dependente químico com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, Lei 8.662/93, é importante lembrar:

Art. 5º – b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código.

Art. 8º – d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.

Art. 15 – Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 – O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafos únicos - Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 – É vedado ao assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 – A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Parágrafo único - A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.(Código de Ética do Assistente Social, Lei 8.662/93, pgs. 23, 25, 29 e 30).

Com o propósito de educar e alertar quanto ao uso/abuso de drogas, o CAPE mantém um Museu e em seu acervo estão expostos vários tipos de substâncias entorpecentes, utensílios para consumo, bem como, objetos que fazem apologia ao uso de drogas. Este museu tem como patrono o Professor Elias Abrahão, exemplo de vida pública, foi Secretário Municipal do Meio Ambiente, Secretário Estadual de Educação, Deputado Federal e Professor.

Através de palestras educativas, o CAPE visa prevenir sobre o uso indevido das drogas e suas conseqüências, porém somente serão realizadas quando a instituição solicitante possuir um projeto mais abrangente, uma vez que estudos demonstram que a simples menção do tema sem respaldo prévio poderá gerar mais curiosidade do que realizar o trabalho proposto, a prevenção. Estas palestras são solicitadas por Instituições de Ensino, Empresas e pelas Polícias Civil e Militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população do Estado do Paraná tem a seu dispor um serviço de apoio e orientação na prevenção ao uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas. Para tal, conta com sede própria, sito à Rua José Loureiro, 376, 1º Andar – Centro, Curitiba – Paraná, telefone (041) 3232-8367 e tele-fax (041) 3232-2734. O funcionamento é das 8h30min às 18h, de segunda à sexta-feira. Os agendamentos de palestras e visitas ao Museu deverão ser feitos através dos números de telefones acima citados.

REFERÊNCIAS

BALLONE, G. J. Codependência. **PsiquWeb** 01 de jun. 2006. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=392&sec=34>. Acesso em: 03 out. 2007.

BRASIL. **Código de ética do assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamento da profissão. 3. Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.



SUGESTÕES DE FILMES, LIVROS E SÍTIOS

FILMES

“Não devo pensar apenas sobre os conteúdos programáticos que vêm sendo expostos ou discutidos pelos professores das diferentes disciplinas mas, ao mesmo tempo, a maneira mais aberta, dialógica, ou mais fechada, autoritária, com que este ou aquele professor ensina (FREIRE, 1996, p. 90).

É importante destacar o papel do professor no planejamento de suas aulas e a preocupação com a melhoria de sua didática. Nesse sentido, é relevante incorporar situações que promovam uma leitura crítica de livros, jornais, rádio, televisão, filmes e internet no decorrer do processo educativo, pois segundo Moran “ler a comunicação é descobrir as relações humanas e econômicas dissimuladas, explicitar contradições ocultas (...), encontrar sentido, coerência e alguma lógica em todas as manifestações do universo cultural, organizar e interpretar as diversas expressões da cultura humana, que inclui o intelectual, mas não se reduz a ele” (Moran *apud* LEITE *et al*, 2003, p. 106-107).

Desta forma, destacamos aqui o filme, o qual pode se constituir em uma ótima alternativa educacional no tratamento pedagógico da Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, desde que seja abordado numa perspectiva crítica, histórica e pedagógica.

Os filmes, os quais nos referimos são os comerciais - aqueles projetados nas salas de cinema ou mesmo convertidos em VHS ou DVD. Estes são carregados de códigos, linguagens, símbolos, imagens e ícones, e portanto, trazem “a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais” (NAPOLITANO, 2003, p. 11) de diversos contextos sócio-históricos, para serem problematizados, discutidos, questionados e analisados em sala de aula.

Estes filmes poderão contribuir, na medida em que desvelam a trama, possibilitam a compreensão dos significados e das relações sociais, políticas, econômicas, éticas que se estabelecem numa sociedade contemporânea, a fim de refletir e analisar os produtos culturais. Assim, “a leitura crítica da comunicação deve ocorrer, (...) não somente porque o uso dos meios de comunicação de massa acontece em decorrência da indústria do consumo e/ou do poder de sedução pelo entretenimento, mas porque, acima de tudo, constitui-se em um processo de construção do real e do imaginário pelo indivíduo, marcado social e historicamente” (LEITE, 2003, p. 107).

A prática de utilização de filmes como um recurso “tapa-buraco” ou “vídeo-enrolação”, deve ser desconstruída no espaço escolar, pois esta prática, ao exibir um filme sem discutí-lo, sem articulá-lo com os conteúdos da disciplina ou quando há um problema inesperado, como ausência do professor, gera descrédito, uma vez que o aluno percebe que o filme exibido está sendo utilizado para camuflar a aula. Este recurso quando previamente planejado e bem utilizado antes, durante e depois de sua exibição poderá trazer um excelente resultado para o processo educativo.

Para que os filmes possam ser trabalhados sistematicamente na escola trazendo contribuições significativas para a formação do educando, é fundamental que se tenha claro os objetivos e os encaminhamentos pedagógicos, assim como a preocupação com a seleção, adequação e abordagem do filme à faixa etária dos alunos, aos níveis e modalidades de ensino, à articulação com os conteúdos das diferentes disciplinas, aos assuntos de interesse e a cultura cinematográfica dos alunos, por meio de uma reflexão prévia.

É preciso refletir, ainda, sobre os limites, alcances e possibilidades do filme, demarcando sua exibição – se será exibido na íntegra ou se utilizará apenas alguns fragmentos – projetando, apenas, cenas mais relevantes. Dentro deste contexto é importante preparar antecipadamente os alunos para a exibição do filme, respeitando a diversidade cultural e religiosa dos mesmos e de suas famílias. Logo após a exibição será necessário também, um desdobramento articulado das cenas do filme a outras atividades e a outras fontes, propondo uma leitura mais ambiciosa, exigente e crítica.

As atividades pedagógicas envolvendo filmes devem ser muito bem planejadas e acompanhadas pelo professor, principalmente quando o assunto é polêmico, como é o caso das Drogas, e necessita de informações e conhecimentos complementares acerca dos problemas e/ou das questões decorrentes do roteiro, dos personagens e dos argumentos sociais, políticos, morais e ideológicos surgidos nos discursos dos personagens dos filmes. Isso suscita maior envolvimento e comprometimento do professor com a abordagem pedagógica, pois ao utilizar de forma crítica os discursos presentes no filme e as representações, estigmas e estereótipos, estes elementos agirão como propulsores de novas atividades de pesquisa e debate (NAPOLITANO, 2003).

Augusta - uma história de vida

Direção: Tim Matheson

Sinopse: Ao completar 15 anos, Augusta começa a apresentar estranhas mudanças de personalidade e profundos sentimentos de ódio. Desesperada com a situação, sua mãe Martha fará o impossível para salvar a filha das drogas e da loucura.

Fonte: [//www.cinemax-br.tv/sinopsis.asp?ser=&prog=VIS092383](http://www.cinemax-br.tv/sinopsis.asp?ser=&prog=VIS092383)

Bicho de 7 cabeças

Direção: Laís Bodanzky

Sinopse: Neto é um jovem estudante de segundo grau. Ele não suporta a presença do pai. O pai despreza o mundo do filho. O abismo entre os dois aumenta a cada dia. A falta de comunicação leva a atitudes radicais e Neto acaba internado em um manicômio. O filme tem dois focos principais: a dificuldade de relacionamento entre pai e filho e a realidade desumana do sistema manicomial brasileiro. Bicho de 7 Cabeças é uma ficção inspirada no livro *Canto dos Malditos*, de Austregésilo Carrano. Elenco: Rodrigo Santoro, Othon Bastos, Cássia Kiss.

Fonte: http://www.fundacaoastrojildo.org.br/filmes/filmes.asp?cod_tema=18

Carandiru

Direção: Hector Babenco

Sinopse: Um médico (Luiz Carlos Vasconcelos) se oferece para realizar um trabalho de prevenção a AIDS no maior presídio da América Latina, o Carandiru. Lá ele convive com a realidade atrás das grades, que inclui violência, superlotação das celas e instalações precárias. Porém, apesar de todos os problemas, o médico logo percebe que os prisioneiros não são figuras demoníacas, existindo dentro da prisão solidariedade, organização e uma grande vontade de viver.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/carandiru/carandiru.asp>

Cazuza – o tempo não pára

Direção: Sandra Werneck e Walter Carvalho.

Sinopse: A vida louca que marcou o percurso profissional e pessoal de Cazuza (Daniel de Oliveira), do início da carreira, em 1981, até a morte em 1990, aos 32 anos: o sucesso com o Barão Vermelho, a carreira solo, as músicas que falavam dos anseios de uma geração, o comportamento transgressor e a coragem de continuar a carreira, criando e se apresentando, mesmo debilitado pela Aids.

Fonte: <http://www.estacio.br/rededeletas/numero13/entrevideos/texto2.asp>

Cidade de Deus

Direção: Fernando Meirelles.

Sinopse: O principal personagem do filme Cidade de Deus não é uma pessoa. O verdadeiro protagonista é o lugar. Cidade de Deus é uma favela que surgiu nos anos de 1960, e se tornou um dos lugares mais perigosos do Rio de Janeiro, no começo dos anos de 1980. Para contar a estória deste lugar, o filme narra a vida de diversos personagens, todos vistos sob o ponto de vista do narrador, Buscapé. Este, um menino pobre, negro, muito, sensível e bastante amedrontado com a idéia de se tornar um bandido; mas também, inteligente suficientemente para se resignar com trabalhos quase escravos. Buscapé cresceu num ambiente bastante violento. Apesar de sentir que todas as chances estavam contra ele, descobre que pode ver a vida com outros olhos: os de um artista. Acidentalmente, torna-se fotógrafo profissional, o que foi sua libertação.

Fonte: <http://globofilmes.globo.com/GloboFilmes/Site/0,,GFF8-5402,00.html>

Cidade dos homens

Direção: Paulo Morelli

Sinopse: Laranjinha (Darlan Cunha) e Acerola (Douglas Silva) são amigos, que cresceram juntos em uma favela do Rio de Janeiro e agora estão com 18 anos. Acerola tem um filho de 2 anos para cuidar, mas sente-se preso pelo casamento e lamenta a paternidade precoce. Já Laranjinha está decidido a encontrar seu próprio pai, que não conhece. Paralelamente o morro em que vivem é sacudido pelo mundo do tráfico, já que Madrugadão (Jonathan Haagensen), primo de Laranjinha, perdeu o posto de dono do local para Nefasto (Eduardo BR).

Fonte: http://www.escolanocinema.com.br/exibir_texto.asp?cod_texto=232&menu=

Despedida em Las Vegas

Direção: Mike Figgis

Sinopse: Um roteirista alcóolatra perde o emprego e decide partir rumo a Las Vegas, onde vive um tumultuado caso de amor com uma prostituta acuada por seu cafetão. Estrelando Nicolas Cage, Elisabeth Shue e Steven Weber. Vencedor do Oscar de Melhor Ator.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/despedita-em-las-vegas/despedita-em-las-vegas>

Diário de um adolescente

Direção: Scott Kalvert

Sinopse: Em Nova York, um jovem (Leonardo DiCaprio) é um promissor jogador de basquete, mas logo se afunda no submundo das drogas e, para manter o seu vício, ele rouba e se prostitui.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/diario-de-um-adolescente/diario-de-um-adolescente>

Drugstore cowboy

Direção: Gus Van Sant

Sinopse: Ser um dependente químico em tempo integral é um trabalho para um usuário, sua mulher e um outro casal, que sobrevivem assaltando farmácias, onde conseguem drogas diversas e dinheiro.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/drugstore-cowboy/drugstore-cowboy.asp>

Falcão: meninos do tráfico

Direção: produzido pelo rapper MV Bill e pelo seu empresário Celso Athayde e pelo centro de audiovisual da Central Única das Favelas.

Sinopse: É um documentário que retrata a vida de jovens de favelas brasileiras que trabalham no tráfico de drogas. O documentário foi realizado entre 1998 e 2006 em que os produtores visitaram diversas comunidades pobres do Brasil e tiveram que enfrentar o ambiente hostil onde viviam os jovens. O nome do documentário é em razão do termo “falcão” usado nas favelas para designar aquele que vigia a comunidade e informa quando a polícia ou algum grupo inimigo se aproxima. A linguagem segue um padrão típico do que se espera de um documentário, mas o conteúdo serve para abrir os olhos da sociedade para a nossa realidade chocante.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Falc%C3%A3o_-_Meninos_do_Tr%C3%A1fico

Meninos de rua

Direção: Marlene França

Sinopse: Enfoca o interior da vida de meninos e meninas nas ruas de São Paulo, que na busca da sobrevivência se agrupam e se unem, em lealdade e solidariedade, num cotidiano de luta contra a fome, a violência e a opressão. O filme penetra na solidão impiedosa em que vivem esses filhos do abandono, solidão esta, manifestada nos vícios e nas desesperanças de um presente cada vez mais amargo, escancarando uma realidade sempre omitida ou arquivada pela história oficial.

Fonte: http://www.fundacaoastrojildo.org.br/filmes/filmes_abrir.asp?cod_filme=138

O informante

Direção: Michael Mann

Sinopse: Russell Crowe e Al Pacino dão vida a este drama, baseado em fatos ocorridos entre uma indústria de tabaco americana e um de seus executivos.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/o-informante/o-informante.asp>

O Homem do ano

Direção: José Henrique Fonseca

Sinopse: Uma ingênua aposta entre amigos transforma Máiquel (Murilo Benício), um homem comum, em um assassino e herói de toda uma cidade. Deixando-se levar pelos acontecimentos, Máiquel torna-se respeitado por bandidos e pela polícia, sendo também amado por duas mulheres. Até que comete seu primeiro erro e é obrigado a tomar de volta o controle do seu destino.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/homem-do-ano/homem-do-ano.asp>

Pro dia nascer feliz

Direção: João Jardim

Sinopse: Documentário sobre as diferentes situações que adolescentes de 14 a 17 anos, ricos e pobres, enfrentam dentro da escola: a precariedade, o preconceito, a violência e a esperança. Foram ouvidos alunos de escolas da periferia de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco e também de dois renomados colégios particulares, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro. Professores também expõem seu cotidiano profissional, ajudando a pintar um quadro complexo das desigualdades e da violência no país a partir da realidade escolar.

Fonte: http://www.escolanocinema.com.br/exibir_texto.asp?cod_texto=68&menu=

Scarface

Direção: Brian De Palma

Sinopse: Um criminoso cubano exilado (Al Pacino) vai para Miami e em pouco tempo está trabalhando para um chefe das drogas. Sua ascensão na quadrilha é meteórica, mas quando ele começa a sentir interesse na amante do chefe (Michelle Pfeiffer) este manda matá-lo. No entanto ele escapa do atentado, mata o mandante do crime, fica com a amante dele - mas simultaneamente sente desejos

incestuosos por sua irmã (Mary Elizabeth Mastrantonio) - e assume o controle da quadrilha. Em pouco tempo ele ganha mais dinheiro do que jamais sonhou. No entanto, ele está na mira dos agentes federais, que o pegam quando ele está “trocando” dinheiro. Mas seu problema pode ser resolvido se ele fizer um “serviço” em Nova York para um grande traficante e pessoas influentes, que podem manipular o poder para ajudá-lo. Porém, a missão toma um rumo inesperado quando, para concretizá-la, ele precisa matar crianças.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/scarface/scarface.asp>

Traffic

Direção: Steven Soderbergh

Sinopse: Trata do tráfico de drogas e suas implicações nos EUA. Usa linguagem violenta e realista mostrando, paralelamente ao problema do tráfico, o processo de dependência de uma adolescente.

Fonte: http://www.alcoolismo.com.br/filmes_entretenimento.html

Trainspotting

Direção: Danny Boyle

Sinopse: É um polêmico cult-movie que marcou a geração dos anos 90. Direcionado para o público adulto, apresenta cenas fortes. Baseado no livro de Irvine Welsh, o roteiro mostra a trajetória de Renton, um dos muitos jovens drogados do submundo de Edimburgo. Junto com seus amigos, vive loucamente até o dia em que decide abandonar o vício. Será que ele consegue escolher a vida?

Fonte: http://www2.uol.com.br/revistadecinema/edicao43/sessao_livre/dvd.shtml

Tropa de elite

Direção: José Padilha

Sinopse: O dia-a-dia do grupo de policiais e de um capitão do BOPE (Wagner Moura), que quer deixar a corporação e tenta encontrar um substituto para seu posto. Paralelamente dois amigos de infância se tornam policiais e se destacam pela honestidade e honra ao realizar suas funções, se indignando com a corrupção existente no batalhão em que atuam.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/tropa-de-elite/tropa-de-elite.asp>

Veja esta canção

Direção: Cacá Diegues

Sinopse: Filme em quatro episódios, cada um de gênero diferente, sempre inspirado por canção da música popular brasileira. Seus temas centrais são os shows de churrascaria suburbana, os romances na zona sul da cidade, meninos de rua e a obsessão de um anotador de jogo do bicho. Cada episódio conta uma história de amor de natureza distinta.

Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/veja-esta-cancao/veja-esta-cancao.asp>

28 dias

Direção: Betty Thomas

Sinopse: Gwen Cummings (Sandra Bullock) é uma escritora que leva sua vida de forma selvagem. Saltando de festa em festa, as coisas começam a mudar quando ela, bêbada, rouba a limusine no meio do casamento de sua irmã e bate com o carro numa casa. Encaminhada para um período de 28 dias numa clínica de reabilitação para dependentes de álcool, Gwen tem que aprender a vida num lugar onde as regras são rígidas e têm que ser cumpridas.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/28-dias/28-dias.asp>

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITE, Lígia Silva. **Tecnologia educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Souza Miguel (Orgs.). **A escola vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LIVROS

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).

No decorrer de sua formação permanente os professores buscam na pesquisa a atualização e o fundamento para sua prática pedagógica. Dessa forma, a leitura crítica de referenciais ampliam os seus conhecimentos fomentando o processo educativo. A formação inicial lhes garante o conhecimento específico da disciplina que lecionam e a formação continuada e permanente lhes oferecem subsídios que enriquecem e complementam o conteúdo de sua disciplina.

A problemática das drogas é premente na sociedade contemporânea e relevante para a comunidade escolar. Para tanto, é importante que o professor se fundamente e tenha conhecimento científico para tratar o tema desprovido de preconceito, discriminação e crenças pessoais.

Com o intuito de ampliar o debate das demandas que se inserem nas diferentes disciplinas do currículo, como é o caso da Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, sugerimos alguns títulos de livros que propõem esta discussão. A bibliografia indicada deve ser lida previamente pelo professor para que o mesmo verifique em que medida este referencial poderá contribuir na abordagem pedagógica da Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, numa perspectiva crítica, histórica e pedagógica.

Assim, os referenciais sugeridos trazem conhecimentos, pesquisas, dados estatísticos e uma discussão sobre a questão das drogas na atualidade. Ao realizar a leitura os professores devem atentar para o conteúdo da obra, a fim de verificar os aspectos conceituais, históricos, sociais, políticos, econômicos, éticos, étnicos (culturais) relacionados às drogas. Além disto, identificar as relações de poder e suas inter-relações explícitas e implícitas objetivando um tratamento pedagógico mais amplo e consistente.

A escola no singular e no plural: um estudo sobre violência e drogas nas escolas.

Regina Medeiros (Org.). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

“A Unesco tem, nos últimos anos, investido em pesquisas nas escolas. E uma importante pesquisa realizada encontrou vários tipos de violência: física, simbólica, incivilidade, e chamou a atenção para as manifestações de violência nas áreas que circulam as escolas, decorrentes, especialmente, do grau de vulnerabilidade a que estão submetidos os membros da comunidade escolar”. É sobre esse fenômeno que trata esse livro, resultado de uma pesquisa em escolas públicas e privadas, em Belo Horizonte. Reconhecendo a necessidade de se pensar as representações simbólicas dessas instituições de ensino, dentro do contexto atual, marcado por violência, drogas e consumismo, os autores deste livro lançam luzes a essa discussão ao fazerem uma leitura analítica da relação entre violência, droga e a escola e seus atores.

Fonte: <http://www.autenticaeditora.com.br/livros/item/111>

Adolescência e drogas.

Ilana Pinsky e Marcos Bessa. São Paulo: Contexto, 2004.

“Poucos fenômenos sociais geram mais preocupações entre pais e professores, custos com justiça e saúde, dificuldades familiares e notícias na mídia do que o uso de álcool e drogas. O que leva milhões de pessoas, em grande parte adolescentes, no mundo todo, a consumir as mais variadas substâncias, a suportar os mais variados tipos de danos e, ainda assim, continuar a utilizá-las? (...) O consumo de drogas é um fato comum, mas nem por isso menos danoso. E não há soluções milagrosas para o problema”. Este livro contribui para iluminar a questão, pois reúne conceituados especialistas, nacionais e internacionais, para responder, com autoridade e sem demagogia os desafios levantados pelo problema a partir de pontos de vistas distintos e, ao mesmo tempo, complementares. É leitura obrigatória para especialistas, educadores e pais. E para responsáveis por políticas públicas de prevenção e tratamento.

Fonte: http://www.editoracontexto.com.br/livro.php?livro_id=277

Álcool e drogas na história do Brasil.

Henrique Carneiro e Renato P. Venâncio (Orgs.). Belo Horizonte/São Paulo: Editora da PUC/Alameda, 2005.

Esta coletânea, com catorze textos de dezessete autores, publica os resultados do Simpósio “Álcool e drogas na história do Brasil”, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto, no ICHS, em Mariana, em junho de 2003. Do cauim e dos remédios de antigos boticários ao sacramento de religiões

mestiças que usam alucinógenos em rituais devocionais, passando pelo uso do vinho nas práticas de sedução e da aguardente nas revoltas escravas, o conjunto de pesquisas reunidas neste livro oferece um panorama inédito do significado que o álcool e as drogas tiveram na história do país.

Fonte: <http://www.neip.info/livros.html>.

Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis.

Oscar Cirino e Regina Medeiros (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

A complexidade e a gravidade dos problemas relacionados ao uso de drogas e à diversidade de concepções dos atores sociais que atuam nesse campo justificam a dificuldade de estabelecimento de consensos, com a conseqüente polarização de propostas, a formação de grupos de idéias antagônicas e a criação de práticas bastante discordantes. Na conjuntura em que se impõem as tomadas de decisão, esses grupos se manifestam, muitas vezes de forma apaixonada, na tentativa de fazer valer sua opinião. As situações de impasse que exigem decisões ocorrem tanto no âmbito do coletivo, como é o caso da definição das políticas de assistência, prevenção e repressão, quanto no âmbito do individual, como ocorre no encontro de cada usuário de drogas ou de seus familiares com os profissionais de saúde. Entre as formas de adoecer, talvez nenhuma outra envolva de modo tão complexo os aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais desde o início e durante toda a trajetória como acontece com os indivíduos que usam drogas.

Fonte: <http://www.autenticaeditora.com.br/livros/item/12>

Avião: tráfico de drogas.

Julio Empilio Braz. São Paulo: FTD, 1995.

Uma criança fora da escola é um crime contra o futuro e uma agressão à cidadania. É por isso que Avião - Tráfico de drogas se inicia com uma amarga reflexão de Quinho, o personagem principal, sobre a sua realidade escolar e seu futuro como cidadão brasileiro.

Brasil no mundo das drogas.

Argemiro Procópio. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

Este livro apresenta reflexão densa sobre a questão das drogas. Analisa causas e efeitos do narcotráfico no Mercosul e em regiões fronteiriças com os países amazônicos. Representa vigoroso esforço analítico no tratamento político da temática. Seu pioneirismo reside na interpretação dos

paradoxos do papel do narcotráfico no processo de integração paralela das Américas. Retratando a dialética da criminalidade no universo das drogas, o autor denuncia a corrupção política atrelada à perversa distribuição da renda, aos injustos privilégios das elites, a falta de ética e ao desrespeito aos valores da vida, além da evasão das riquezas nacionais pelas rotas das drogas.

Fonte: http://www.leonardodavinci.com.br/descricao.asp?cod_livro=AR0135

Drogas – hegemonia do cinismo.

Maurídes de Melo Ribeiro e Sérgio Dario Seibel (Orgs.). São Paulo: Memorial, 1997.

Este livro aborda de maneira interdisciplinar uma das questões mais polêmicas da sociedade pós-moderna: o uso de substâncias psicoativas que rompem com os estados “normais” da consciência e abalam as estruturas sociais, gerando a demonização cultural, a clandestinidade econômica e a ilegalidade jurídica. Os textos desvendam os conflitos entre o mundo paralelo das drogas - que cada vez mais se impõe como uma realidade irreversível e com profundas raízes culturais - e instituições cujo puritanismo encobre seus interesses ideológicos e econômicos, estimulando a criminalidade e lesando a saúde pública. Outros assuntos são: combate ao tráfico, a descriminalização de drogas, as estratégias médicas de redução de danos entre os usuários de drogas e os fundamentos antropológicos dos “paraísos artificiais” são algumas das abordagens deste texto sobre uma sociedade que não tolera mais pontos de vista doutrinários e unívocos.

Fonte: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/bibl10.htm>

Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos.

Alba Zaluar (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1994.

Este livro vem preencher uma lacuna no debate – invadido por idéias preconcebidas – sobre a questão da criminalização das drogas ilícitas e a alternativa da descriminalização. Assinado por especialistas e estudiosos do assunto, é uma real contribuição contra o atraso de décadas do Brasil na polêmica.

Fonte: <http://www.editorabrasiliense.com.br/catalogo-site/livrodrogascidadania.htm>

Drogas e sociedade nos tempos da AIDS.

Richard Bucher. Brasília: Editora UnB, 1996.

O autor discute os mecanismos de repressão às substâncias psicoativas, mostrando a inversão que se pratica. Em vez de a sociedade oferecer melhores condições de vida como opção para a construção da personalidade, a falta e a manipulação de informações geram uma culpabilização que deixa o problema sem intervenção racional.

Fonte: <http://www.livrariauniversidade.unb.br/detalhes.php?livro=17876>

Drogas nas escolas.

Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. Brasília: UNESCO, 2002.

O livro tem como objetivo imediato contribuir para o necessário debate e para a definição de propostas de políticas públicas voltadas para a questão das drogas. Analisa as representações de alunos, corpo técnico-pedagógico e pais sobre o envolvimento dos jovens com drogas e suas repercussões no cotidiano escolar, a partir da constatação da presença, do consumo e do tráfico dessas substâncias dentro das escolas e em suas imediações.

Fonte: <http://observatorio.ucb.unesco.org.br/publicacoes/drogas>

Escola, galeras e narcotráfico.

Eloisa Guimarães. Rio de Janeiro: Editoras.com, 1998.

Trata das diferentes formas de conexão da escola pública com a violência que se intensifica e se amplia a partir dos anos 80 nos centros urbanos. A análise recai sobre o envolvimento da escola pública com três movimentos distintos: o narcotráfico, as galeras e os movimentos juvenis.

Fonte: <http://www.editoras.com/ufrj/046007.htm>

O alcoolismo: mitos e verdades.

Ronaldo Laranjeira e Ilana Pinsk. São Paulo: Contexto, 1998.

A questão é tratada de forma clara, encarando verdades e mitos sobre o assunto. Pode ser lido por jovens, mas merece uma posterior discussão.

Fonte: http://www.alcoolismo.com.br/livros_entretenimento.html

O que é legalização das drogas.

Rogério Rocco. São Paulo: Brasiliense, 1996.

A experiência do combate às drogas vem demonstrando que tratar o usuário como criminoso não desestimula o consumo, apenas marginaliza pessoas que em geral não fazem mal à sociedade. O autor coloca aqui as opções mais modernas para controlar o uso e esvaziar as máfias de distribuição de drogas.

Fonte: <http://www.editorabrasiliense.com.br/primeirospassos/legalizdrogas.htm>

Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas: histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas.

Henrique Carneiro. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

O livro que traz um conjunto de cerca de 140 verbetes sobre diferentes substâncias psicoativas enfocando seus significados culturais, sociais e econômicos ao longo da história. Inclui bebidas alcoólicas fermentadas e destiladas, fumos e resinas, alucinógenos, vegetais, mastigatórios e bebidas excitantes, e substâncias sintéticas e definições psicofarmacológicas.

Fonte: <http://www.neip.info/livros.html>

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SÍTIOS

A presença inegável da tecnologia em nossa sociedade constitui a primeira base para que haja necessidade de sua presença na escola. A tecnologia é, como a escrita, na definição de Lévy (1993), uma tecnologia da inteligência, fruto do trabalho do homem em transformar o mundo, e é também ferramenta desta transformação. Apesar da produção das tecnologias estar a serviço dos interesses de lucro do sistema capitalista, a sua utilização ganha o mundo e acontece também de acordo com as necessidades, desejos e objetivos dos usuários (LEITE, 2003, p. 11).


A Internet é a maior rede de computadores, colocando “à disposição de quem a acessa bilhões de informações sobre os mais variados assuntos, ao mesmo tempo e para todos os cantos do mundo” (LEITE, 2003).

Existem nesta rede, milhares de espaços virtuais, os quais chamamos de sítios (sites), onde ficam arquivadas as informações disponíveis. A internet não foi criada para fins educativos. No entanto, ela poderá ser utilizada em diversas situações no processo de ensino e de aprendizagem, sempre como uma ação planejada pelo professor com objetivos preestabelecidos.

Nesse sentido, a utilização de sítios na internet possibilita o acesso a diversas linguagens (vídeo, textos, áudio, imagens gráficas), cuja combinação favorece o processo de aprendizagem em diversas situações. O importante é atentar para a confiabilidade das informações disponíveis em cada um dos espaços virtuais. Como a quantidade de conhecimentos veiculados pela rede é imensa e existem hoje inúmeros sítios de busca, as consultas por este mecanismo viabilizará o acesso aos endereços eletrônicos, cujas informações não são confiáveis. O professor é o responsável pela seleção e exploração prévia dos sítios garantindo, assim, a qualidade do trabalho a ser realizado.

A partir da seleção de sítios, o professor deve dar preferência a espaços virtuais de Instituições de Ensino Superior, de instituições governamentais em suas diferentes esferas, pois estes trazem informações confiáveis, conhecimentos científicos e pesquisas sérias que podem disponibilizar contribuições relevantes para o processo educativo. É pertinente que ao desenvolver suas práticas utilizando-se desta rede interligada de computadores, o professor utilize sítios que contenham ferramentas adequadas e apropriadas à faixa etária e ao nível de ensino que se está trabalhando.

Neste sentido, sugerimos alguns sítios para que o professor os explore, obtenha as informações relevantes para a sua prática pedagógica, e se considerar pertinente poderá acessá-los com seus alunos e alunas para uma busca rápida de informações sobre um determinado assunto, como é o caso da Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. O acesso a rede poderá proporcionar a interatividade em tempo real com outras pessoas de qualquer



parte do Brasil e do mundo, a comunicação com outras instituições e acesso a outras linguagens como sons, vídeos, textos e imagens.

Seguindo o trabalho pedagógico com este recurso, seja na consulta a gráficos, banco de dados, dicionários, livrarias e universidades o professor poderá desenvolver uma análise crítica das informações, dos interesses do mundo capitalista e dos materiais disponíveis na internet para que os objetivos propostos sejam alcançados.

Adolesite - www.adolesite.aids.gov.br

Sítio do Ministério da Saúde voltado para adolescentes. Apresenta informações sobre drogas, prevenção, sexualidade e DST/AIDS. Disponibiliza seções sobre cada um dos assuntos, com perguntas e respostas.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - www.anvisa.gov.br

É uma agência reguladora decorrente de exigências sociais e políticas. Encarregada de “Proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso”.

Fone: (61) 3448-1000

E-mail: infovisa@anvisa.gov.br

Álcool e Drogas sem Distorção - www.einstein.br/alcooledrogas

Ligado ao Hospital Albert Einstein, o Programa Einstein de Tratamento de Dependentes de Álcool e Drogas - PAD, oferece internação para desintoxicação e tratamento de abstinência, prestando assistência aos dependentes químicos e seus familiares. Este sítio apresenta informações, perguntas e respostas, artigos interessantes, atualizações científicas, entrevistas e notícias sobre a questão das drogas.

Fone: (11) 3747-1487/1486

Alcoólicos Anônimos (AA) - www.alcoolicosanonimos.org.br

Sítio que trata da dependência química do álcool, presente em aproximadamente 150 países. Os alcoólicos anônimos se reúnem em grupos para compartilhar experiências a fim de lidarem com o alcoolismo. O programa de recuperação é baseado em uma série de Doze Passos, o qual incluem a admissão do problema, a busca de ajuda, a auto-avaliação e a reparação dos danos causados.

Fone: (11) 3229-3611

Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas - www.abead.com.br

Dentre seus objetivos procura divulgar e incentivar o debate informando sobre as políticas e novas tendências das questões que envolvem o uso abusivo de drogas legais e ilegais no país. Disponibiliza notícias, artigos, sugestões de livros e informações diversas sobre as drogas.

Fone: (11) 3891-1207

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - www.abiaids.org.br

É pioneira na divulgação de informações sobre HIV/AIDS. Possui grupos de discussão e seminários abertos ao público, atuando nas áreas de educação, prevenção e tratamento. Fundada em 1986 pelo sociólogo Herbert de Souza.

Fone: (21) 2223-1040

E-mail: abia@abiaids.org.br

Associação Brasileira de Redutores de Danos - www.aborda.org

É constituída por uma rede de interação social que mobiliza o respeito ao trabalho de danos e a visão do usuário de drogas como cidadão. Apresenta um grupo que atende usuários de drogas injetáveis e atua na conscientização dos mesmos para seguirem corretamente os tratamentos.

Fone: (27) 3315-1686

E-mail: domicianos@hotmail.com

Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – www.cebrid.epm.br

O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) faz parte do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), dispõe de um site de pesquisas que trazem o levantamento nacional sobre o consumo de drogas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino das 27 capitais do país. Além disso, apresenta catálogos de publicações científicas sobre abuso de drogas psicotrópicas, livretos, folhetos, links e questões sobre drogas.

Fone: (11) 3336-3222

E-mail: cebrid@psicobio.epm.br

Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – www.bahia.ba.gov.br/sjdh/conen_pcetad.htm

Oferece atendimento psiquiátrico e psicoterápico gratuito e desenvolve pesquisas sobre o uso indevido de drogas. Está ligado à Universidade Federal da Bahia.

Fone: (71) 3336-3322

E-mail: sjdh.secretario@bahia.ba.gov.br

Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas – www.cicad.oas.org.br

O objetivo desta comissão é fortalecer os sujeitos e as instituições a fim de canalizar seus esforços e de seus países membros a reduzir a produção, o tráfico e o uso de drogas nas Américas. Foi criada pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

E-mail: oidcicad@oas.org.br

Conselho Nacional Antidrogas (CONAD)– www.senad.gov.br/paginas/conad.htm

Integrado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, responsável por aprovar a Política Nacional Antidrogas. Promove as orientações globais relativas à redução da demanda e da oferta de drogas no País e possibilita a articulação, a integração e a organização da ação do Estado.

Fone: 0800-614321

Coordenadoria Estadual Antidrogas (CEAD-PR) – <http://www.antidrogas.pr.gov.br>

O Paraná é um dos primeiros Estados da União a disponibilizar informações sobre a questão das drogas por meio da Internet. Através deste sítio os interessados obtêm dados e informações sobre a redução da demanda, oferta de drogas e os serviços disponíveis para atendimento a saúde de familiares e usuários de drogas nos 399 municípios do Estado.

Fone: (41) 3221-7275

DIA-A-DIA EDUCAÇÃO – <http://diadiaeducacao.pr.gov.br>

O portal educacional Dia-a-dia Educação pertence a estrutura organizacional da Diretoria de Tecnologias Educacionais – DITEC. Destinado aos educadores, alunos, escolas e comunidade disponibilizando um conjunto de recursos, informações e dados, como: dicionários, mapas, teses, filmes, entre outros.

DÍNAMO - Informações responsáveis sobre drogas – www.dinamo.org.br

Foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, buscando abrir o debate sobre a questão das drogas. Promove ações para divulgar informações objetivas e desprovidas de preconceitos juntos aos formadores de opinião e a indústria cultural.

Fone: (11) 4195-0335

E-mail: mgorgulho@uol.com.br

Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) – www.unodc.org/brazil

É um líder global na luta contra as drogas ilícitas e o crime internacional e tem como objetivo desenvolver e implementar ações para o enfrentamento da problemática das drogas e do crime. Atua na prevenção, tratamento e reintegração social dos usuários.

Fone: (61) 3424-6600

E-mail: unodc.brazil@unodc.org

Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA) – www.grea.org.br

Tem sede no Instituto do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisas epidemiológicas, programas de prevenção e avalia os programas de prevenção em andamento. Também auxilia e oferece treinamento aos membros da comunidade que queiram desenvolver trabalhos na área preventiva. No sítio encontram-se publicações e artigos.

Fone: (11) 3069-7891

E-mail: grea@grea.org.br

INFODROGAS – www.imesc.sp.gov.br/infodrog.htm

É um serviço prestado pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC) que disponibiliza informações relacionadas às Drogas, possibilitando a ampliação da discussão sobre o tema. O sítio apresenta definições de conceitos relacionados às drogas, classificação e legislação das drogas, identificação de usuários, o papel da mídia na prevenção, informações sobre redução de danos, referenciais, links, dentre outras informações.

Fone: (11) 3666-6135

E-mail: apoiotec@imesc.sp.gov.br

Narcóticos Anônimos (NA-PR) – <http://www.na.org.br/portal/>

O NA é uma irmandade mundial, sem fins lucrativos, ativa em mais de 130 países. No sítio encontram-se informações sobre o que é Narcóticos Anônimos e o seu programa de recuperação a adictos às drogas.

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) – www.neip.info

Reúne estudiosos da área de Ciências Humanas como historiadores, sociólogos, advogados, antropólogos, dentre outros que debatem sobre as drogas. O sítio apresenta uma extensa bibliografia, artigos, links, trechos de teses, resenhas e livros, contribuindo assim para o aprofundamento da discussão.

E-mail: neipsicoativo@yahoo.com.br

Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – www.obid.senad.gov.br

Está ligado à Secretaria Nacional Antidrogas e apresenta informações sobre as drogas, a redução da demanda e da oferta, pesquisas, dados estatísticos, publicações, legislações e documentos diversos.

Fone: 0800 510 0015

E-mail: senad@planalto.gov.br

Polícia Civil do Paraná (CAPE) – <http://www.policiacivil.pr.gov.br>

O sítio disponibiliza informações e dados sobre as atividades de prevenção da equipe multidisciplinar que compõe o CAPE (Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação). O CAPE realiza uma série de ações, como: atendimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento aos usuários de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, como também os autuados na Delegacia. Também possibilita ajuda aos respectivos familiares que necessitam de informações e de esclarecimentos a respeito do problema da drogadição por parte de seus filhos.

Fone: (41) 3232-8367

PROERD-PR – <http://www.pm.pr.gov.br/proerd/>

O sítio contém informações e dados sobre a atuação do PROERD-PR em todo Estado, o qual atua, fortalecendo o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família.

Fone: (41) 3304-4748 / 4749

Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes – www.unifesp.br/dpsiq/proad

Este sítio está ligado ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). As atividades desenvolvidas se dividem em quatro setores: ensino, pesquisa, prevenção e assistência. Disponibiliza publicações e links relacionados à questão das drogas.

Fone: (11) 3258-5382

E-mail: dartiu@psiquiatria.epm.br

Rede Brasileira de Redução de Danos (REDUC) – www.reduc.org.br

Apresenta a questão das drogas na perspectiva da Redução de Danos. Sua missão é “discutir, planejar, elaborar, articular e apoiar ações científicas e sociais, assim como fortalecer políticas públicas que favoreçam as questões relativas à Redução de Danos”.

Fone: (11) 3258-5382

E-mail: reduc.rede@terra.com.br

Revista Mundo Estranho – www.mundoestranho.com.br/drogas

Este sítio apresenta um infográfico sobre a trajetória das principais drogas no organismo, demonstrando como chegam até o seu cérebro quando inaladas, engolidas e injetadas.

Fone: (11) 3037-5891

E-mail: mundoestranho.abril@atleitor.com.br

Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) – www.senad.gov.br

É subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Neste sítio você encontrará informações institucionais na esfera do governo Federal, informações gerais sobre as drogas, documentos diversos, legislações e publicações.

Fone: 0800 510 0015

E-mail: senad@planalto.gov.br

Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) – www.uniad.org.br

Se propõe a pesquisar, ensinar, tratar e prevenir o uso indevido de álcool e drogas. Este sítio apresenta dentre suas publicações: artigos, animações, folders, livros, links e manuais ligados a esta demanda.

Fone: (11) 5571-0493 / (11) 5084-7002

181 NARCODENUNCIA – <http://www3.pr.gov.br/narcodenuncia/>

É um programa do Governo do Estado do Paraná criado para combater o tráfico de drogas e prender os traficantes. No sítio encontra-se informações e dados sobre os resultados de apreensão por região e município do Estado.

Fone: 181

REFERÊNCIAS

LEITE, Lígia Silva. **Tecnologia educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2003.

